

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Lina Maria Lorenzon Sibar

Identidade, Alteridade e Resistência dos ciganos brasileiros

Marília

2012

Lina Maria Lorenzon Sibar
Identidade, Alteridade e Resistência dos ciganos brasileiros

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação da
Universidade Estadual Paulista, como
requisito para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais. Linha:
Cultura, Identidade e Memória.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claude Lépine

Marília
2012

Lina Maria Lorenzon Sibar

Identidade, Alteridade e Resistência dos ciganos brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
UNESP/Marília-SP, para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^aDr.^a Claude Lépine
Departamento de Sociologia e Antropologia
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Titular: Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoni Poker
Departamento de Sociologia e Antropologia
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Titular: Prof.^a Dr.^a Níminon Suzel Pinheiro
Centro Universitário de Rio Preto -UNIRP

Marília, 27 de março de 2012.

Ciganos em viagem

*A tribo que prevê a sina dos viventes
Levantou arraiais hoje de madrugada;
Nos carros, as mulher', c'o a torva filharada
Às costas ou suganos os mamilos pendentes;*

*Ao lado dos carrões, na pedregosa estrada,
Vão os homens a pé, com armas reluzentes,
Erguendo para o céu uns olhos indolentes
Onde já fulgurou muita ilusão amada.*

*Na barraca onde está encurralado, o grilo,
Quando os sente passar, redobra o meigo trilo;
Cibela, com amor, traja um verde mais puro,*

*Faz da rocha um caudal, e um vergel do deserto,
Para assim receber esses p'ra quem 'stá aberto
O império familiar das trevas do futuro*

Charles Baudelaire, in “*As Flores do Mal*”.

Agradecimentos

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A minha orientadora Claude Lépine pelo compartilhamento de seu conhecimento e auxílio nos momentos de decisões acadêmicas. A Florencia Ferrari que aceitou me co-orientar nesta pesquisa ajudando com contribuições, sugestões e reflexões a cerca da questão cigana.

Aos professores Andreas Hofbauer, Jose Geraldo Alberto Bertocini Poker, Niminon Suzel Pinheiro que aceitaram o convite para compor a banca de qualificação e de defesa contribuindo com os momentos finais desse trabalho.

Aos meus pais, Jorge e Jô e familiares pelo carinho, apoio e confiança em todas as minhas decisões, inclusive me acompanhando no acampamento cigano.

Ao meu companheiro Arakin Queiroz Monteiro pelo carinho e compreensão de todos os dias.

Aos meus amigos em geral, que sempre me incentivaram e ajudaram em todos os momentos (não citarei nomes por medo de esquecer alguém especial)

Aos membros da Embaixada Cigana do Brasil que acolheram minha pesquisa ajudando com informes e solicitações desejadas.

A Nilson e Wandja amigos ciganos que mesmo com ressalvas me apoiaram, ajudaram e acompanharam minha visita ao acampamento cigano.

Aos ciganos conhecidos no acampamento pelas lindas histórias relatadas.

Principalmente a FAPESP que apoiou e financiou esta pesquisa possibilitando seu desenvolvimento.

OPATCHA!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar aspectos ligados a identidade, alteridade e resistência de uma família cigana Calon, buscando mostrar como foi construído o imaginário comum sobre os assim chamados ciganos. Através de perspectivas de ciganólogos, ativistas ciganos e pró-ciganos, dos ciganos rom e dos calon mostramos a construção da categoria étnica cigano. A partir do contato com essa família, procuramos apresentar algumas características dessa socialidade, além das constantes perseguições e práticas sectárias das quais tem sido vítimas, bem como suas experiências coletivas voltadas à defesa de seus direitos e interesses no Brasil.

Palavras-chave: alteridade, ciganos, calon, rom

ABSTRACT

This research aims to analyse aspects of identity, otherness and resistance from a gypsy family Calon, attempts to show how the imagery was built on the common socalled Gypsies. Through prospects ciganologos, roma activists and pro-roma, gypsies anda roma calon show the construction of the gypsy ethnic category. From the contact with this family, we present some characteristics of sociability, and the constant persecution and sectarian practices which have been victims as well as their collective experiences gearedto the defense of their rights and interests in Brazil.

Keywords: otherness, gypsies, calon, rom.

SUMÁRIO

Introdução	1
1-Identidade	7
1.1-A identidade cigana.....	7
1.2-Tradições Ciganas.....	13
1.3-A construção da etnia cigana	17
2-Sociedade, Grupos Sociais e socialidade	32
3 – Resistência	
3.1- Movimentos de Resistência Roma	41
3.2 – Políticas Públicas.....	50
4 - Vozes Ciganas	
4.1 – Vozes Representativas.....	63
4.2 – Pesquisa Participativa.....	75
5- Considerações Finais.....	88
Anexo 1.....	91
Anexo 2.....	98
Anexo 3.....	99
Anexo 4.....	100
Anexo 5.....	101
Referências Bibliográficas.....	102

INTRODUÇÃO

A temática escolhida para a dissertação tem um viés pessoal, pois sou amiga de uma família cigana desde criança. Meus pais são padrinhos de uma cigana rom kalderash e frequentamos várias festas de casamentos, batizados, noivados, etc. Sempre me impressionei com essas visitas, e a curiosidade sobre o modo de vida daquela família aumentava conforme íamos nos encontrando. Ao entrar na graduação em Ciência Sociais, logo no primeiro ano, desenvolvi o interesse na pesquisa antropológica e lembrei da curiosidade com os ciganos. No começo da pesquisa percebi a falta de material de estudo voltado aos chamados ciganos, poucos livros e artigos foram encontrados, a maioria, espanhol e inglês sem tradução, e somente um livro editado no Brasil. Nesse momento vi que minha curiosidade deveria ser geral e que muita gente desconhecia esse povo. Quando comuniquei a eles que faria uma pesquisa sobre os ciganos, logo fui alertada pela comadre de meus pais Sonia Kiwiek, “Cuidado! Não confie nessa gente, nós ciganos não queremos conversa com *gadje*...”. Como já estava lendo a bibliografia ciganológica, e sabia que eles eram ciganos rom, resolvi perguntar sobre os ciganos calon. Essa pergunta atçou até os homens, que no momento não participavam da conversa: Expressões como “Credo! Esses aí nem ciganos são! São uns doidos que não têm o que fazer e ficam inventando moda!”, “Tudo mendigo, nem se atreva a conversar com eles!”. A partir dessa conversa, realizada em 2003, percebi que uma pesquisa acompanhando os ciganos calon, rejeitados até mesmo pelos próprios ciganos seria mais interessante e desafiadora.

Optamos em um primeiro momento desta pesquisa em fazer uma comparação de duas famílias diferentes de ciganos. É importante esclarecer, já que a nomenclatura cigana não faz parte do senso comum da disciplina antropológica, que os estudos ciganos no Brasil distinguem 3 clãs ciganos. Os Rom, provenientes do Leste Europeu, que teriam chegado ao país a partir do século XIX; os Sinti, oriundos da Alemanha, Itália e França; e os Calon, cuja aparição data do século XVI, vindos então como degredados da Península Ibérica. Nossa intenção era estudar duas famílias, a nossa amiga, rom e conheceríamos os calon na visita a um acampamento. No decorrer da pesquisa bibliográfica, e posteriormente nas conversas com as “lideranças” rom, percebemos a falta de estudos e pesquisas detalhadas sobre qualquer clã cigano no Brasil, impossibilitando esta comparação. Sendo esta pesquisa um trabalho de mestrado

com um período curto para seu procedimento, optamos por mudar de foco restringimos o nosso estudo a um só clã. Considerando a quase inexistência de estudos sobre os ciganos do grupo calon, que se encontram atualmente acampados no Brasil e, a dificuldade de conseguir acesso a eles, resolvemos fazer deles o nosso objeto.

Comecei então uma pesquisa via internet. Na mesma época, o governo brasileiro começou a propagar políticas públicas voltadas a “comunidades tradicionais” incluindo aí oficialmente o povo cigano. Cheguei ao conhecimento das organizações não-governamentais e associações formadas por ciganos rom e sintó, e, através do site de relacionamentos Orkut, entrei em contato com as principais “lideranças” dessas organizações. Por ter sua sede localizada em São Paulo, tive uma maior aproximação com a organização: Embaixada Cigana do Brasil Phralipen Romani, tendo Nicolas Ramanush, cigano sinti, como seu presidente e representante. Acompanhei, com os membros dessa organização, algumas reuniões do projeto Romani Rota onde, através de acordo com a Prefeitura de São Paulo, eles fazem apresentações de música e dança cigana, acompanhadas por uma palestra explicativa sobre sua cultura, feita por Ramanush, em parques municipais e atualmente nas unidades do SESC (Serviço Social de Comércio no Estado de São Paulo). Relatei minha intenção de visitar e consequentemente fazer minha pesquisa de campo em algum acampamento cigano calon localizado em nossa região, tendo sido alertada, pelos próprios membros da organização, que não poderia ir sozinha, pois além de perigoso, não iriam me atender. Combinei desse modo, de ir com eles quando, em datas comemorativas, como Páscoa, Natal, Dia das Crianças, etc. realizam um projeto social de distribuição de cestas básicas, brinquedos e roupas, em acampamentos. Depois de muita negociação, que durou quase 4 anos, no final de 2011 recebi uma ligação de Nicolas avisando que não tinham mais visitas agendadas e que a ONG está se dedicando somente ao Projeto Romani Rota.

Após a negativa de Nicolas Ramanush, entrei em contato com Nilson Rocha de Andrade, o Paraná nosso amigo casado com Wandja Kiwiek. Paraná não é cigano, a família de Wandja tinha acabado de se mudar para uma casa, antes moravam em barracas, e escolheram a cidade de São Paulo, Nilson trabalhava em um baile da zona sul paulistana perto de onde morava essa família cigana. Wandja, na época com 15 anos, já era prometida para casamento com um rom do Rio de Janeiro, ambos se

apaixonam e começam um namoro escondido¹ e proibido. Vendo eles que a família dela não aceitaria o romance, resolvem fugir, o que resultaria para ela o esquecimento de sua família. Contaram que se ela se arrependesse da fuga e quisesse voltar ao convívio dos seus, teria seus cabelos raspados em forma de castigo, “para toda a ciganada saber que eu traí minha família”. Resolveram-se. A família de Wandja, após conhecer Paraná, acabou aceitando o casamento, e Nilson hoje participa ativamente dos negócios ciganos. Assim, quando voltei a conversar com eles sobre a pesquisa e contei que não tinha conseguido ir a um acampamento, Paraná se propôs a me levar. Começa aqui outra negociação, no dia 10/10/2011 ele me liga avisando que seus “compadres” calon se encontravam acampados em Curitiba/SP e segundo eles estavam “subindo” sentido São Paulo, não tendo ainda ideia de onde iriam “levantar suas barracas”; combinamos de visitar esses ciganos. contei a ele sobre os ativistas que conheci pelas ONGs, e aqui, a conversa demonstrada acima, sobre a afirmação de que os calon não eram ciganos, mudou um pouco de rumo. Ao invés de classificar os Calon como não ciganos, eles viraram “compadres” (um dos irmãos de Wandja é casado com uma calin), e os ciganos das organizações é que passaram a ser considerados ciganos estrangeiros, Nilson falou: “Não gosto dessa gente, tudo de fora, gringo, querem copiar as coisas de fora...”. Esperei três meses para receber seu telefonema de volta, e em janeiro deste ano de 2012 foi que consegui ir a um acampamento. Felizmente teria um casamento no final de janeiro em Sorocaba (SP) e alguns ciganos estavam montando suas barracas na cidade para ir à festa. Fomos no dia 18/01 encontrar os calon. Minha estratégia na visita ao acampamento, já que não tinha muito tempo, e eles estavam a minha espera, foi acompanhá-los em suas atividades, não introduzi nenhuma conversa, as histórias foram acontecendo naturalmente, e aqui conto algumas que achei mais propícia a esta pesquisa.

Através dessa dificuldade de conseguir acesso ao campo, das justificativas da Embaixada Cigana, mostrando que seria perigoso e que não poderia ir sozinha, e com as conversas com a família Polk Kiwiek sobre as rivalidades dos grupos, já percebemos como seria difícil discorrer sobre uma identidade cigana. Com a pesquisa bibliográfica também percebemos a impossibilidade de encaixar essas pessoas ditas ciganas em um modelo tradicional de grupo e identidade. Costumamos pensar no Outro, como exótico, e a antropologia se estabeleceu a partir desse exótico; pensamos em um Outro, como

¹ Meu pai conheceu o casal nessa época, daí a confiança que essa família cigana tem com um gadjo.

uma “outra cultura” com hábitos alimentares, língua, religião, parentesco e etc. como uma “tradição particular” diferente da nossa. Porém os ciganos vivem no Brasil, comem arroz e feijão, falam o português, ouvem músicas sertanejas, casam-se na Igreja Católica ou Evangélica, assim as noções de tradição e autenticidade devem ser descartadas para descrever esse fenômeno cultural. Mas então como poderia discorrer sobre ciganos?

Nesse meio tempo conheci a pesquisadora Florencia Ferrari que estava terminando sua tese de doutora intitulada: *O mundo passa: Uma etnografia dos Calon e sua relação com os brasileiros* (2010). As dúvidas e dificuldades metodológicas que tinha, eram as mesmas de Florencia. Dessa forma, ao ler sua tese uma frase acabou guiando minhas perspectivas nesta pesquisa: “É preciso desconfiar das semelhanças dos significantes, e imaginar processos que recriam camadas de significados”. Aqui passei a usar a perspectiva teórica de Roy Wagner e Marilyn Strathern e pensar nos ciganos, não como um grupo, uma sociedade ou tradição cultural formada por indivíduos que apresentavam certas características, mas sim como uma socialidade.

Nesse sentido passamos a desconfiar de categorias fechadas como identidade cigana, etnia cigana, clãs ciganos, sociedade, comunidade e etc. E a nossa pesquisa partiu do objetivo e desafio de tentar desconstruir e desvendar a criação dessas categorias relacionadas aos chamados ciganos.

Se quando conheci os ciganos e durante o tempo que convivi com eles desde criança me impressionava com seu “estilo de vida” e tive uma curiosidade em entender como eram os ciganos, depois desta pesquisa a situação piorou...

Assim, nosso objetivo nesta dissertação é apresentar essa construção da categoria cigano através das perspectivas de ciganólogos, de ativistas ciganos e pró-ciganos e dos ciganos que conhecíamos e dos que conhecemos no acampamento.

Inicialmente faremos as discussões metodológicas que abarcam os conceitos de etnicidade, sociedade, grupo social, e socialidade, encaixando esses conceitos na perspectiva da ciganologia (estudos dos ciganos) e consequentemente na perspectiva adotada. No decorrer do texto apresentamos exemplos de resistência cigana com a criação das ONGs e associações ciganas focadas numa iniciativa de unidade roma e a busca por melhores condições sociais. Dessa forma apresentamos as políticas do governo brasileiro em prol dessa assistência social.

Antes de resumir os tópicos é importante saber que categorias nativas próprias dos ciganos, e palavras em romaní (língua oficial dos ciganos) ou chibi (língua calon) estarão destacadas no decorrer do texto em itálico, exemplo: *clã*, *gadje* (não-ciganos), *gadjin* (não-cigano feminino), *gadjo* (não-cigano masculino), etc.

O capítulo 1.1 A Identidade Cigana, relata aspectos gerais retirados de pesquisas ciganológicas do que é ser cigano. Foi pensando como forma de resumir características apresentadas por pesquisadores e os próprios ciganos de uma forma generalizada. Mostramos hipóteses de sua origem, formas de como adentraram na Europa, sua chegada ao Brasil, divisões internas classificadas sobre a forma de clã, perseguições, generalizações, o sentimento de *romanes*. Dando continuidade, já que apresentamos os calon como ciganos brasileiros, mostramos algumas características gerais destes calon, através do sentimento de *calonidade*.

O capítulo 1.2 foi pensado para esclarecer alguns aspectos da pesquisa de campo. Nele apresentamos características e costumes tradicionais do povo cigano. Apontamos sobre o nomadismo, a família, o casamento, o nascimento, rituais de morte e questões relacionadas a pureza/impureza e vergonha. No capítulo 1.3 A Construção da Etnia Cigana, começamos com uma breve explanação sobre os conceitos de raça e etnia. A partir daí, demonstraremos pesquisas sobre os ciganos sob o ponto de vista da etnicidade, principalmente focada na perspectiva de Barth (1998) exemplificando através de diferentes pesquisas sobre os ciganos na Europa e no Brasil; continuamos propondo as diferentes formas de pensar o ser cigano, e como alternativa apresentamos a pesquisa de Okely (1983) que representa uma visão diferente, relacional entre ciganos e *gadjes*. Terminamos a primeira parte da dissertação mostrando como o pensamento ocidental através de sua literatura constrói o imaginário cigano com base em obras clássicas, pesquisas científicas e a mídia em geral.

O capítulo 2 Sociedade, Grupos Sociais, Socialidade, apresenta resumidamente aspectos teóricos do pensamento de Roy Wagner e Marilyn Strathern. A partir do texto *Existem grupos sociais nas terras da Nova Guiné* (1974) Wagner desconstrói conceitos como sociedade e grupos sociais acompanhando as discussões de diferentes perspectivas antropológicas até chegar a exemplos de suas pesquisas na Nova Guiné. Strathern (1996) também pesquisando os nativos da Nova Guiné apresenta perspectiva semelhante. Apresentamos neste tópico o conceito de socialidade, afirmando através deste conceito nossa perspectiva teórica usada nesta pesquisa. Continuando com outra

obra de Wagner, *A Invenção da Cultura* (2010), mostramos aspectos voltados à relação antropólogo – nativo e o conceito chave de sua pesquisa a invenção.

Após especificar a perspectiva teórica da pesquisa, adentramos no capítulo 3 sobre a resistência cigana. O tópico 3.1 Movimentos de Resistência Cigana apresenta estratégias de resistência cigana através da criação de associações e organizações não governamentais primeiramente na Europa, mostrando algumas reivindicações destas e os consequentes problemas enfrentados. Apresentamos de modo resumido que a partir dos anos 1920 essas organizações tinham uma especificidade local, e a partir dos anos 1960 buscam um caráter transnacional, com a imposição do pronome Roma para designação de qualquer pessoa considerada cigana no mundo. Continuamos com a criação das organizações no Brasil exemplificando seus diferentes modos de representação. No tópico 3.2 Políticas Públicas, são apresentadas a inclusão dos chamados ciganos na agenda nacional. Explanamos as propostas governamentais que inclui os ciganos de alguma forma ou totalmente, como propostas na área da saúde, educação, moradia, etc. Mostramos os diferentes ativistas ciganos que participam dessa agenda, chegando a uma disputa argumentativa – supostamente polarizada entre os “legítimos defensores da causa cigana” e os “meros vendedores de seu estereótipo mistificado” aflorando ainda mais as nuances em torno das diversidades, conflitos e interesses que permeiam a socialidade cigana no mundo contemporâneo.

O último capítulo Vozes Ciganas, foi pensado para apresentar e legitimar essa grande diversidade que acompanha os membros do “povo cigano”. O tópico 4.1 – Vozes Representativas começa com a transcrição do Projeto Romani Rota, da Organização Não-Governamental Embaixada Cigana do Brasil realizado no dia 29/07/2011 onde seu presidente explica o que é a “cultura cigana”. Continuamos com duas reportagens, uma com Nicolas e Márcia Yáscara, presidente do Centro de Estudos Ciganos, e outra somente com a cigana. Ao final do tópico faremos nossas considerações sobre essas falas.

Terminamos a dissertação com a pesquisa participativa. Passamos um dia em um acampamento cigano “levantado” no município de Sorocaba, interior de São Paulo. Contamos nesse tópico as histórias mais interessantes que embasam a hipótese desta pesquisa.

1- A identidade cigana

Desde a mais remota origem, as lendas e fantasias sobre os ciganos se confundem com sua história. Esta é mítica, misturando perspectivas discursivas diversas e ambíguas que, ao final, nos contam mais sobre a história não-registrada do Velho Mundo do que sobre a história dos ciganos propriamente ditos. As hipóteses não puderam ser retiradas de documentos históricos, pois não se encontrou nada escrito e documentado sobre e pelos ciganos. A partir de uma análise comparativa entre costumes dos ciganos e de outros povos, foram encontradas semelhanças vindo daí a hipótese de que são oriundos da Índia. Havia semelhanças entre as profissões exercidas pelos ciganos e as profissões exercidas pelas castas indianas, além, da semelhança linguística entre o romaní (língua cigana) e o sânscrito (língua indiana) chegando-se a conclusão que o romaní é uma língua hindu, de origem ariana. Hoje sabemos que o dialeto cigano está misturado a muitos elementos de várias regiões, devido às peregrinações dos diversos grupos.

Como atesta Liégeois (1988), os nomes atribuídos aos ciganos são muitos e variados e designam para aqueles que os empregam realidades imprecisas e diferentes. Estas denominações nascem de uma visão parcial da história dos ciganos, como é o caso na França com os chamados *bohemiens*, nome dado aos ciganos que levavam cartas do rei da Bohemia; *gypsies* ou *travellers* na Inglaterra; *zingari* na Itália, etc.

A condenação moral dos ciganos como indivíduos perversos, hereges e selvagens e, consequentemente, a suposição de banditismo, violência e vagabundagem tomou contornos definitivos ao longo dos séculos XVI e XVII, graças à incorporação dessas representações populares sobre os ciganos pela literatura² e caracterização artísticas do início da Idade Moderna. Inicialmente as personagens ciganas surgiram nas narrativas fantásticas e satíricas de literatos e intelectuais do período renascentista, sofisticando-se posteriormente nos romances picarescos do século XVII. Essas representações passam a incorporar de vez a imagem do indivíduo anti-social e imoral, ao mesmo tempo em que representa romanticamente o aventureiro, amante inveterado e boêmio. Podemos ver, como ao longo dos séculos posteriores à chegada dos primeiros ciganos à Europa ocidental, as representações vão se definindo cada vez mais

2 Algumas obras literárias da época foram reproduzidas por Liégeois, como *O Diário de um burguês em Paris*, escrito por um contista do século XV.

negativamente. As representações do senso comum são logo adaptadas ao discurso literário e depois, ao discurso científico, formando o substrato para as novas imagens e atributos. Estas representações se fundem em um dado momento às representações elaboradas pelas autoridades públicas e pelos governantes em geral, que sob o argumento de “protegerem a ordem pública”, passam a programar as primeiras perseguições em relação aos ciganos, simplesmente por serem ciganos. Considerados, inicialmente, vagabundos, avessos ao trabalho, exploradores da boa fé, e ladrões violentos e perigosos, com suas bruxarias e, posteriormente, indivíduos racialmente impuros e degenerados, tornou-se possível a plena justificação das perseguições e expulsões, a assimilação no sentido da proibição de seus costumes, e o extermínio desses indivíduos pelas autoridades públicas.

Assim, segundo ciganólogos estudados, se pudéssemos traçar uma característica cultural comum aos chamados ciganos ela seria sem dúvida, a resistência às pressões externas das sociedades em que vivem. Aparentemente, os ciganos sempre se mantiveram e se mantem à margem das sociedades envolventes, e assim, são com frequência rotulados como “vagabundos”, ladrões ou eternos peregrinos que devem ser mantidos apenas no limiar de nossa imaginação. Estes e outros estereótipos foram na realidade elaborados historicamente através da constante movimentação de ciganos entre os diversos países europeus desde que chegaram ao ocidente.

Os ciganos se dividem em três grandes “grupos”: Roma, Manoush ou Sinti, Kalé ou Calon. O primeiro acredita-se, que seja formado por ciganos provenientes da Europa oriental e central, fazendo parte do grupo linguístico cigano mais tradicional, o ramo romani; o segundo é constituído por ciganos provenientes da Alemanha, Escandinávia e regiões do sul da França e norte da Itália; o terceiro é constituído por ciganos provenientes da Península Ibérica, e que mais tarde foram degredados para o Brasil. As divisões internas entre essas categorias compõem uma forma de separação e ordenação no mundo cigano. No entanto, nesse nível são todos idealmente iguais e as diferenças só podem ser definidas em cada contexto.

Os países ibéricos degredavam os ciganos encontrados em seus territórios para suas colônias. Deste modo, se tem notícia dos primeiros ciganos chegados ao Brasil. Os Calon foram os pioneiros, já no século XVI. A partir do século XVII generalizou-se o degredo de bandos de ciganos para cá principalmente após 1686. A cidade de São Paulo, segundo a ciganóloga Sant’Ana (1983), se apresenta hoje como o ponto de

atração e referência para os ciganos, inicialmente se organizando em bairros periféricos da cidade. Os Calon no Brasil, tomados pela perspectiva rom, são identificados pejorativamente como “ciganos brasileiros”, sendo normalmente evitados pelos seus “irmãos”. No sudeste do Brasil são vistos frequentemente nas beiras de estradas, em grandes acampamentos, onde estendem suas tendas de lona, desgastadas pelo tempo e pelas peregrinações. Em sua grande maioria os Calon são extremamente pobres e destituídos de qualquer instrução ou educação formal. Sua convivência com outros ciganos rom ou sintí é instável e conflituosa, embora algumas uniões matrimoniais ou associações econômicas ocorram.

Segundo perspectiva de autores como Acton (1974), Liégeois (1988), Adolfo (1999), Martinez (1989), que acreditam na classificação étnica dos ciganos, os Rom organizam-se em grandes subgrupos de origens históricas e geográficas distintas denominadas *natsii*³. As mais numerosas e conhecidas entre os Roma brasileiros são as *natsii kalderash* – politicamente mais importantes e numerosas – e também os *matchuaia*, *lovara* e *boyash*. As famílias Rom seguem padrões variados, mas a vida em comunidade é uma condição determinante. Os núcleos familiares se organizam em famílias extensas. Desse modo, dentro do “território” *kalderash*, os indivíduos das *natsii matchuaia* ou *lovara*, por exemplo, ocupam posições inferiores nas relações de poder, expresso pela baixa representatividade na *kris roman*⁴, ou então nas atividades domésticas e econômicas, cuidando normalmente de trabalhos precários. Como demonstra Resende, em sua dissertação de mestrado:

Dentro do mundo humano – isto é, rom – as relações podem ser igualitárias idealmente ou por princípios morais, perpetuando uma ideologia do romanes. Em princípio, todos aqueles que “vivem a maneira cigana” e possuem o romanes devem ser considerados iguais entre si. Porém, tais relações de igualdade muitas vezes se tornam instáveis quando se deparam categorias étnicas distintas, além disso, com frequência podemos observar a emergência de relações intraétnicas hierarquizadas. (Resende, 2000 pág. 70)

3 Grandes “sub-grupos” de origens históricas e geográficas distintas.

4 A *kris roman* é uma organização interna ou um tipo de tribunal entre várias *natsii* ciganas, onde os representantes mais velhos e influentes de cada família se reúnem em casos especiais para propor soluções a problemas internos dos ciganos, como casamentos, castigos, etc..

Vendo por esse lado, isto nos mostra, que mais do que falar como um cigano é necessário sentir e pensar como tal, expressando dessa forma a ideologia cigana baseada no *romanes*. Este, como um símbolo central da organização social cigana, possibilita a articulação de formas locais e transnacionais em um padrão performativo único, essencialmente cigano (*rom*).

Nessa perspectiva, localmente, as vozes ciganas dão vida aos discursos cotidianos mais tradicionais e arraigados nas práticas de co-presença, reforçando os laços, valores e normas mais comuns e estáveis dentro da comunidade. A comunidade local, frequentemente, pode apresentar uma rigidez maior segundo as determinações estruturais que influenciam na distribuição e posição (política e social) das diversas famílias e categorias étnicas que vivem juntas. Neste caso, as tradições são reforçadas (localmente) com o objetivo de manter estáveis as normas e valores que dão coerência às relações entre ciganos provenientes de famílias ou categorias distintas.

Temos visto que, se tentarmos generalizar conceitos e hipóteses para compreender os ciganos, corremos sérios riscos de conjugarmos as relações e os fatos, além de, eventualmente, promovermos a exclusão de uns tantos indivíduos, tirando-lhes a própria “identidade”, ou ainda instituindo novos estereótipos como a busca pelo “verdadeiro cigano” ou o “cigano puro”, como podemos encontrar na literatura ciganológica⁵. Num estudo pioneiro, Thomas Acton (1974) analisou diversos preconceitos de ciganólogos, de alguns ciganos e o senso comum em geral, que fundamentavam a crença em um “cigano de sangue verdadeiro”. Para Acton, a maior falha da literatura sobre os ciganos, tanto a oficial quanto a acadêmica, é a super generalização; os observadores foram facilmente levados a acreditar que práticas particulares de um “grupo” são universais, com a conseqüente sugestão de que, qualquer grupo que não seguisse as mesmas práticas, não seriam ciganos verdadeiros.

Desta forma, apenas os ciganos que utilizassem a língua *romaní* e mantivessem determinadas instituições tradicionais, como a *Kris romani*, ou o nomadismo, por exemplo, eram considerados verdadeiros ciganos. Assim, o nome coletivo “ciganos” é na realidade um “rótulo” étnico, legitimado por representações científicas, oficiais e do

5 O ciganólogo se define por possuir um interesse genérico pelos “ciganos” sem que isso se traduza em uma pesquisa rigorosa seguindo o quadro teórico-metodológico de uma disciplina específica.

senso comum. As memórias históricas e tradições ciganas se confundem sistematicamente com sua história de horrores, perseguições, exclusão e degredos.

Segundo Liégeois (1988), dadas essas condições, podemos compreender a dificuldade de fazer uma descrição real dessas populações, uma descrição que ao mesmo tempo de conta das multiplicidades dos “grupos” e de seus pontos de vista. Para ele, na maioria das vezes, as descrições dos ciganos têm sido deformadas e generalizadas para todos eles, estendendo ao conjunto dos ciganos, as características do “grupo” estudado.

Dentro das pesquisas voltadas aos ciganos no Brasil, uma das únicas que apresentaram um trabalho de campo com ciganos calon acampados foi a de doutoramento, *O Mundo Passa. Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros* de Florencia Ferrari (2010), que faz uma etnografia com os calon acampados em Itapecerica da Serra - SP, nesta pesquisa a autora nos apresenta o conceito de calonidade:

A “calonidade” não configura uma “lista de atributos”, mas um processo de “fazer-se”, um modo de agir “em construção”, continuamente reinventado e incompleto, por definição. Nesse sentido, a calonidade é ela própria performativa, quero dizer, é definida na, e pela performance, o que não se confunde com a formulação de uma “identidade calon” atualizada em múltiplas performances”. (p. 19)

Os Calon falam português e *chibi*, um repertório lexical derivado do romani – língua falada por ciganos no Leste Europeu – incorporado à gramática do português, permitindo criar uma comunicação ininteligível ao *gadje*. O vocabulário chibi de uso cotidiano gira em torno de quatrocentas palavras, cobrindo uma porção ínfima do vocabulário de uso corrente no dia a dia. De fato, a língua de base do uso comum, é o português. Mas, além de inflexões, distorções e a típica prosódia que lhe impõem os significantes que compartilhamos com eles escondem significados ausentes de qualquer dicionário português; não funcionando apenas como gíria, mas como atribuição de novos significados a significantes existentes, que só fazem sentido dentro de um sistema simbólico calon mais amplo.

Existe também aqui uma dificuldade para se estabelecer um número exato de ciganos existentes no Brasil ou ao redor do mundo. Além da falta de documentos, os ciganos não se “encaixam” neste termo que segundo eles foi “inventado” pelos *gadje*.

En matière de estadísticas relativas al número de gitanos, no hay certidumbres. Las diferentes cifras oficiales no dan ni siquiera una magnitud aproximada, porque los criterios aceptados (?quién es gitano?) siempre son determinados políticamente (lo cual no significa que hayan sido definidos con precisión, sino todo lo contrario): la razón de Estado hace que algunos países minimicen el número de sus gitanos o nieguen la existencia de ellos en su territorio (para facilitar una política de asimilación y negar los problemas culturales) mientras que otros exageran su número (para inflar las dificultades supuestamente creadas por la presencia de los gitanos y, por ejemplo, expulsarlos más fácilmente) (...) cuando se hace un censo, la mayoría de los gitanos no se declaran gitanos, por una u otra razón, principalmente por la prudencia tras siglos de persecuciones y por aquella otra inherente a su cultura, de que la palabra gitano no designa para ellos ninguna realidad. (LIÉGEOIS, 1988, p.45-46)

Movimentando-se por rotas marginais, avançando sobre o território dominante consolidado, disputando com ele novos territórios, muitas vezes reinventando este espaço e estabelecendo novas fronteiras e identidades a comunidade cigana resistiu e sobreviveu ao longo destes séculos de intolerância *gadje* inventando novas matrizes de sociabilidade, rotas e tradições. Assim, as relações entre *gadje* e ciganos serão tensas e conflituosas, em um domínio onde a fraternidade, em princípio esta ausente. Mesmo quando um *gadjo* ou uma *gadji* se integram a uma comunidade cigana, as relações a princípio, permaneceram de alguma maneira obscurecida.

Vimos nas descrições acima, um mal estar proposto pela generalização envolta nos estudos sobre a população cigana. A classificação proposta nos termos de uma identidade étnica não foge da reificação de estereótipos, propondo um conjunto de características e costumes fadados a apenas um “grupo” como se esses fossem fechados e unificados. Porém, onde exatamente começa e termina esse “grupo”? Existe de fato uma etnia, ou simplesmente um “grupo social”?

1.2 – Tradições Ciganas

Nessa parte da dissertação optamos por fazer um resumo das características e costumes tradicionais do povo cigano encontrados em livros e artigos de diferentes autores ciganólogos. É importante lembrar que nem todos os indivíduos taxados ciganos fazem ainda uso desses costumes e talvez nunca fizeram, dependendo do grupo estudado e do contexto geográfico que se encontram.

Em síntese, o nomadismo, o casamento, o nascimento, questões ligadas à pureza e impureza, funeral e valores espirituais, são tradições ciganas conhecidas e instigadas pelo senso comum como características culturais do povo cigano.

O que talvez mais chame atenção quando pensamos em ciganos é com relação ao seu nomadismo. Muitos acreditam que se baseando nas mesmas causas dos movimentos migratórios na história de vários povos, quando as pessoas buscavam um lugar com melhores condições de sobrevivência, o povo cigano também iniciou uma caminhada em busca de novas terras onde pudessem viver com liberdade, mantendo seus hábitos e costumes. Encontramos algumas lendas contadas pelos próprios que justifica e enaltece a questão do nomadismo: a mais conhecida relata terem roubado um dos quatro pregos da cruz, antes da crucificação de Jesus Cristo, sendo condenados dessa forma, a uma peregrinação que duraria sete séculos. Através desses exemplos, muitos acreditam no nomadismo cigano como uma característica natural, um povo que busca a liberdade, não se encontra enraizado com nenhuma terra ou Nação, uma imagem simplesmente fantasiada da questão do nomadismo. Sabemos hoje que as viagens e os deslocamentos dos assim chamados ciganos foram e continuam sendo uma questão funcional, não tradicional. Razões não faltam para explicar o nomadismo cigano e a principal, no meu entendimento são as perseguições de que são vítimas ao longo dos séculos, como medidas de expulsão, punições e escravidão, que os obrigavam a procurar outros lugares para viver.

Alguns autores acreditam que o nomadismo cigano começou por causa das perseguições, mas ao longo dos séculos os próprios ciganos foram adaptando sua sobrevivência e atividades econômicas a essa perspectiva nômade. A caracterização do nomadismo é exemplar para mostrar o complexo processo de construção da imagem cigana, isto é, nas representações sobre o cigano e sua tradição cultural, onde o nomadismo aparece como símbolo determinante, não podemos deixar de notar as

ambiguidades e impressões de que este termo se alimenta. Ora o nomadismo se apresenta como uma instituição cultural, ora se transforma em atributo e, como qualquer traço cultural, torna-se artefato catalogável, observável e manipulável. Dessa forma, o nomadismo é funcional em diversos aspectos: forma parte da identidade, autoriza a adaptabilidade e a flexibilidade, e permite a coesão social. Durante muito tempo permaneceram no imaginário social dos ciganos e, em especial no imaginário *gadje* as representações que destacam o cigano como sendo essencialmente um nômade, ou seja, a forte presença dos estereótipos do nomadismo. Segundo Resende (2002) este parece ser um símbolo redutor das diferenças e da diversidade existentes entre as diversas categorias étnicas que compõem a tradição cultural cigana:

Interessante a esse respeito é a adaptação simbólica do nomadismo (efeito dos constantes deslocamentos forçados, produto de grande violência física e simbólica) ao que poderia ser uma cosmogonia pós-moderna, que atua como uma mitoprática às avessas (Sahlins, 1990). Os *roma* se redescobrem como filhos bastardos do Deus cristão: ouve-se uma narrativa comum daquele "cigano" ladrão, que rouba o quarto cravo destinado à crucificação de Jesus e depois, em franca comiseração, submete-se ao poder divino e, pela expiação dos pecados, aceita a condenação eterna de errar pela terra sem ponto de parada. O nomadismo torna-se mito e prática, paradoxo da punição divina e da libertação espiritual, justifica a violência real e o *nome* recebido, dada a assimetria no campo social. (pág. 132)

A família é considerada a maior e mais importante organização, em primeiro lugar a composta por homem, mulher e filhos, ou seja a família nuclear, e depois o núcleo familiar, a família extensa, que compreende os parentes com os quais sempre se mantem relações de convivência, compartilham de interesses e negócios. São os homens que exercem o comando da família, são eles que resolvem as pendências, acertam os casamentos dos filhos, decidem os destinos das viagens.

Dessa forma, os casamentos ciganos são “arranjados”. No casamento, tende-se a escolher o cônjuge dentro do próprio grupo. Quando atingem determinada idade, 14 e 17 anos para meninos e 13 e 15 anos para meninas, começam os acertos e negociações para o casamento. O casamento funciona como uma porta de entrada para o “mundo dos

adultos”, onde o nascimento do primeiro filho é o limite. Os ciganos são monogâmicos, não admitindo relações extraconjugais, porém se o casamento anterior não der certo, podem se casar outras vezes. As possíveis esposas são procuradas pelos pais do noivo que procuram uma jovem bonita, respeitada e de família conhecida. É acertado um dote, o pai da noiva recebe moedas de ouro em “troca” de sua filha, e logo os preparativos do casamento são acertados. Em geral os noivos não podem ter nenhum tipo de intimidade antes do casamento e ainda hoje, muitos exigem a virgindade da noiva. O casamento é celebrado durante 3 dias e ciganos de várias regiões se encontram para celebrar a data. Um casamento cigano é a festa mais importante e que mais atrai os ciganos. As despesas da festa, incluindo sua organização e os vestidos da noiva, são de responsabilidade da família do noivo. O primeiro dia é dedicado ao casamento religioso, o que vai depender da religião que segue, ou da que aceitou realizar o casamento, os noivos vão até a igreja e recebem a “benção divina”. Nessa cerimônia religiosa poucas pessoas são convidadas, é considerada uma cerimônia íntima. Em seguida ocorre uma festa com baquete e todos os convidados reunidos. Geralmente a festa dura até a saída dos noivos que seguem em noites de núpcias, onde será provada a virgindade da noiva. Os pais dos dois, padrinhos, madrinhas e os mais íntimos acompanham o casal e uma senhora mais velha vai junto para provar a virgindade⁶ da noiva. Após isso, voltam para festa celebrando o casamento agora confirmado. Na festa do segundo dia a noiva veste vermelho, e um lenço na cabeça também da mesma cor confirmando que é uma mulher casada⁷. A noiva agora faz parte da família do marido, esperam dela filhos, o mais importante, e que ajude a sogra com os afazeres domésticos.

Para as mulheres ciganas, o momento mais importante da vida é o da fertilidade. Quanto mais filhos uma mulher cigana tiver, mais dotada de sorte ela é considerada pelo seu povo. Quando a criança nasce, ocorre um batismo simbólico onde a criança recebe três nomes:

- O primeiro nome permanece um segredo para sempre, esse nome é sussurrado pela mãe que escolhe na hora do nascimento esse nome secreto para confundir os espíritos e afastar a verdadeira identidade desta criança.

⁶ Caso a noiva não seja virgem, ela pode ser devolvida para os pais e esses terão que pagar uma indenização para os pais do noivo.

⁷ Esse lenço será usado até a morte do marido ou uma possível separação. É interessante também que em toda a cerimonia a noiva possui um semblante triste, pois a partir de casada passa a fazer parte da família do marido, não vendo mais seus pais por um bom tempo.

- o segundo nome é o nome cigano, o que é usado entre os ciganos. É um nome conferido informalmente e usado somente entre eles.

- o terceiro nome é dado em um segundo batismo, feito na religião dos pais da criança. Este nome tem pouca importância para os ciganos, e é considerado somente uma necessidade prática para ser usado em contato com os *gadje*.

A maioria dos chamados ciganos acredita na vida após a morte, devido a isso, no falecimento de um ente querido, o luto dura em geral muito tempo. Seguem muitos rituais para aliviar a dor dos seus antepassados que partiram. Os mortos geralmente são enterrados com as melhores roupas e com alguns pertences, antigamente queimavam todos os objetos e até mesmo a barraca deste morto, para o espírito “fazer a passagem” sem resquícios da vida.

Muitos estudiosos dos chamados ciganos coincidem na apresentação de um sistema de ideias que ordena o mundo a partir de categorias de puro e impuro (*wuzho* ou *vuyo/marimé*⁸). De modo geral encontramos um sistema que opera por meio de pares de oposição, em que o alto e baixo-ventre, interior e exterior, homem e mulher, ciganos e *gadje*, são dicotomias que correspondem às categorias de pureza e impureza, respectivamente. O corpo feminino é tomado como paradigma, é no órgão feminino que se localiza a impureza, a mulher vive sequentes situações de impureza localizada, como durante o parto, tudo que ela tocar após o parto pode ser considerado impuro/*marimé*. Após o batismo, quando lavada, deixa de ser *marimé*. Essas categorias de puro/impuro estão ligadas as questões da vergonha. O *gadje* também é considerado impuro, todo o código moral que prescreve modos de conduta baseadas numa noção de pureza e vergonha é alheio ao *gadje*. Desse modo tem justificativa a resistência cigana ao mundo *gadje*. A impureza *gadje* contaminaria os ciganos.

⁸ Puro/Impuro em romanes. Porém outras palavras foram encontradas para designar as mesmas categorias, o importante é saber que as categorias puro/impuro perpassam todos os estudos ciganos.

1.3- A “construção” da etnia cigana

Desde que comecei a estudar os ciganos a partir do ponto de vista da Antropologia a questão da classificação étnica cigana me incomodava muito. Autores estudados e alguns ciganos afirmavam e continuam afirmando essa etnicidade. Discutir a cerca da configuração de identidades étnicas na contemporaneidade nos coloca diante de algumas questões pertinentes, tais como: como pensar essas identidades e ao mesmo tempo minimizar os efeitos predominantes do conceito de etnia; que características devem ser levadas em consideração ao abordá-las; será que a etnia continua sendo um parâmetro para refletir sobre processos de identificação, como romper com os essencialismos?

O conceito de etnia aparece para disfarçar o conceito de raça, voltado para aspectos biológicos de sangue e que apresenta um caráter excludente. De uma maneira rápida e brusca, podemos diferenciar esses conceitos como, raça: é descrita como um conceito voltado para aspectos biológicos usados historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas; já etnia: refere-se ao âmbito cultural, um grupo étnico seria uma comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas, geralmente as comunidades étnicas reclamam para si uma unidade estrutural, política e um território.

O termo étnico, portanto, assume sentidos diferenciados, mas se encontra articulado com os conceitos de raça e nação, gerando desconforto ao ser utilizado com fins de identificação. Paul Gilroy, sociólogo inglês em seu livro, *O Atlântico Negro* (2007) afirma que na modernidade as estruturas transnacionais criadas, se desenvolveram e deram origem a um sistema de comunicações globais marcada por fluxos e trocas culturais; para ele a formação dessa rede possibilitou às populações negras durante a diáspora africana formar uma cultura que não pode ser identificada exclusivamente como caribenha, africana, americana, mas todas elas ao mesmo tempo. Nesse sentido, para ele o conceito de etnia é empregado no Atlântico Negro a partir de uma ótica ideológica e com interesses bem distintos estabelecidos pelo Estado, com o objetivo de promover o ideal de nação, criando assim visões totalizantes e excludentes, eliminando as singularidades e as particularidades históricas na formação dos diversos agrupamentos humanos. (2007, pág. 311).

Na contemporaneidade, as identidades assumem múltiplos contornos extrapolando assim a dimensão étnica. Assim devemos compreender os contextos

sociais dos quais emergem tais identidades, fazendo com que sejam vistas como um processo que sofre variações ao longo do tempo e do espaço.

Contudo, em vez de aceitar a lógica econômica e social desta mudança histórica, o absolutismo étnico tem concordado com os nacionalismos nostálgicos, afirmando que a “raça” continua a ser modo de divisão principal em todas as circunstâncias contemporâneas, que a cultura negra está ainda intacta em essência, e que um padrão identificável de experiências e atributos corporais podem servir para vincular os negros independentemente da sua riqueza ou saúde, seu gênero, religião, situação, ou hábitos políticos e ideológicos (Gilroy, 2007, p. 301).

A maioria das pesquisas voltadas aos ciganos, principalmente entre os anos 1960 a 1980, parte da noção de etnia e etnicidade proposto por Frederick Barth em seu livro *Ethnic Groups and boundaries* de 1969 voltadas a noção de fronteiras identitárias por ele desenvolvida. Barth procurou sintetizar os principais aspectos que definiriam um grupo étnico e sua fronteira: são grupos que se autoperpetuam biologicamente, compartilham valores culturais básicos que se manifestam em formas culturais definidas como parentesco, língua, religião, etc.; formam um grupo que se integra em uma rede de comunicação e interação; e os membros do grupo se identificam e são identificados por outros como pertencentes a uma categoria específica de interação. Afirma que pertencer a uma categoria étnica implica ser certo tipo de pessoa, com uma determinada identidade básica. Desta forma, os autores ciganólogos acreditam em uma fronteira, que está dada e que os ciganos utilizam para manter sua identidade cultural através da dicotomia ciganos/*gadjes*. A seguir faremos uma breve explanação acerca da bibliografia cigana pesquisada.

Liégeois, com sua obra *Los Gitanos* (1988) considera que para se entender a cerca da população cigana precisamos passar pelo estudo da população que os rodeiam. Para ele, os ciganos se situam por oposição, sendo esta oposição cotidiana e funcional. Para os ciganos, “o fato fundamental não é o isolamento, mas sim a imersão com outros indivíduos, onde nessas situações, são muitos os empréstimos culturais que tomam de sua volta, e que cada grupo os utiliza e deles se alimenta para marcar diferenças” (Liégeois, pág. 108). Para ele as populações ciganas formam no mundo, um mosaico de

grupos diversificados, sendo este mosaico, um conjunto de elementos, que, de certo modo, estão unidos uns aos outros. “Puede considerarse que las poblaciones gitanas forman um conjunto organizado, aunque la estructura, em su caso, no sea rígida sino cambiante. A través de la variedad permanece uma configuración significativa.” (pág. 49).

Claire Auzias, em *Os Ciganos ou o destino selvagem dos roms do leste*, 2001, busca, analisando os ciganos rom do leste europeu, entender como esses indivíduos sobreviveram e ainda sobrevivem à margem da sociedade vigente, passando por períodos diferentes, como a Revolução Socialista, as duas Grandes Guerras, a abertura democrática, etc. Para ela, “os rom são uma entidade cultural definida cujas qualidades está a porosidade aos outros, graças à sua a-terrialidade. Dormem, comem, falam como aqueles com quem vivem” (pág. 70). A autora dá ênfase à questão acolhedora dessas pessoas, onde acredita que dificilmente se encontrará um povo mais mestiçado, mais aberto às culturas do mundo, aos outros, aos costumes, as especialidades, como as temporalidades. Classifica os rom como uma cultura do acolhimento; ressaltando, porém, que este duplo movimento, cultural, histórico e espacial, permitiu a eles transformar-se, mantendo sua identidade. “A sua *cultura* e a sua *civilização* não tem pretensões guerreiras nem burocráticas. Eles não totalizam nem os outros nem o mundo. Eles aparecem-nos por segmentos. Um grupo cigano daqui, um grupo cigano dali. Não se consegue globalizá-los, estruturar firmemente as constastes.” (grifos meus - p. 41). Anne Sutherland em seu livro *Gypsies: The Hidden Americans*, também enfatiza uma identidade cigana dada, segunda a autora, “categorias de poluição (no caso, ciganos puro/*gadjes* impuros) são meios de determinar a fronteira fundamental entre os Rom e os *gadje*” (1975, p. 289). A autora afirma ainda que o intuito do seu livro foi “descrever holisticamente a organização social de um grupo particular de Rom; aqui reconhecemos uma concepção de sociedade que se imagina como um todo, uma unidade. Para ela, as ideias de poluição não somente estão no seio de um sistema de crenças que dão ordem ao universo moral dos rom, dando também significados as fronteiras sociais.

A antropóloga norte-americana Silverman em seu artigo, *Negotiating ‘Gypsiness’: Strategy in context*, adota perspectiva semelhante. Para ela, “Ciganos adotam inúmeros traços culturais não-ciganos, como roupas, música, língua e ocupações, sem se tornar *gadje* (...) A cultura englobante não é uma ameaça a cultura cigana, mas um grande armazém em constante mutação, do qual os ciganos lançam mão

e adaptam, e com eles interpretam e criam” (1988, pág. 266). Nesse caso, a autora critica os estudos que previam uma assimilação dos ciganos ao “novo mundo”, que alegavam que o sangue cigano estava gradualmente se misturando ao sangue não cigano e que a sedentarização os prendia à civilização. Nos Rom norte-americanos onde fez seu campo, não haveria sinais de assimilação, mas sim da “manutenção da fronteira cigano/não-cigano, junto a uma “inovação de formas culturais”. (p. 262). O texto parece oscilar entre caracterizar a cultura cigana como definida na relação com a sociedade envolvente e recorrer a uma noção de cultura e sociedade preexistente, entre a assimilação à cultura norte-americana (adoção de traços culturais) e a “manutenção de uma cultura cigana distinta da cultura norte-americana que a cerca”. O *gadje*, aqui é pensado como um “armazém” de traços culturais, que seriam apropriados pelos ciganos, concebidos como uma cultura separada, cuja existência é dada a priori.

Nicole Martinez em *Os Ciganos* (1989) afirma que não há exatamente um povo cigano, apesar de estarmos habituados a pensá-los como tal, mas sim que existiriam diversos povos ciganos de diferentes origens e cuja identidade é dada pelo lugar que ocupam nas diversas sociedades e em cada época. A autora sugere a existência não de uma identidade cultural, comum a todos os povos nômades sob a denominação de ciganos, mas de uma identidade sociológica, “eles têm comportamentos similares, oriundos de uma exclusão comparável – de classe ou de casta – mas não pela cultura e nem pela língua. (...) não pode ser confundida com um parentesco forjado por uma mesma herança cultural” (p.3). Entretanto, para ela, “A afirmação da particularidade étnica é a única racionalização aceitável hoje, às vezes constitui-se numa nova máscara, sob a qual rejeição pode se disfarçar: apesar da distancia eles continuam sendo excluídos pela sociedade” (p. 67).

As teorias e métodos aplicados às pesquisas sobre os meios tsiganos e ciganos têm todas um ponto em comum. Elas extrapolam no campo da ciência o mesmo distanciamento, a exclusão que os capítulos anteriores permitiram ressaltar do estudo do espaço, dos recursos ou da situação jurídica. As definições científicas eliminam os tsiganos dos quadros comuns das sociedades nas quais eles vivem: apresentando-lhes um sistema econômico de “colheita” – tipo uma ilha do passado – ou ainda como uma cultura totalmente estrangeira ao mundo ocidental. (p. 75-76)

Em *Questioning Gypsy identity: Ethnic Narratives in Britain and America*, Brian Belton (2005) propõe teorias relativas à interação social e do processo, examinando como a identidade cigana surge da complexidade cultural de biografias individuais, familiares e comunitárias, onde os grandes blocos de pessoas formam e continuam sendo categorizados e rotulados pela sociedade. Ele argumenta que a identidade cigana é mantida e criada não só pela tradição e hereditariedade, mas também por fatores sociais e ideológicos que originaram a narrativa da identidade étnica cigana. Desse modo, a construção da identidade cigana, segundo Belton, é um produto da exploração econômica e social, levando a criação de um Outro, onde a criação da diferença tem a capacidade de tornar-se um precursor da qualificação da população cigana.

Pesquisadores brasileiros também compartilhavam essa ideia. A cidade de Souza, Paraíba, ao que parece, apresenta uma grande quantidade de ciganos, pois a maioria das pesquisas envolvendo ciganos brasileiros foi desenvolvida na cidade. Começando com Frans Moonem antropólogo que dedicou seus estudos aos ciganos a partir de 1993, acredita ainda na distinção entre ciganos nômades e sedentários. Para ele, os ciganos que estão se sedentarizando estariam perdendo suas características culturais e consequentemente se “abrasileirando”, ele identifica como os modos de se vestir, as músicas escutadas, as comidas, etc., que os calon da cidade reproduzem mostra uma perda cultural das características do “ser cigano”. Com uma aparente militância o autor afirma no texto *Os Estudos Ciganos no Brasil* sobre a relação do governo brasileiro com os ciganos:

Não existe um órgão governamental para tratar especificamente dos assuntos ciganos; nenhuma lei lhes dá proteção especial; na Constituição Federal nem sequer são mencionados. Desconheço a existência de organizações não-governamentais pró-ciganas no Brasil. O Movimento Cigano está ensaiando seus primeiros passos: existem várias organizações ciganas mas apenas com atuação local ou regional, e nenhuma que representa todos os ciganos brasileiros. Um Decreto publicado no Diário Oficial da União de 26.05.2006 instituiu o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Cigano, mas esqueceram de informar a imprensa e os estabelecimentos de ensino, como também os próprios ciganos, que ignoraram o fato em 2007. Sem exagero

algum, pode-se afirmar que os ciganos constituem a minoria étnica menos conhecida, e talvez por isso mais odiada e discriminada do Brasil. (2008, p. 1).

Também analisando os ciganos de Souza, Goldfarb, em sua pesquisa *Um estudo da construção da identidade cigana na cidade de Souza/ PA*, (2008), explica que os ciganos compreendem grupos específicos e distintos do ponto de vista cultural, grupos que se pensam e são pensados como diferentes, embora no imaginário sousense sejam representados através da ausência de raízes e de uma liberdade exacerbada, frutos de representações que os ligam ao nomadismo. Mostrando sua perspectiva teórica, “A reflexão sobre a identidade cigana precisa situar-se em relação as formas de diferenciação social existentes em Sousa, visto que, como nos mostra Fredrik Barth (1998 - 1ª edição 1969), não é o isolamento geográfico ou social que representa o fator definidor da diversidade cultural”. (p. 3) Golbfarb conclui que podemos afirmar que a identidade não é dada, mas criada, forjada, articulada por meio de elementos históricos e culturais. Assim, é evocada quando um grupo social denota o desejo de diferenciar-se, de desenvolver uma auto-imagem, e a memória surge como um elemento capaz de delimitar diferenças e demarcar as fronteiras culturais dos grupos em interação.

A dissertação de mestrado de Patricia Sulpino (1999), com a mesma comunidade cigana de Souza, ao contrário de Moonem e Golbfarb, ao invés de tomar a noção de “nomadismo” como um dado a priori, busca categorias nativas, como *viajador*, *morador*, que fazem parte de um sistema mais amplo e complexo de concepções acerca do tempo e espaço, indicam uma percepção particular desses ciganos do espaço que demanda descrição. Para ela, o “nomadismo”, definido como o período de andanças dos grupos, graças a memória social, possibilita o reordenamento no presente das referencias simbólicas do passado (p. 56). Desse modo, a autora revela uma visão nativa da mudança, como *coisa do tempo*, construindo um nós coletivo a partir das ideias ligadas á um nomadismo passado, enquanto pensam o morar em casas no presente como sinônimo de viver trancado, mas também como “conforto, proteção e acesso a valores e bens de consumo do mundo *juron*” (p. 67). Com uma explicação de viés funcionalista, a autora entende a memória das andanças como função de coesão social, do nós coletivo.

Em outros estados brasileiros, a pesquisa de doutorado de Dantas Melo, *O Romani dos calons da região de Mambai: uma língua obsoleta* (2008), faz um estudo linguístico do dialeto *chibi* falado pelos Calon. Segundo o autor, “estou lidando com um grupo de indivíduos cujos antepassados chegaram ao Brasil pelos idos de 1570. Isto significa aproximadamente quatrocentos anos de influência portuguesa e quiçá africana (afinal, conforme relatos de autoridades coloniais, muitos ciganos trabalharam como intermediários no mercado de vendas de escravos)” (p.13). Partindo desse pressuposto o autor relata as festas promovidas por esses calon mostrando que são as mesmas festas tradicionais e populares dos *gadjes* brasileiros; a maior festa, por exemplo, é a de Nossa Senhora Aparecida, a santa padroeira do Brasil. Para Dantas Melo, essa devoção é um exemplo típico de simbolização, segundo conceito de Geertz (1989) que vê o símbolo como transmissor da cultura. O autor continua mostrando semelhanças entre Nossa Senhora Aparecida e Santa Sara Kali, considerada a padroeira dos ciganos, destaca também os festejos, os nomes usados pelos calon, que segundo ele seriam ao mínimo três, e os casamentos entre ciganos e *gadjes*.

Partindo dos parâmetros expostos por Barth, onde os grupos ciganos são entendidos como tradição cultural, Fazito Resende, na pesquisa *Transnacionalismo e Etnicidade: A construção simbólica da Romanesthán (Nação Cigana)* (2000), parte da perspectiva de que o termo cigano, em princípio, remete uma representação externa, assimilada pelo indivíduo (cigano) para pensar a si mesmo visando uma elaboração de auto-imagem, porém, para ele, esta auto-imagem, que se forma através de estereótipos próprios do imaginário *gadje*, é adaptada pelos ciganos através de suas experiências cotidianas. Desse modo, o indivíduo rotulado como cigano, assimila o estereótipo *gadje* dentro de seu próprio universo de representações. “Os ciganos manipulam sua identidade conforme as interações que mantêm com os *gadjes* e outros ciganos, variando de acordo com os contextos sociais, favorecendo a fragmentação de uma suposta unidade ou continuidade cultural devido, sobretudo, ao processo de *categorização étnica* entre os diversos subgrupos (*natsii* e *vitsii*)”. (p. 58).

A psicóloga social Mariana Bonomo, em sua pesquisa *Identidade, Representações Sociais e Memória no contexto da Cultura Cigana* (2010) descreve os processos identitários vinculados a diferentes grupos de calon que se encontram acampados no estado do Espírito Santo, que segundo a autora buscam a valorização de sua cultura e práticas endogrúpicas, reafirmando características que consideram

positivas, de modo a compensar os estereótipos fortemente negativos que lhes são atribuídos. A autora afirma que a identidade cigana se sustenta nas estratégias de resistência criadas pelos grupos para que seus membros se reconheçam como parte da cultura cigana em confronto com a cultura *gadje*. A proposta da pesquisa, ainda em andamento, é a de conhecer como homens e mulheres, ciganos e ciganas, constroem sua identidade étnica a partir das relações endo e exgrupais estabelecidas pela comunidade calon. Segundo Bonomo:

É urgente, portanto, se conhecer a dinâmica dos grupos sociais a partir dos próprios grupos, evitando que as ainda raras políticas públicas destinadas a essas populações sejam pautadas em preconceitos ou mesmo distantes da realidade cultural destes povos, o que poderia restringir ainda mais o acesso aos bens sociais objetivos e simbólicos.
(p. 15)

Buscando alternativas para essa relação étnica voltada para a dicotomia ciganos/*gadjes*, Okely (1983- 2005) analisa o papel da escola na política de assimilação ao trabalho assalariado e de sedentarização. A autora defende a tese de que os ciganos são produto da desintegração da sociedade medieval e do surgimento da sociedade industrial e urbana, na qual grupos nômades desarraigados resistiram à ideia de Estado-Nação, e a nova concepção de trabalho assalariado, recusando proletarizar-se, e mantendo-se diferente. Ela chama a atenção para a dependência da economia dos Travellers em relação à economia mais ampla da sociedade *gadje* e defende que não se podem pensar os ciganos, independentemente de sua relação com os *gadje*: “A separação entre ciganos e não ciganos é socialmente construída e nunca pode ser absoluta” (1983, p. 77). Vemos com a autora uma recusa da noção de uma identidade como substância, essência, dada a priori, em prol do entendimento da identidade como produto da relação e não como seu propósito. Segundo a autora, grupos como os ciganos sobrevivem, pois são necessários em nossa cultura, pois são vistos pela sociedade majoritária como uma via de escape, uma forma alternativa de cultura, uma contracultura. “Outsiders tem projetado sobre os ciganos suas próprias fantasias e desejos reprimidos de desordens” (pág. 2005, p. 35). Okely fez uma pesquisa de campo grande, a autora viveu com os ciganos ingleses (denominados travellers) durante períodos esparsos desde que começou sua pesquisa e seu primeiro contato foi através de

uma pesquisa encomendada pelo governo inglês, contendo questionários voltados para uma pesquisa quantitativa. Assim, Okely observou como os ciganos manipulavam as respostas e mentiam conforme achavam que ela queria escutar, com isso a autora percebeu que só poderia ter um conhecimento dessas pessoas, participando de suas vidas, “arrumei minha mala e fui para um trailler” (p. 17).

Em uma pesquisa mais recente encontramos um livro intitulado *Ciganos e Etnia*, (2008) uma coletânea organizada por Marek Jakoubec, o livro reúne artigos dos mais respeitados estudiosos sobre os ciganos, focando no tema da construção da identidade étnica em diversas populações ciganas na Europa e América do Norte. Os autores, através de diferentes perspectivas de campo, analisam os processos de identificação étnica das populações ciganas em determinados contextos políticos e geográficos. Os pontos centrais de alguns dos artigos são as questões como a formação e difusão da identidade étnica roma (Okely); crítica às concepções dominantes sobre as populações ciganas resultantes da ideia de que existe um grupo étnico único (Wim Willews); o “mito de origem” dos ciganos, é gradualmente entrincheirado em torno da população cigana na forma de estereótipos étnicos, ou seja, os próprios ciganos estão vendo-se através das perspectivas das estruturas nacionalistas (Paloma Gay Y Blasco); o movimento étnico roma como resultado de pressão social externa, tais como as demandas políticas dos estados e organizações internacionais (Martin Kovats). Em comum esses artigos e os outros que fazem parte da coletânea partem do anti-essencialismo do ponto de vista da concepção, ou seja, da identidade étnica derivada da perspectiva de Barth, aqui, a noção de grupo étnico roma, não é tratada como premissa inquestionável, mas uma questão voltada a diferentes formas conceituais, sociais e geográficas.

Uma discussão atual sobre essa questão étnica cigana envolve dois grandes estudiosos sobre o assunto: Ian Hancock, linguista e defensor público, filho de mãe cigana e pai inglês, presidente do Programa de Estudos Romani da Universidade do Texas e Werner Cohn, professor de Antropologia Social da Universidade British Columbia. O embate é forte devido à questão em voga no momento sobre o nacionalismo cigano. Ian Hancock acredita que devido à natureza de sua entrada na Europa, os ciganos chegaram como uma nação espalhada de pessoas unidas pela língua, cultura e origem: “ciganos não tinham força policial ou militar, e nenhum território geográfico com o qual poderiam se identificar. Não tinham uma história, uma religião

ou uma linguagem que era familiar para aqueles ao seu redor. (p. 13)”. O autor explica que o apoio a suas reivindicações podem ser encontrados na existência de uma pátria simbólica externa, fica claro com a explicação de que nos tempos em que encontramos divididos em Estados- Nações, identificar uma pátria real traz legitimidade e segurança:

Eu sou um dos mais vocais em insistir que os ciganos são um povo que se originou na Ásia. Eu assumo minha posição de socio-linguista⁹, que vê a língua como um veículo de cultura, e nós realmente falamos uma língua e mantemos uma cultura cujo núcleo de retenção direta é ligada a Índia. O reconhecimento dessa posição é essencial, porque qualquer forma alternativa é para criar uma história fictícia e ter, novamente a nossa identidade nas mãos de políticos e estudiosos não ciganos (1997, p.15)

Já Werner Cohn (2000) argumenta que a lealdade cigana esta relacionada à família. Segundo ele, as famílias ciganas estão só preocupadas com seus contatos de parentesco e com suas relações comerciais com o *gadje*, não interessando mais nada, além disso. Ele parte da noção da sua pesquisa de campo onde acompanhou “assentamentos rom” na República Checa e através de uma visão de grupo fechada, determina quatro fundamentos de estilo de vida rom: língua romanês, preço da noiva, festas e rituais, ocupações e negócios rom

...do ponto de vista rom, aqueles que não praticam esses quatro elementos não são ciganos, é portanto, particularmente presunçosa e enganadora, quando as pessoas¹⁰ que estão fora do estilo de vida cigana pretendem falar em nome do povo cigano. O que se pode falar sobre lealdade e afiliações dos rom? Em resumo não há lealdade significativa além da família. Como já sugeri, os ciganos estão preocupados com o preço da noiva e o ritual em uma mão, e o negócio, isto é, as relações com os clientes não-ciganos e os concorrentes ciganos por outro lado. Falar de “Nacionalismo Gypsi”

⁹ Okely negou a questão linguística sobre o romaní, segundo ela, são usadas diferentes formas de romaní, com um uso limitado de algumas palavras chaves. A autora conta que por essas observações Ian Hancock ameaçou queimar o seu livro.

¹⁰ Claro ataque a Ian Hancock.

para eles, você pode contar com alegria, desprezo e total falta de compreensão. (pág. 65)

Marek Jakoubek (2008) também apoia essa ideia, segundo o autor, os ciganos consideram como seus parceiros, principalmente os membros das sociedades majoritárias não-ciganos do que os ciganos de outros grupo. Para ele, os grupos individuais são reproduzidos em um princípio hereditário e, portanto, preservam a estrutura existente de uma forma inalterada. A filiação a um grupo é transmitida com base no parentesco, e não se refere a um indivíduo apenas, mas a toda a família. O indivíduo e suas atividades não são importantes, sua posição atribuída é imutável. O status de um indivíduo na cultura cigana não é visto a luz de suas qualidades e realizações pessoais, mas é determinada por filiação de sua família e pela posição dessa família no sistema social cigano:

Consequentemente podemos argumentar que as categorias “a população roma”, “minorias roma” e as “pessoas roma” e etc. são vazias do ponto de vista dos sujeitos que deveriam ser seus membros. Em seus olhos, os indivíduos das entidades sub-étnicas (e dentro desse quadro os grupos divididos pelo ritual de impureza) são essencialmente desiguais (em termos da qualidade de sua humanidade), de modo que é impossível considerá-los como iguais, em qualquer sentido, e dessa forma, incluí-los na estrutura de uma coletividade. (pág. 127)

O autor continua seus argumentos afirmando que podemos resumir que a ordem institucional e ponto central da organização social de um acampamento cigano é o parentesco, ou seja, uma estrutura genealógica; porém essa estrutura pode ser manipulada conforme interesses políticos. Dessa forma, o parentesco em um acampamento cigano, segundo Jakoubek, é uma construção cultural, e não uma realidade biológica. Concluindo seu raciocínio aponta quatro características fundamentais para o entendimento da realidade cigana: 1) Não existe nenhuma organização formal nos acampamentos ciganos; 2) O mercado e a economia de mercado não desempenha quase nenhum papel dentro do acampamento cigano, a esfera da economia é regulada por fatores não econômicos; 3) Existe uma estrutura social que

acentua um status atribuído, ou seja, há funções que determinadas classes representam por nascimento; 4) Não existe noções de humanidade universal e igualitária. Dessa forma, enumerando essas características, o autor conclui que os acampamentos ciganos, são os últimos representantes das sociedades tradicionais, no sentido contrário aos da sociedade moderna e civil. O autor passa a contestar a questão da nacionalidade cigana a partir dessa premissa de que são representantes das sociedades tradicionais. “Assim, podemos afirmar que a tentativa de realizar uma emancipação nacional dos habitantes dos acampamentos ciganos são uns dos maiores truques de assimilação” (p. 133).

O cientista político Peter Vermeersch, professor da Universidade Leuven, Bélgica, em seu artigo, *O Movimento Roma, políticas minoritária e Mobilização Étnica contemporânea na Europa Central* (2006) examina a formação de uma identidade étnica específica (a cigana) dentro de contexto de mobilização política na Europa Central, ele quer saber a maneira pela qual os diversos atores políticos atribuem sentido a ideia de identidade étnica cigana. Segundo o autor, no período do pós-guerra o Movimento Cigano toma forma, “a última década houve um despertar étnico e uma ascensão do etno-nacionalismo cigano, isto é, uma transição de um grupo social em direção a um grupo etnicamente mobilizado” (p. 06) O autor parte do pressuposto de que a identidade étnica é resultado de uma “retórica” promulgada por atores do movimento étnico, um processo que está condicionado por fatores que pertencem ao ambiente histórico e político:

O processo de construção social da etnia ocorre em vários contextos formais e informais, onde a política sem dúvida é muito importante. A política fornece uma plataforma para a mobilização em massa da etnia e pode influenciar diretamente a opinião pública, os atos legislativos e administrativos ou a distribuição de recursos. Por essa razão me dedico a pesquisa sobre a definição da identidade cigana pela elite cigana e sobre a definição da identidade cigana pelos ativistas políticos. (p. 10)

Assim, o autor conclui que a mobilização política é um aspecto crucial da etnia, uma vez que afeta profundamente a auto definição do grupo e seus limites, dessa forma, é provável que a identidade étnica seja o resultado da mobilização institucional

ambiente e das estratégias da formação interna das elites nas quais se baseiam essas mobilizações.

Como vimos no item anterior, às primeiras notícias de ciganos no Ocidente datam do século XV, encontram-se registros que em 1417, na região da atual Alemanha, chegam grupos de famílias nômades. No decorrer dos anos seguintes nos territórios que hoje são a França, Itália, Suíça e Espanha afloram documentos que nos fazem crer numa verdadeira onda migratória de ciganos em direção à Europa ocidental. O período de contato dos ciganos com o ocidente coincide assim, com a difusão do pensamento ocidental no processo de colonização. O Ocidente se viu desse modo a se relacionar com o cigano, neste caso foi inevitável à formação de conceitos sobre eles, que variam muito pouco de lugar para lugar. Nesses países, os ciganos são classificados em determinadas categorias, localizadas à margem de sua cultura, como “ladrões, barulhentos, sujos, imorais, enganadores, associais e inimigos do trabalho” (Liégeois, 1987, p. 162). Em gíria inglesa, “to gyp” significa roubar; “zinganar” é enganar em dialeto vienense; na França, dizer que alguém é um “panier” [cesteiro] — tradicional ofício de ciganos — é um trato pejorativo (Robert, 1993). A palavra calão (de caló) passou da designação dos ciganos da península ibérica (Calon), à língua dos ciganos e depois à “gíria dos malandros”, de onde derivou o “baixo calão”, referente a linguajar rude e grosseiro (Houaiss, 2001).

Alguns autores trataram de investigar a formação do imaginário ocidental sobre os ciganos a partir de obras literárias clássicas. Segundo Ferrari, em sua dissertação de mestrado *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano* (2002),

A literatura oferece matéria-prima privilegiada para uma pesquisa sobre o imaginário, na medida em que, sendo este um conjunto de ideias — que sempre tem chance de se desdobrar em ações concretas — opera em diálogo com a realidade empírica (o contexto), mas não se resume a ela. Em outras palavras, o universo que ela maneja é alargado; a literatura comporta a invenção e, portanto, lida com o que é possível imaginar sobre os ciganos, sem obrigação de ser fiel ao historicamente comprovado. Nesse sentido, ela permite aventar o que o Ocidente pensa sobre os ciganos e, conseqüentemente, o que aquele faz com esses. (2002, p. 21).

A autora parte da análise de obras clássicas da literatura europeia, adentrando consequentemente na literatura brasileira. Segundo Ferrari, se o ocidente se viu obrigado a se relacionar com os ciganos foi também inevitável a formação de conceitos sobre eles, variando pouco nos países da Europa e América, dessa forma, ao representar outras culturas, o Ocidente revela sua visão de mundo. Para ela, essas ideias não permaneceram apenas como ideias, mas também serviram a medidas opressivas contra eles. Nesse sentido, as representações do Ocidente sobre o Outro são relevantes como exercícios de reflexividade, quer dizer, que elas expressam uma maneira do Ocidente compreender e incorporar o outro dentro de ser sistema simbólico.

A categoria “cigano” surge na fronteira, e o que se entende por ela origina-se ali. Igualmente deve-se entender a categoria “Ocidente” , que se opõe a ela. No encontro, as diferenças internas de cada um dos lados se neutralizam e dão lugar às características que contrastam entre as culturas. O crítico indo-britânico Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1989), também propõe pensar as culturas em situação. Para ele, a cultura só emerge quando, confrontada com outra, se percebe diferente. Adotando essa perspectiva, creio que se deve buscar justamente o que mais radicalmente se mostrou alteridade para o Ocidente. Por meio da oposição ao que os ciganos expunham de diferente, encontrar-se-ão os valores que definem o Ocidente, nessa situação. (pág.26)

Optando pelo nomadismo como característica cultural de destaque nessas pessoas ciganas, a autora conclui que, não há nada mais distante da concepção territorializada de identidade nacional que o nomadismo cigano. Para a relação que o Ocidente construiu com o espaço – a de uma identidade entre habitantes e território, o que resulta na Nação – o nomadismo configura um antagonismo. Se na extensão do Ocidente, para cada nação havia uma relação de alteridade com as demais nações; o cigano, introduz um outro termo, no qual a identidade com um território definido deixa de valer como critério. A oposição se redefine dispondo, de um lado, uma identidade baseada na territorialidade e, do outro, uma fuga dessa territorialidade. Aqui, percebemos uma clara relação com as ideias de Okely.

As lendas ciganas, retiradas do contexto cristão, demonstram também essa relação. Uma dessas lendas diz que os ciganos são descendentes de Caim, buscando no Livro do Gênesis a maldição caída sobre ele, de quem descenderia um povo nômade. Também afirmam que teriam roubado um dos pregos da cruz de Jesus Cristo e por isso foram condenados a peregrinação por sete séculos. Vemos, que o cigano, entendido como parte do sistema de pensamento ocidental, não existe fora de uma leitura cristã, que vem a reboque da própria visão de mundo ocidental. Nessas correlações vemos um juízo de valor ocidental, que baseado em sua própria noção de trabalho e moral, dispõe o outro fora ou à margem da sociedade. De modo geral é procedente sugerir que o código econômico e consequentemente o código moral cristão, aparece por vezes como metáfora do grau de desenvolvimento social, isto é, por trás de uma formulação sobre o trabalho dos ciganos entrevê-se a concepção evolucionista ocidental.

Vimos diferentes formas de abordagem sobre os ciganos. Sem me estender às análises desta e dos outros autores, resumindo suas conclusões, para eles, a categoria “cigano” surge numa fronteira Ocidente/resto, e o que se entende por ela, origina-se ali. Perante características como nomadismo, costumes, trabalho errante, conhecimentos mágicos (adivinhação) apresentados pelos ciganos, a ideia de civilização¹¹, coincidindo com o desenvolvimento da concepção de Estado, e com a consequente dicotomia civilizados/primitivos, perpassando também pelos conceitos do cristianismo. Nesse sentido, agrupam-se os conceitos de civilização, propriedade e trabalho regado, em oposição ao de selvageria, não-propriedade e não-trabalho. Os ciganos, intermediários nessa relação bipolar, ocupam um terceiro lugar e representam respectivamente a marginalidade, a ilegalidade e o trabalho sem regras, ou seja, são vistos como um ocidental deficiente, ou um estrangeiro deslocado, e por isso liminar. Os próprios ciganos acataram essas denominações.

¹¹ Para Nobert Elias (1994) o Ocidente é antes de tudo um conjunto de ideias sobre si mesmo, nas palavras do autor, “a consciência que tem de si mesmo”.

2- Sociedade, grupos sociais, socialidade

Existe hoje uma discussão no campo da Antropologia Social sobre conceitos ditos fechados como *sociedade* e *grupo social*. Esta discussão ocorre devido à saturação das teorias de parentesco baseadas em sangue e filiação e da consequente crítica da questão etnocêntrica focada na disciplina.

Roy Wagner, em seu texto *Existem grupos sociais nas terras da Nova Guiné?* (1974), pensa a partir das pré-suposições dadas por alguns métodos antropológicos sobre a “presunção da cultura”, onde as sociedades e as relações sociais – e não a constituição física do homem ou o registro do seu desenvolvimento ao longo do tempo – fazem parte do objeto básico da antropologia social. O autor começa explanando sobre a formação do conceito de sociedade nas Ciências Sociais, apresentando as ideias de Durkheim que em *A Divisão do Trabalho Social* (1893,2008) mostra a oposição entre as organizações sociais simples, baseadas na solidariedade mecânica, e as sociedades consideradas complexas, voltadas à solidariedade orgânica. Com isso, Durkheim busca explicar como segmentos de sociedades clânicas, que se agrupam por solidariedade mecânica, reconhecendo semelhanças entre si, se transformariam, através da divisão social do trabalho, em grupos especializados formando uma organização social complexa, acompanhada por um senso de solidariedade orgânica. Segundo Wagner, o autor voltou-se à vida moral e coletiva do homem, às forças e influências que mantêm os seres humanos juntos, sua "grupidade" em todos os aspectos, como um fenômeno a ser investigado cientificamente. Suas conquistas serviram de base para uma ciência da integração social cujo foco é a maneira pela qual as associações humanas e a própria sociedade, a mais "permanente" das associações, se unem e o que as mantém juntas.

Dentro do que Wagner chama de funcionalismo, que segundo ele se assentava na noção de que não importa o quão estranhos e peculiares fossem as práticas e “instituições” de um povo, e a despeito de como vieram a ser dessa forma, a questão importante era como funcionavam; para ele havia uma função central, ou seja, a de como manter a sociedade unida, tratada pelos antropólogos sociais como uma questão política. Partindo da representação de Radcliffe-Brown, Wagner explica que o autor escolhe o domínio da jurisprudência como modelo para pensar as coletividades morais da sociedade. “A ênfase nos “direitos” levou naturalmente a uma consideração dos direitos de herança e a uma preocupação com a “propriedade”, embora a propriedade fosse, na maior parte dos casos, valorizada precisamente porque era passível de ser

trocado por pessoas, o que quase nunca ocorre com nossa sociedade.” (p. 4). Para Wagner, dentro dessa perspectiva, conceitos com ampla base de aceitação e compreensão na sociedade ocidental – tais como “política”, “leis”, “direitos” e “propriedade” – foram aplicados aos usos coletivos dos povos tribais como uma espécie de “como se” implícito. O conceito de “como se” é usado por Wagner com o sentido de metaforização de nossos conceitos, aspectos e perspectivas para os nativos. Nas palavras de Wagner:

Se os Bantu meridionais, os Nuer ou os Talensi não tinham leis propriamente ditas, então usos coletivos análogos teriam que ser encontrados para substituí-las. Na verdade, estabeleciam-se analogias com as regularidades (ou, como uma geração posterior as chamaria "normas") que regem as relações de parentesco, e o jogo se tornava um jogo de transformar o parentesco em jurisprudência e economia corporativa - o estudo dos "sistemas de descendência" e das "instituições" formadas nas sociedades tribais pela descendência dos direitos e da propriedade. A antropologia social tornou-se a ciência dos grupos de descendência, e os grupos de descendência e sua constituição tornaram-se questões cruciais para dar conta da função nuclear de integração e manutenção da coesão da sociedade." (pág. 5).

Essa imagem da sociedade fechada, no qual se pode identificar um grupo definido, vivendo sob costumes e instituições que configurariam uma cultura particular, sofreu ataques nos anos 60 pela abordagem estruturalista de Levi-Strauss (1982). Para Wagner, o autor voltou-se para as oposições e contradições no interior da ordem social e não para suas regularidades legais e harmonias integradas, o estruturalismo começa na troca de dádivas ou reciprocidade. Ao supor a presença da reciprocidade, o estruturalismo elegeu como principal problema a maneira como as sociedades e suas partes são conceitualizadas; reverteu dessa forma a orientação do funcionalismo, que considerava esse tipo de conceitualização como um dado e voltava sua atenção para o problema da integração. A partir de *Estruturas Elementares de Parentesco* (1949) o grupo social foi descrito em termos conceituais e simbólicos, e não legais e materialistas. Os grupos e as estruturas dos grupos se baseiam em dualidades cosmológicas. “Em vez de grupos reais, físicos, “concretos”, havia unidades hipotéticas reconstruídas de acordo com os papéis assumidos na reciprocidade – “doadores de

mulheres”, “receptores de mulheres”, “ciclos” determinados por regras de casamento e assim por diante - constructos sociais do analista concebidos para fazer operar a ideologia nativa”. (p.11). Dessa forma, para Wagner, o estruturalismo, tal como o funcionalismo, também necessitava de algum tipo de ordem e organização, pois partilhavam uma visão de que uma cultura ou sociedade representa uma ordem sistêmica de alguma espécie, um “sistema”. Assim, tanto a antropologia social britânica, quanto o estruturalismo levi-straussiano buscam algum tipo de ordem sistêmica no interior da cultura estudada, uma ordem que identificam com a forma que essa cultura “opera” (funcionalismo) ou se articula conceitualmente (estruturalismo), em ambos os casos, vemos a invenção e a projeção de uma “ordem” por parte do antropólogo.

Dando continuidade ao texto, Wagner chega a sua questão central: Porque precisamos explicar as estruturas sociais por meio de grupos? Onde o autor responde:

Vivemos em uma cultura na qual, fundar, integrar, tornar-se membro, e participar de grupos é uma questão intencional e importante. As constituições de nossas nações baseiam-se em uma noção de “contrato social”, um ato ou evento consciente de alguma espécie que deu início a existência da sociedade. (...) Nações, sociedades e grupos são a forma ou manifestação social da confiança na ordem, na organização e na coerência que perpassa toda a nossa abordagem de um fazer e compreender coletivo como um pressuposto incontestado. (pág. 11).

Nesse sentido o autor aponta que quando antropólogos resumem a vida e a imaginação dos sujeitos de sua pesquisa em forma de um “sistema” que ele mesmo faz a partir de suas perspectivas econômicas, ecológicas e sociais próprias, o mesmo reafirma sua posição de superioridade do seu modo de criatividade sobre os deles; substituindo a forma como os nativos fazem a suas coletividades pelo seu próprio fazer de grupos, ordens, organizações e lógicas. Apresentando sua perspectiva de socialidade, o autor conclui que o que vemos na forma de uma aldeia ou um agrupamento comunal é apenas uma aproximação, uma representação de uma abstração que dará conta da situação. Para ele, a socialidade é algo que “se torna”, não o que “se tornou”, as próprias pessoas traçam fronteiras, impelem e eliciam, assim as relações tomam conta de si mesmas. “Para muitas pessoas, é bem mais fácil supor a existência de grupos do que tentar entender as sutilezas de como os nativos conceitualizam sua socialidade, os “grupos” e a

“sociedade” formam uma espécie de idioma taquigráfico modernos para certos fenômenos sociais- eles existem como parte do “objeto de estudo” como “fatos” para quem acredita neles ou precisa deles.” (p.12)

Marilyn Strathern (1996) também pesquisando os povos da Nova Guiné, apresenta perspectiva parecida. A autora defende a noção de que o conceito de sociedade é obsoleto. Sua crítica vai de encontro à noção de sociedade como “coisa”, como entidade discreta, que cria a imagem de um mundo dividido em unidades. A autora segue as ideias de Gabriel Tarde (1874), de que toda a coisa é uma sociedade, todo fenômeno é um fato social, assim, se o problema do observador for definir a última unidade, seu trabalho é inócuo e indefinido, pois sempre resta algo a ser diferenciado. Para ela, o que permanece constante nessas diferentes escalas é justamente a capacidade de diferenciar, uma descrição que se vale da noção de grupo como uma unidade definida permanece cega a todo o resto. A autora escreve sobre a necessidade de compreender processos em que as redes, os fluxos, se “cortam”; usando um exemplo de parentesco, a autora argumenta que as redes potencialmente infinitas das relações de parentesco bilateral ou cognático são forçosamente cortadas por outros princípios de organização social. Aqui, a noção de socialidade aparece como alternativa não apenas para o uso do conceito de sociedade, mas principalmente um dispositivo teórico que permite ver o curso da vida das pessoas junto às quais se vive de outra maneira. Será possível então levar a cabo um relacionismo radical, em que tudo – incluindo aqui humanos e não-humanos – é posto em relação. Nesse sentido, a leitura da vida como ela é sob a abordagem da imagem do grupo social, privilegia a extração de uma unidade discreta de um fundo contínuo ou um plasma de relações e que passa a existir como autônoma por meio da própria descrição. Dessa forma, para Strathern socialidade é um conceito intrínseco à definição de personalidade, pois ultrapassa o plano das dicotomias redutoras, possibilitando a compreensão do significado (re) produzido nas relações entre as pessoas. Nas observações antropológicas baseadas por entidades e categorias sociedade corresponde a uma abstração concedida como soma de interações individuais ou como uma entidade que regula a conduta das pessoas. Para ela, assim como a sociedade constrói a ordem de relação entre seus membros, a individualidade destes é tomada como logicamente anterior. Indivíduos aparecem aqui como o fenômeno primário da vida e relações como secundário.

Vemos assim, uma recusa da identidade como substancia dada a priori em prol do entendimento da identidade como produto da relação e não como seu propósito. Com isso, a identidade deixa de ser a protagonista e é a relação que emerge em primeiro plano. Quando se foca na relação outras coisas aparecem, além, é claro, da identidade, aparecem conexões, contradições, fluxos, processos que escapam a totalização da identidade.

Sobre a pergunta exposta anteriormente no tópico 1.1, sobre os grupos ciganos: onde começa e termina esse grupo? Existe de fato uma etnia, ou simplesmente um "grupo social"? A resposta de Wagner seria: Não estou preocupado com quais tipos de "grupos" melhor descrevem seus arranjos comunais, mas sim com a forma como as pessoas se criam socialmente. Dessa forma, para o autor, "Outras formas de agrupar as pessoas - com base em suas semelhanças compartilhadas, sejam elas especificidades de residência comum ou contínua cooperação ou envolvimento econômico ou ecológico, genealogia ou comportamento político - podem facilmente se tornar dispositivos para criar grupos a partir de pessoas que, elas mesmas, nunca o fariam dessa forma (ou talvez não fizesse de forma alguma). Um povo possui grupos na medida em que, e segundo a forma como, concebe tais coisas; caso contrário, o antropólogo simplesmente "possui" as pessoas ao impor sua ideia de grupo a elas." (1996) Acreditamos que com os ciganos aconteceu o mesmo. Segundo Ferrari,

A questão de Wagner no trabalho de 1974 permanece pertinente para pensar os ciganos hoje em dia. É possível falar de grupos sociais quando estudamos os ciganos? A tentação de descrever um grupo existe. Mas basta deixar-se levar pelas falas e as pessoas para perceber que as coisas são mais complicadas. A pesquisa de campo revela de imediato a inadequação da imagem de um grupo, de uma unidade discreta. A rede de relações entre ciganos ultrapassa os limites da localidade em que estão sediados. Um acampamento só pode ser visto como "unidade" numa fotografia, que congela num instante o fluxo de vida das pessoas. Trata-se de uma realidade temporal e espacial. Se deixarmos de usar o "filtro" do grupo e seguirmos a socialidade, ou as relações que fazem a vida das pessoas, não há limites para a descrição. (2010, p. 97)

A ideia do todo, nesse sentido passa a dar lugar a uma rede de socialidade sem começo e nem fim. A criação e manutenção da identidade cigana podem nos dizer algo sobre a sociedade em que essa identidade é propagada: identidade cigana pode ser entendida como decorrente de relação dialética entre os objetos materiais e conceitos idealizados e proporciona um meio para interpretar suas relações. Dessa forma, acreditamos que com os indivíduos classificados como ciganos aconteceu assim, mas vejamos como essas próprias pessoas chamadas coletivamente de ciganos, se apropriaram desses conceitos e mantêm seus discursos dentro da sociedade dominante.

Roy Wagner continua expondo suas ideias na obra *A Invenção da Cultura*, (2010), onde o autor reafirma sua perspectiva de socialidade. Sua principal preocupação é a de como proceder de modo a não reproduzir, no plano da produção de conhecimento antropológico, as relações de dominação a que os grupos com quem os antropólogos trabalham se acham submetidos. Assim, Wagner acredita na radicalização do poder subversivo da prática antropológica- e não na análise das próprias relações entre a antropologia e o colonialismo e o imperialismo- como meio capaz de romper com a dependência da primeira em face dos segundos.

No artigo, *O fim da Antropologia – A Invenção da Cultura* (2011) Márcio Goldman, analisa *A Invenção da Cultura* a partir de um viés comparativo. O autor começa explicando o contexto de quando o livro foi lançado, mostrando que poderia ser considerado um avanço, ou uma resposta, às ideias de Geertz (1973) com *A interpretação das culturas*, e Sahlins (1976) com *Cultura e Razão Prática*, contemporâneos de Wagner. Buscando uma alternativa às ideias de interpretação (Geertz) e simbolização (Sahlins), Wagner nos apresenta o conceito de invenção. Essa invenção, para Goldman,

...não consiste nem na imposição de uma forma ativa externa a uma matéria inerte, nem da descoberta de uma pura novidade, nem na fabricação de um produto final a partir de uma matéria prima qualquer. Isso a afasta dos modelos mais recorrentes utilizados no ocidente para pensar o ato de criação (...). A invenção wagneriana é, antes, da ordem da metamorfose contínua, como acontece na imensa maioria das cosmogonias (lendas e teorias da origem do universo) estudadas pelos antropólogos, em que as formas, o mundo e os seres são sempre criados e recriados a partir de algo preexistente. Ponto que acarretam uma série de consequências. (2010, pág. 20)

Assim, Wagner propõe reconhecer naqueles que estudamos o mesmo nível de criatividade que acreditamos possuir e não assimilar a forma ou o estilo de criatividade que encontra no campo com aquele com o qual estamos acostumados e nós próprios praticamos. Para ele, é a invenção, no bom sentido de criatividade que constitui o plano de consciência de todo o ser humano, a invenção da cultura, por outro lado, corresponde a um episódio histórico específico, ocorrido em certo momento da história do mundo ocidental. Dessa forma, elabora uma noção de cultura propriamente cultural, pois, a noção de cultura, é ela mesma, um artefato cultural, ou seja, um produto de um ponto de vista específico, ou seja, o nosso:

O uso antropológico de “cultura” constitui uma metaforização ulterior, se não uma democratização, dessa acepção essencialmente elitista e aristocrática. Ele equivale a uma extensão abstrata da noção de domesticação e refinamento humano do indivíduo para o coletivo, de modo que podemos falar de cultura como controle, refinamento e aperfeiçoamento gerais do homem por ele mesmo, em lugar da conspicuidade de um só homem nesse aspecto. Empregada nesse sentido, a palavra também carrega fortes conotações da concepção de Locke e Rousseau do “contrato social”, da moderação dos instintos e desejos naturais do homem por uma imposição arbitrária da vontade. (2010, p. 54)

Nesse sentido, é no encontro com o outro, no caso o antropólogo, que os povos que estudamos inventam “cultura”, pois “se nossa cultura é criativa, então as “culturas” que estudamos como outros exemplos do mesmo fenômeno, também têm de sê-lo, e negar-lhes essa criatividade seria tornar as pessoas e seus modos de vida subservientes a nós” (p.79). É preciso experienciar outras formas sociais para que o próprio modo de vida precipite como algo construído e particular, perdendo o estatuto de dado e universal. Assim, se não formos capazes de aplicar essa relatividade objetivamente, a criatividade das culturas que estudamos será sempre derivada de nossa própria criação de realidade, e nossas descrições permanecerão enrijecidas por nossos termos, por nossa maneira de ver e inventar o nosso mundo. Isso não quer dizer que o antropólogo deva “acreditar” nas realidades dos povos estudados, ou que ele deva “tornar-se nativo”, mas

antes, Wagner entende que um indivíduo que seja capaz de compreender o funcionamento da invenção e da “crença”, poderá com mais facilidade lidar com significados sem ser “usado” por eles.

Wagner conclui através da equivalência entre as criatividades dos antropólogos e dos nativos, que “há estilos de criatividade, não tipos de sociedade.” (p. 209). Assim, não se trata mais de encaixar os dados de campo em modelos e conceitos pré-concebidos, é preciso ir a campo suficientemente aberto para ser afetado pela criatividade do outro, permitindo que o nosso mundo se expanda por meio da descrição, com os conceitos novos que nos são apresentados.

Vemos que para Wagner, cultura corresponde ao modo predominante entre populações no Ocidente moderno de objetificação da experiência sob a forma de um domínio circunscrito de regras, valores e representações artificialmente estabelecidas, contrastado com um fundo universal de realidade, que abarcaria tudo que supostamente preexiste ao domínio cultural. A noção de socialidade nesse sentido corresponde a matriz relacional de que se constitui a vida das pessoas, as quais a um só tempo existem através de suas relações e as renovam, as relações sociais são intrínsecas a existência humana, não se podendo, portanto, conceber pessoas como entidades circunscritas.

No artigo *Como estudar nômades com um pensamento nômade?* Florencia Ferrari pergunta, e nos dá uma resposta:

...que antropologia reivindicar para estudar ciganos? Defendemos aqui uma antropologia cuja noção de cultura permita ser ampliada com o pensamento dos povos estudados; cuja etnografia, em lugar de se fechar, se abra, se deixe levar pelos atores estudados. Uma etnografia sem noção do todo, porosa por todos os lados, passível sempre de ser continuada para além dos limites impostos pela noção de grupo, de sociedade, de cultura. Uma etnografia vivaz dos ciganos, que faça rizoma com a sociedade *gadje*; ou uma etnografia que se permita basear na imagem fractal da praia, em que a distinção entre areia e mar é sempre transporta a um nível mais reduzido, como que a postergar ao infinito uma separação, buscando manter a continuidade o máximo possível. (2006, p. 10).

Dessa forma, para se estudar os ciganos precisamos inverter o sentido apresentado nas perspectivas focadas na questão étnica, da diferenciação entre Calon/Rom e *gadjes*, e mostrar que essa preocupação com uma fronteira é um outro lado de conexão entre eles. O problema não é compreender os ciganos numa equação ciganos/*gadjes*, mas ao contrário, pensar ciganos e *gadjes*, reforçado pelo fato de que uma das principais características recorrentes entre esses grupos de famílias que se designam Rom ou Calon é seu convívio cotidiano e inevitável com a sociedade ocidental, desde que se sabe algo sobre eles. O cigano é intrinsecamente um ser-para-o-outro, sua relação de alteridade com a sociedade ocidental que o entorna é dada.

Capítulo 3- Resistência

3.1 – Movimentos de Resistência Cigana

Após as explicações dos conceitos teóricos utilizados na pesquisa e a constante exemplificação do modo de vida dos ciganos no mundo e no Brasil especificamente, partiremos neste tópico sobre as “estratégias de resistência” abordadas por essas pessoas. Como visto, as representações coletivas utilizadas na elaboração da imagem do cigano parecem ser responsáveis, em alguma medida, pelas práticas sociais cotidianas desenvolvidas em relação a eles. A imagem do cigano construída a partir dos discursos científicos e acadêmicos, por exemplo, contribuem para a implementação de políticas governamentais em relação a determinados “grupos minoritários”, definidos genericamente (e muitas vezes de forma equivocada) como ciganos. Dessa forma, neste capítulo faremos explanações sobre os modos de representação elaborados com as criações de Organizações políticas ciganas no Brasil.

Na Europa, a partir dos anos 30 surgem várias organizações políticas ciganas. Estas organizações correspondiam mais às relações comunitárias locais, baseadas, principalmente nas relações de parentesco e afinidade. Assim, tomaram forma algumas organizações, associações e jornais ciganos, especialmente no leste europeu. No decorrer dos anos, acompanhando as mudanças ocorridas após as Grandes Guerras e Guerra Fria, essas organizações e as novas que foram surgindo buscavam elaborar um programa político transnacional, ou seja, almejando resultados que fossem além das disputas familiares, trabalhando pela melhoria de seus direitos e o reconhecimento de sua situação marginalizada como minoria étnica. Vemos com isso que essas organizações vão se apropriando do discurso de minoria étnica e consequentemente de questões como multiculturalismo, assimilação cultural, inclusão social, diversidade étnica, e assim por diante.

As pessoas rotuladas como ciganas, estão aos poucos conhecendo essas organizações, e, os problemas enfrentados por elas não são poucos. Segundo Frans Moonem, e aqui não podemos esquecer suas perspectivas que beiram a militância, os problemas são: (1) a enorme diversidade linguística, que torna uma efetiva comunicação nacional ou internacional entre os ciganos praticamente impossível. (2) grande variedade de problemas, aspirações e interesses familiares, locais, regionais ou nacionais: o que uma família ou grupo, ou os ciganos de determinado país podem achar

importante, pode não ter o mínimo interesse para os outros, e os problemas de um, não precisam ser, e quase nunca são, também os problemas dos outros. (3) as lideranças ciganas sempre foram a nível familiar ou grupal e nunca tiveram uma organização política a nível regional, nacional e menos ainda internacional. Mesmos os folclóricos autoproclamados “reis” ciganos, nunca tiveram poder real algum. Os atuais novos líderes ciganos, geralmente intelectuais com títulos universitários e até alguns professores universitários, que se comunicam com o mundo cigano e não-cigano publicando artigos e livros, constituem uma ameaça para os líderes tradicionais, geralmente idosos analfabetos, pelo que será comum estes novos e jovens líderes serem acusados de traírem as tradições ciganas. (4) conflitos internos surgem quando estas associações passam a receber recursos financeiros de entidades não-ciganas civis, religiosas ou governamentais; acusações de apropriação indevida ou de corrupção serão sempre inevitáveis. Finalmente, (5) há o problema universal e não exclusivamente cigano, de rivalidades, ciúmes e competição entre lideranças, conforme testemunha o professor universitário cigano Hancock¹²:

Já se disse mais de uma vez que o maior problema é a falta de gente suficientemente educada entre nós para organizar as coisas. Isso não é verdade; existem, sem dúvida, suficientes *roma* educados e preocupados para realizar a tarefa. O problema é (que) por alguma razão (somos levados) a querer atrapalhar em vez de ajudar aqueles de nós que estão progredindo. Como caranguejos dentro de um balde, quando algum tenta subir para fora, os outros o agarram e puxam para baixo. (HANCOCK, 1987, p.331)

Em 1971, a tendência a uma unificação ganha forças com o Primeiro Congresso Mundial Cigano, organizado pelo Comitê Internacional Cigano em Londres; segundo organizadores e autores ciganólogos, a principal conquista neste congresso foi ter implementado o pronome Roma para todos os indivíduos pertencentes a “cultura cigana”, em oposição aos outros termos impostos anteriormente e considerados pejorativos. Também foi adotado uma bandeira e um hino Roma. Em 1991 no

¹² Ian Hancock é um dos mais respeitados intelectuais ciganos, criou uma ONG The Patrín, que conta com um extenso arquivo documental, representa os ciganos em diversas disputas internacionais, como as responsabilidades pelo holocausto, e possui um jornal eletrônico na internet www.geocities.com/~patrin/.

Congresso Internacional sobre Políticas Ciganas o romanes foi nomeado língua oficial da Roma, objetivando facilitar a comunicação entre os ciganos de diferentes países. Vemos aqui que o pronome Roma e a língua romani apresentada pela maioria dos ciganos como sendo de suas origens, só foi adotada recentemente. Este mesmo Congresso propõe:

“A única possibilidade de superar, desde já, a atitude hostil da população maioritária para com os Rom e os Sinti passa por uma informação imediata e objetiva que deva salientar não os aspectos negativos do seu modo de vida, como sucede com frequência, mas sobretudo as origens, a história, a cultura e as tradições deste povo.

A fim de seres superados os problemas que inevitavelmente irão surgir, é condição necessária considerar a cultura dos Rom e dos Sinti igual a cultura de cada um dos outros povos. Para realizar este desiderato é preciso:

1-Recolher o máximo possível da tradição oral popular e conservá-lo, quer seja em forma literária, quer seja em quaisquer das outras formas existentes. Destaque para contos, provérbios, fábulas, canções, poesia e música;

2- criar um arquivo e um centro de documentação informativo dos materiais relativos a todos os aspectos da cultura e da história dos Rom e dos Sinti;

3- promover condições sociais e medidas políticas para que os Rom e os Sinti possam proclamar livremente a sua identidade e diversidade étnico-cultural e desenvolver a sua cultura específica para poderem exprimi-la de forma concreta;

4- possibilitar a inserção da cultura dos Rom e Sinti no âmbito da cultura maioritária superando o particularismo familiar onde se encontra hoje, utilizando para tanto a rádio, a televisão, jornais, livros, música e espetáculos, e se possível também a língua cigana;

5- difundir conhecimentos sobre a história e a cultura dos Rom e Sinti em todos os níveis a partir da escola;

6- promover a criação de associações e organismos culturais ciganos, reconhecidos a nível local, nacional e internacional com financiamentos apropriados;

7- inserir os programas das organizações Rom e Sinti nos programas da UNESCO, em pé de igualdade com outras organizações, inclusive quanto ao financiamento;

Na Terra há lugar para todos. Nenhum povo tem o direito de oprimir e discriminar um outro apenas porque este é diferente e vive em diáspora contínua. A única possibilidade para uma convivência melhor consiste no respeito recíproco de um para o outro, e, acima de tudo, pelas tradições culturais que cada povo tem o direito de conservar e desenvolver. Este princípio está, entre outros, consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.”

Aqui percebemos que aparecem somente os *clãs* Rom e Sinti, nitidamente vemos que o *clã* Calon é uma categoria dos ciganos brasileiros. Como podemos então convencer os calon a se auto-denominarem Roma? E como eles irão apreender (ou reaprender) o romani? Na visão dos Roma do Congresso Internacional de Políticas Ciganas, os calon não são considerados ciganos?

Voltamos aqui um pouco na questão dos diferentes clãs, dentro da perspectiva de Wagner (1974), termos como “clã” ou “comunidade” podem ser formas úteis para se referir a agrupamentos associativos, contanto que tenhamos em mente que esses termos geralmente denotam associações bastante “não intencionais” e não tentemos transformá-los em representações de nossas próprias corporações e organismos conscientemente sócio-políticos. “Eles são a socialidade e a relação humana sem distinções inerentes, e é por isso que as pessoas precisam elas mesmas estabelecer distinções, embora, é claro, também eliciem a socialidade no ato de estabelecê-las.” (p.8). Dessa forma, para ele, é o oposto das nossas formas ocidentais, em que as pessoas formam grupos por meio da participação deliberada eliciando assim distinções de “classe” e “nacionalidade”. Com os *clãs* ciganos parece ter acontecido alguma coisa neste sentido, porém de forma um pouco diferente. As denominações dos *clãs*, são atribuídas ao lugar de “origem” de seus “membros”, Rom (Países Bálticos), Sinti (Alemanha, Itália e França), Calon (Península Ibérica); existem também sub-clãs, esses denominados em relação às profissões exercidas por esses indivíduos, exemplo: *kalderash*, *manouch*, etc. Se tentarmos pensar essa subdivisões ciganas a maneira de Wagner, as pessoas ciganas, acompanham as nossas formas ocidentais, formando grupos por meio de distinções de “classe”, relacionada para os ciganos através das profissões e por “nacionalidade” relacionada pelos lugares de origem desse *clãs*, o que nos mostra a grande dificuldade de falar sobre uma identidade cigana.

Segundo Marek Jakoubek (2002), o uso do pronome “Roma” como um nome político global foi definido por algumas organizações da Europa Ocidental no final dos

anos 1960 e início da década de 1970, onde ativistas de diferentes países começaram a ajustar as suas reivindicações e concordaram que em 1971 teriam uma plataforma comum no chamado Congresso Mundial Roma que segundo o autor teve como objetivo a mudança do pensamento dominante sobre as pessoas que esses ativistas queriam representar:

O I Congresso Mundial Cigano teve como principal premissa a substituição de termos negativos como “gitanos” ou “tsiganes” por “Roma”. A divulgação do “novo” rótulo étnico (e na erradicação das “velhas” designações sociais) foi considerada especialmente necessárias no que diz respeito ao significado das palavras “ciganos” na Europa Central. Incidindo sobre este aspecto, pode-se dizer que a partir da década de 1970 organizações do movimento roma tem sido ativamente envolvidos no desencadeamento de um processo de “etnogênese”. (pág. 15)

Historicamente, a primeira organização pró-cigana no Brasil é a Pastoral dos Nômades (PN). As Pastorais Sociais, tem como finalidade concretizar em ações sociais e específicas o cuidado da Igreja Católica diante de situações reais de marginalização. A PN é um serviço estruturado de assistência religiosa que a Igreja Católica mantém entre os nômades: ciganos, circenses e trabalhadores dos parques de diversão. Segundo o padre Rocha, vice-presidente da PN no Brasil, “a pastoral é uma sincera tentativa da igreja no intuito de ajudar as populações nômades a manterem sua unidade, suas tradições, seus costumes, seu nomadismo sem que deixem arrastar pelos modismos que uniformizam as pessoas e descaracterizam culturas milenares”. A pastoral existe desde 1984, quando o Padre Renato Rosso é encaminhado da Itália justamente para iniciar este novo modo de aproximação da igreja com as realidades nômades do país, e tem como objetivo visitar e abençoar os acampamentos ciganos, circos e parques de diversão; preparar os nômades para a recepção do sacramento e celebrá-los nos acampamentos ciganos; organizar cursos de alfabetização e outras ações educacionais para os grupos nômades; favorecer a partilha de experiências pastorais para os nômades e promover formações sobre noções básicas de higiene e saúde.

Temos notícias que em 1987, Mio Vacite (cigano rom¹³) foi convidado por estudiosos e pesquisadores dos ciganos, dentre eles Sant'Ana, a presidir e liderar o Centro de Estudos Ciganos (CEC) o primeiro movimento cultural do gênero no Brasil. Este centro durou dois anos, e no ano de 1989, Mio Vacite fundou a União Cigana do Brasil (UCB) com a proposta de resgatar, moralizar e preservar a cultura desse povo, esclarecendo suas tradições e revertendo a imagem preconceituosa advinda da desinformação, que tanto prejudica a interação dos ciganos nas variadas sociedades. A UCB continua na luta ainda hoje e Mio Vacite é sempre convidado a participar das elaborações de políticas pelo Governo Federal.

A União Cigana do Brasil seguiu por 10 anos como a única representação oficial cigana por aqui. Na década de 2000, vemos surgir várias associações e organizações não governamentais (ONG). Daremos destaque abaixo as quais a nosso ver são mais participativas e deliberantes.

Além de Mio Vacite, outro cigano bastante ativo, é Claudio Iovanovitchi, presidente da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci). Não sabemos ao certo quando foi fundada¹⁴, e tem como objetivo principal, segundo seus representantes, a melhor integração do povo cigano na atual sociedade moderna sem qualquer tipo de discriminação ou marginalização, e ainda auxiliar àqueles menos favorecidos a viverem com maior dignidade, através de medidas que facilitarão a convivência de nossos irmãos nos dias de hoje. Uma das causas mais curiosas dessa associação, que não encontramos em outras, é que junto com a Federação Guardiões da Luz¹⁵, visa auxiliar àqueles que exercem seus dons de quiromancia e leitura de cartas, que se encontram no anonimato e/ou a margem do Poder Público à regulamentação e aperfeiçoamento deste trabalho tradicional.

O Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil (IADESC) é uma associação cultural de direito privado e sem fins lucrativos, tendo por finalidade a preservação, o resgate e a divulgação dos valores da comunidade e da etnia cigana em

¹³ Violinista e presidente da União Cigana Do Brasil, também foi o fundador do grupo MIO VACITE E O ENCANTO CIGANO, o qual fora fundado em 1990. Foi indicado pela INTERNATIONAL FEDERATION ROMA INC., Que tem estatuto consultivo na ONU, representante da cultura cigana do Brasil.

¹⁴ Chegamos a entrar em contato com Claudio Iovanovitchi (que segundo Nilson é primo de sua mulher Wandja), mas nem ele sabe a data de formação da Appreci.

¹⁵ A Federação Guardiões da Luz é uma organização umbandista com objetivo de levar assistência e aprendizado aos religiosos iniciantes em defesa de sua cultura religiosa, empenando-se na união e divulgação dessa doutrina.

todas as suas formas de expressão. Seus representantes afirmam que o instituto surgiu da necessidade de esclarecer assuntos relacionados à cultura cigana em uma visão geral. Tem como ideal, levar conhecimentos e esclarecimentos de uma forma direta, adequadas e de maneira concisa para todas as pessoas admiradoras e simpatizantes da cultura cigana.

A cultura cigana tornou-se um tipo de febre nacional, com inúmeras festas, encontros, reuniões, cursos e como já não bastasse fazem batismo para virar cigano e até casamentos fora da realidade. E dentro desse enorme círculo de absurdos ainda encontramos uma mistura de Religião com Cultura Cigana e Tradição com Folclore e que nada fazem sentido, contrariando a cultura e agredindo as tradições ciganas. Algumas delas organizadas sempre das mesmas formas se baseando em querer “divulga a cultura cigana”, algumas pessoas que se dizem divulgadoras da cultura usam isso como desculpas. Nada sabem o que se passa em um acampamento. A verdade é que nunca foram a um acampamento. (Lori Emanoela – presidente da Iadesc)

Partindo do mesmo pressuposto o Centro de Estudos e Resgate da Cultura Cigana (Cerci) tem como missão promover, sem discriminação de qualquer natureza, os direitos humanos, o acesso à educação e à saúde de pessoas ciganas, assim como zelar pelos seus interesses coletivos, morais, culturais e materiais, e promover a geração de conhecimento da tradição e cultura cigana no Brasil. Criada em São Paulo em 2007, tendo como presidente a jornalista cigana Márcia Yáscara, a organização tem como público alvo, especialmente, os ciganos calon. A proposta é garantir a implementação de políticas públicas que garantam sua inclusão social.

Outra associação que se dedica aos calon é a Ananke, uma associação cultural voltada ao propósito de fortalecer a cultura cigana. Visa facilitar o acesso entre os demais grupos às suas tradições. Segundo seus representantes, é através da reeducação do povo cigano aliada a uma chamada de consciência da sociedade que a Ananke conseguirá atingir a missão de contribuir com a melhor qualidade de vida ao povo cigano, atual e futura, através do resgate de sua cultura e com o desenvolvimento de novas oportunidades de vida aos ciganos.

A Embaixada Cigana do Brasil, (que tivemos mais contato durante a pesquisa) é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de caráter social, cultural e assistencial, que objetiva diminuir as diferenças através da cultura. Segundo sua página eletrônica se constitui de pessoas imbuídas de um mesmo ideal: resgatar, fomentar e preservar a cultura cigana e auxiliar os membros de clãs que ainda encontram obstáculos de acessibilidade à cidadania (documentos de identificação civil), à saúde pública e ao ensino. Além disso, existem as dificuldades relativas à inclusão cultural e à preservação das tradições e do patrimônio cultural que também fazem parte de sua meta no sentido de: “defender, recuperar e valorizar a história e as tradições étnicas e culturais do nosso povo assim como proteger os direitos patrimoniais consuetudinários e o patrimônio cultural e intelectual do povo cigano”. Através de planejamento a entidade desenvolve projetos e ações voltadas aos membros de clãs menos favorecidos dando a eles a oportunidade de práticas de cidadania. Assim como, também desenvolve projetos voltados aos não-ciganos visando, através da cultura, diminuir os preconceitos e criar a possibilidade de integração social. Composta por representantes de vários clãs ciganos e colaboradores de cultura não-cigana, valoriza o processo de construção de uma sociedade justa.

Recentemente conhecemos o Núcleo de Estudos Ciganos – Pacha Romale Drom, seus representantes, Flávio Schultz e Ronn Marckes dizem que depois de 15 anos de trabalho e pesquisa com o povo cigano, conseguiram criar uma ONG dentro de um acampamento em Itapevi - SP onde querem abarcar os acampamentos de São Paulo, oferecendo atendimento social, cultural e material. Diferente dos outros acampamentos encontrados por aqui, esse, segundo seus representantes¹⁶, tem banheiro, água encanada, água quente e ótimas condições de higiene e as crianças são alfabetizadas.

Encontramos muitas discussões de membros de associações pró-ciganas sobre a criação da Associação Nacional das Etnias Ciganas¹⁷ (ANEC) tendo como presidente Marlene Queiroz¹⁸. Segundo uma Carta Circular n.º 1 encontrada no blog Cigano

¹⁶ Entramos em contato com a ONG para marcarmos uma visita ao acampamento. Infelizmente até o desfecho dessa dissertação não obtivemos resposta.

¹⁷ Várias associações e ONGs estão contra a criação da ANEC, alegam que a real intenção da presidente é formar uma Federação e isso implicaria prejuízos, sendo que todas as outras associações seriam subjugadas a esta Federação. Estão fazendo um abaixo assinado onde não reconhecem nenhuma atitude de Marlene em nome da etnia cigana (ver anexo3). A Associação Ananke, esta promovendo uma “Mega Conferência” para juntar todas as “lideranças” ciganas. Ver cartaz do evento em anexo 4.

¹⁸ Não conseguimos nenhuma informação sobre clã, família e nem grupo que Marlene faz parte. Sabemos que é de Brasília, e já atuava no Governo do Distrito Federal sobre políticas ciganas.

Calon: No ano de 2011 foi criada a Associação Nacional das Etnias Ciganas com o intuito de promoção social e cultural das diversas etnias ciganas existentes no Brasil. Esta carta garante que a ANEC não possui apoio financeiro de qualquer órgão provedor de fomento e não conta com financiamento de nenhuma entidade, sendo uma associação sem fins lucrativos. Afirmam que tem o intuito da divulgação da cultura cigana e apoio social aos grupos excluídos que compõem os assim denominados ciganos. Na carta continuam explicando que no momento fixou-se a atenção nos ciganos calon do Distrito Federal e entorno, tendo como meta, conseguir um terreno junto a União para “assentar os ciganos calon e promover sua fixação para ascensão social relativa a escolas, hospitais, profissionalização”. Uma observação em destaque aponta: “Essa fixação parte do pressuposto e da vontade dos mesmos”. A carta termina esclarecendo que não cabe a ANEC decidir quais são os melhores meios para a promoção social dos ciganos, mas sim auxiliar em suas decisões e opinar nas melhorias que podem trazer benefícios.

Com essa breve explanação, percebemos claramente a maioria dos problemas apontados por Moonem sobre as associações ciganas, questões de localização, autoafirmação (quem é o verdadeiro cigano?), vaidade, ciúmes, etc. Percebemos também que termos como assimilação, integração, fixação, cidadania, perpassam todas as apresentações. Vemos que querem soluções para a uma melhor qualidade de vida para o povo cigano, porém não nos apresentam propostas.

As reivindicações dessas organizações são praticamente as mesmas para ciganos brasileiros e ciganos europeus, diferenciando apenas na questão regional e no modo como são organizadas e atendidas suas causas. Conforme conversas e através de pesquisas percebemos que além de questões assistencialistas, como a entrega de cestas básicas em acampamentos calon, as organizações brasileiras, na maioria dos casos não representa o povo calon, e, esses ciganos, também não se sentem representados por elas.

Veremos no próximo tópico políticas públicas ou a elaboração dessas pró-ciganas.

3.2- Políticas Públicas

Por pressuposto histórico, os ciganos teriam chegado ao Brasil antes mesmo do Estado. Tendo, assim, uma participação pioneira nos processos de territorialização, civilizatório nacional e identitário cultural. Não obstante, estiveram por séculos - juntamente com negros e índios – expostos à indiferença no reconhecimento dos seus direitos e à omissão do Estado na propositura e formulação de políticas públicas. No Brasil ainda não existem, de fato, políticas públicas pró-ciganas, nem leis que tratem especificamente das minorias ciganas.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 atribui ao Ministério Público à defesa dos direitos e interesses indígenas (CF. Art. 232). Um dos resultados práticos desta ação foi à criação, na Procuradoria da República, da Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses da População Indígena. Alguns anos depois, a Lei Complementar 75, de 20/05/1993 ampliou ainda mais a ação do Ministério Público Federal ao atribuir-lhe a proteção e defesa dos interesses relativos às comunidades indígenas e minorias étnicas. Em abril de 1994, a CDDIPI foi substituída pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias, incluindo-se nesta as comunidades negras isoladas ou comunidades quilombolas e as minorias ciganas.

No Brasil, a partir do ano 2000, os ciganos começaram a fazer parte da agenda nacional de políticas públicas. Neste mesmo ano foi realizado a 5ª Conferencia Nacional dos Direitos Humanos, em Brasília, contando com a presença de um representante dos ciganos o rom Claudio Iovanovich, que participou do grupo de trabalho “Preconceito, Discriminação e Exclusão”. Em 2002, a “causa cigana” adentrou no 2º Congresso Nacional dos Direitos Humanos, onde 6 propostas são relacionadas aos ciganos:

250. Promover e Proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais dos ciganos.

251. Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a história, cultura e tradições da comunidade cigana.

252. Apoiar projetos educativos que levem em consideração as necessidades especiais das crianças e adolescentes ciganos, bem como estimular a revisão de documentos, dicionários e livros escolares que contenham estereótipos depreciativos com respeito aos ciganos.

253. Apoiar a realização de estudos para a criação de cooperativas de trabalho para os ciganos.

254. Estimular e apoiar as municipalidades das quais se identifica a presença de comunidades ciganas com vistas ao estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias.

255. Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos, assim como apoiar medidas destinadas ao registro de nascimento gratuito para as crianças ciganas.”

Em 2003 é criada a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), com o desafio de promover o diálogo e o debate com setores representativos da diversidade cultural brasileira desprovidos de políticas públicas. É criado então, o Grupo de Trabalho Interministerial Cigano (GTI), sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR - órgão cuja missão institucional é acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial, articular a execução de programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil para combater a discriminação racial e ao racismo), fazendo parte desse grupo, a SID/MinC, Saúde, Educação, Cidades, Previdência, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social, e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, este GT busca consolidar ações públicas em favor da inclusão sócio-cultural das etnias ciganas, com a pretensão de, juntamente com as representações e liderança dos povos ciganos e com a colaboração de pesquisadores e estudiosos, discutir e delinear uma política nacional de apoio às práticas artísticas dos povos ciganos . Já em 2004, entra em vigor, a lei que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Ela detalha o aspecto objetivo da ação discriminatória por acréscimo de outros verbos típicos, quais sejam “negar”, “impedir”, “interromper”, “constranger”, “restringir”, “dificultar” o exercício de direitos por parte da pessoa discriminada. Em março, tem início a preparação de debates para as Conferências Estaduais de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, onde, segundo página eletrônica do Governo Federal mais de 120 mil ciganos de todo o Brasil se envolvem, a partir de seus municípios e estados. Surge aqui, o Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, GT Cultural Cigano (GTC), por meio de Portaria Ministerial,

coordenada pela SID, em parceria com os povos ciganos. Segundo o antropólogo e ativista pró-cigano Moonem (2011):

Infelizmente o governo Lula da Silva preferiu tratar o assunto em termos “raciais” e em março de 2003 criou a SEPPIR – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que tem como objetivo primeiro: “Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, **com ênfase na população negra**”. As palavras em negrito, destacadas pela própria SEPPIR, já indicam que seria – como de fato é – uma secretaria quase exclusivamente para as pessoas “de raça negra”. Grupos étnicos, como índios, os ciganos, os judeus ou os árabes e palestinos, e que não constituem “raças”, receberiam tratamento diferente, desigual, de quinta categoria – como de fato recebem. (pág. 5)

Em 2005, foi realizada pelo governo federal, a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade. Segundo seu relatório final a I CONAPIR, possibilitou aprendizagens e revelou os limites da estrutura da SEPPIR para o pleno cumprimento do seu papel institucional de articular e formular políticas de promoção da igualdade racial para todos os grupos étnica e racialmente discriminados. As resoluções da I CONAPIR foram voltadas principalmente aos povos indígenas e negros, mas alguns pontos falavam sobre os ciganos, são eles:

“-Em relação às políticas públicas, foram expostas as demandas pela implementação da perspectiva cultural e inter-étnica (inter-racial) no planejamento, orçamento e execução das três esferas de governo. Esta perspectiva se referencia na inclusão social, com enfoque nas populações negra, indígena e cigana, historicamente discriminadas, na sociedade brasileira.

-Destacou-se a necessidade de desenvolver e ampliar ações afirmativas em todas as políticas sociais públicas para enfrentar preconceitos e discriminações contra negros, indígenas, judeus, árabes, árabe-palestinos, ciganos e mestiços e fomentar manifestações culturais destas diferentes culturas que compõem a nação brasileira.

-Pesquisa, mapeamento e tombamento de patrimônios material e imaterial também compõem o repertório de demandas, principalmente no que diz respeito ao fomento e a preservação das culturas afro-brasileira, indígena, quilombola, cigana, árabe e de outros segmentos étnico-raciais, nas suas diversas manifestações, extensivas a todo o território nacional.”.

Focando a educação específica dos ciganos, a resolução apresenta:

VIII – Educação para comunidades de ciganos (as)

144. Criar uma escola específica que respeite e valorize a cultura cigana

145. Criar uma escola móvel, itinerante, para alfabetização dos ciganos – crianças, adolescentes e adultos nômades.

146. Promover e criar cursos de alfabetização diferenciada às crianças ciganas, por meio de unidades móveis com programas e profissionais capacitados para uma alfabetização rápida, eficaz e bilíngue.

Outra parte voltada só a população cigana é:

V – Políticas públicas para ciganos e grupos nômades

33. Promover o mapeamento dos acampamentos ciganos (as) de todo o país.

34. Fomentar políticas de estabelecimento de áreas de acampamento dotadas de infraestrutura e condições necessárias para as comunidades ciganas nômades no Brasil.

35. Garantir às barracas ciganas (Tcherias) o mesmo direito de inviolabilidade estabelecido pela Constituição Federal de 1988 às casas residenciais.

36. Incluir a Etnia cigana em toda e qualquer campanha de saúde, educação, solidariedade, fraternidade e respeito à diversidade.

37. Estimular que estados e municípios instituem o “Cartão Educação”, documento para viabilizar a matrícula de crianças e adolescentes ciganas, com celeridade, nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem com suas famílias a uma nova cidade, sob pena de cominações civis e criminais do diretor da instituição de ensino que descumprir tal determinação.

38. Elaborar programas de atendimento social à população cigana e outros grupos nômades, que compreendam orientação e assistência gratuita na área jurídica, psicológica e social, facilitando o registro de nascimento e demais documentações legais.”

Essas resoluções encontradas no relatório do I CONAPIR são semelhantes às publicadas no II Congresso Nacional de Direitos Humanos, parece que o Governo Federal apenas melhorou a redação, tornando-as mais elaboradas e explicativas.

No ano de 2006, foi lançado um relatório do Grupo de Trabalho para a promoção da cidadania cigana. Representantes de várias organizações¹⁹ estavam presentes e assinam o documento junto com a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, pertencente ao Ministério da Cultura. No relatório consta como objetivos e metas prioritárias:

“Buscando desconstruir os pilares centenários” da discriminação cultural e social e da falta de ações afirmativas dos sucessivos governos, pretendemos concretizar uma primeira tentativa realmente estruturante do Estado Brasileiro, constituindo momento único, que favorece - além da inclusão sociocultural - uma possibilidade concreta de organicidade e representatividade política para os povos ciganos. Para tanto, apresentamos as seguintes propostas prioritárias, a serem implementadas após concordância e assinatura do Ministro. Tais propostas foram destacadas pela SID/MinC, *à guisa da íntegra do documento final dos trabalhos do GT*, levando-se em consideração, também, os aspectos de sustentabilidade sócio-econômica e de cidadania participativa, como se segue:

Fomento:

1.1– Promover foco definido para o segmento cigano em Editais do Sistema MinC;

1.2 – Criar um Edital específico para as culturas ciganas

1.3 - Promover uma Oficina de Capacitação – “formatação de projetos” –, destinada a agentes culturais do segmento cigano;

1.4 - Identificar e disponibilizar Ações de Fomento de outros Ministérios que atendam as demandas ciganas.

2 – DIFUSÃO:

¹⁹ Buscamos informações de quem foram os representantes ciganos nessa conferência, não encontramos nomes nem organizações.

2.1 – Preparar uma Carta de *Referendum* para permissão de atividades artístico-sociais ciganas em espaços públicos, dirigida aos representantes do poder executivo de todos os municípios brasileiros; - Como desdobramento, implementar uma ação mais ampla envolvendo os Ministérios das Cidades e da Justiça e o Fórum de Secretários Estaduais de Cultura;

2.2 - Criar e disponibilizar no site/MinC um Calendário de Expressões Culturais Ciganas;

2.3 - Criar e disponibilizar uma Cartilha composta de DVD (em português), intitulada “Povo Cigano – o direito em suas mãos”, em parceria com a SEPIR;

2.4 - Preparar e promover uma Campanha de Valorização, prevendo: - edição e circulação de uma vinheta televisiva e; - um dispositivo telefônico de ouvidoria - de acessibilidade popular gratuita - específico para questões relacionadas ao segmento cigano;

2.5 - Preparar e promover um Mapeamento, prevendo inventário das expressões ciganas, em parceria com o IPHAN e com o MDS;

2.6 - Realizar um Seminário sobre Culturas Ciganas, prevendo a participação de experiências com bom êxito no trato público com o segmento cigano.

3 – REPRESENTAÇÃO POLÍTICA:

3.1 – Aprofundar reflexão e entendimentos institucionais sobre formas de representação que atendam às especificidades do segmento cigano, tendo como referência o Sistema Nacional de Cultura – Câmaras Setoriais – Fóruns Estaduais / Municipais – Conselho Nacional de Cultura;

3.2 - Garantir a participação de um representante do segmento cigano na cerimônia de instalação do Conselho Nacional de Cultura.

Tendo por finalidade indicar políticas públicas para as expressões culturais dos povos ciganos, em 21 de março de 2007, é realizado um encontro de lideranças ciganas no Palácio do Planalto, quando é instituído por meio de decreto presidencial o Dia Nacional do Cigano (24 de maio). Também é preparada e enviada pela SID/MinC, a Carta Referendum²⁰, dirigida a prefeitos municipais, solicitando a permissão de atividades artístico-sociais ciganas em espaços públicos, na qual expressa: “o

²⁰ Em anexo 3.

reconhecimento e a valorização, por parte do Governo Federal, do povo cigano, que pela diversidade, singularidade e riqueza de sua arte, contribui de forma efetiva para a construção da identidade cultural brasileira.”.

Nesse ano de 2007, um decreto lançado pelo presidente, inclui os ciganos na rubrica de “Povos e Comunidades Tradicionais”, onde passam a contar com benefícios de aposentadoria rural e a bolsa família. O termo genérico de “comunidades tradicionais” foi analisado por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida na obra *Cultura com aspas*, de 2009. O emprego desse termo na legislação, para eles, é “propositalmente abrangente”:

Definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais. (...). Se as definirmos como população que estão fora da esfera do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia. Nos textos acadêmicos e jurídicos descrevem-se em geral as categorias por meio de propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também podem ser descritas ‘em extensão’ – isto é, pela simples enumeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor definir as “populações tradicionais” de maneira “extensional”, isto é, enumerando seus ‘membros’ atuais ou os candidatos a ‘membros’. Essa abordagem (...) aponta para a formação de sujeitos por meios de novas práticas. (2009, pág. 278).

Através dessa denominação de “comunidades tradicionais”, apoiada pelo estado brasileiro, os ciganos ganham espaço em uma agenda marcada por novos atores sociais, pleiteando direitos perante os Estado. A partir dessas iniciativas do Governo Federal, vários incentivos e projetos pró ciganos foram lançados. No dia em que foi celebrado pela primeira vez o Dia Nacional do Cigano, o Ministério da Saúde do Rio de Janeiro, lançou uma Campanha contra a Discriminação do Povo Cigano nos Serviços de Saúde. A campanha propõe que toda a população cigana tem o direito de ser atendida em postos de saúde e hospitais da rede pública, mesmo sem apresentar a identidade ou comprovante de endereço. Prevê também atendimento de acordo com as tradições ciganas, o que implica ampliação de ginecologistas mulheres nas unidades de saúde, evitando constrangimentos na comunidade, e também de grupos móveis de médicos

para consulta nos acampamentos. Durante o lançamento dessa campanha, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República divulgou também o lançamento da Cartilha Povo Cigano- o Direito em suas mãos. Essa cartilha foi escrita por Mirian Stanescon²¹, a cartilha abrange 29 reivindicações. Além de abordar os direitos do povo cigano, a publicação informa como reclamar vários destes direitos; e será distribuída gratuitamente em acampamentos e sedes de ONGs e associações ciganas. Apresentação da cartilha diz que destaca a história, os costumes e os hábitos do povo cigano, detalha a trajetória dos ciganos no Brasil. Os objetivos dessa cartilha são: informar sobre os seus direitos, unir os ciganos do Brasil nos mesmos ideais de justiça e igualdade social, conscientizar os membros da comunidade da importância da educação, da informação e do acesso à cultura, resgatar a dívida histórica de invisibilidade e abandono. Aborda as principais propostas ciganas apresentadas e aprovadas na IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos e na I Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial, além dos Direitos constitucionais e direitos da minoria. Apresenta o Decreto de 25 de maio de 2006 que institui o Dia Nacional do Cigano.

Essa Cartilha cigana provocou uma grande desavença entre as organizações ciganas. O maior problema encontrado foi o fato de que os ciganos, na maioria Calon, não saberem escrever nem ler, e como poderiam “seguir” uma cartilha. Algumas organizações reclamam por não terem participado da elaboração do material, como o presidente da APRECI, Claudio Iovanovotchi e a presidente da CERCI, Marcia Yáscara; essa reivindicação, retoma os problemas 4 e 5 apresentado no começo desse capítulo, sobre as rivalidades e ciúmes causados nas diversas “lideranças” ciganas e a distribuição de verba pública ou não.

Outro ponto apontado como controverso, dentre as “lideranças” ciganas brasileiras é o Prêmio Culturas Ciganas, elaborado pelo Ministério da Cultura a partir de 2007 e que continua em vigor até hoje. O prêmio é um “concurso” para 20 projetos que se destaquem na valorização da cultura cigana totalizando R\$ 200 mil, dos quais R\$10 mil são distribuídos para cada uma das iniciativas vencedoras. Além de pareceristas contratados especialmente para a análise desses projetos, fazem parte da comissão de seleção, a cigana Márcia Yáscara, do Centro de Estudos e Resgates da Cultura Cigana

²¹ Mirian Stanescon é uma cigana rom do clã Kalderash, considera-se a “Rainha dos ciganos brasileiros” pois foi a primeira mulher cigana a obter um curso superior no Brasil (nas palavras da própria). Tem grande influência nas decisões do Governo brasileiro voltado aos ciganos. Foi a consultora da autora Glória Perez para a novela Explode Coração da Rede Globo.

(Cerci) e da Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci); o padre Wallace do Carmo Zanon, da Pastoral dos Povos Nômades, representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da Fundação Nacional de Arte. O edital desse concurso possui um número muito grande de exigências documentais e orientações, causando problemas factuais com relação aos seus participantes. Quem consegue juntar todos os documentos necessários? Quais projetos vão de encontro à perspectiva do Governo brasileiro para serem considerados vencedores? A reclamação atual e verdadeira é de que os vencedores – quase sempre organizações ou pessoas ligadas aos membros da comissão julgadora- já sabem dos trâmites legais para consegui-lo, desqualificando novas propostas e novos atores. A APRECI, em nome de Claudio Iovanovtchi se recusou a participar da entrega do prêmio em 2008, devido às suspeitas de vazamento de informações e em relação aos critérios de seleção. Até entraram com uma ação no Ministério Público do Paraná, para impedir a entrega desses prêmios. A associação criticava a escolha dos trabalhos por contemplar pessoas não-ciganas²², o que seria contra a regra do edital. Segundo a APRECI, nesta premiação de 2008, dos 20 premiados, 12 não eram ciganos. Outro problema relacionado a esse prêmio seria que a maioria dos projetos contemplados, reforça as características místicas sobre os ciganos, e era o que a APRECI queria evitar. Segundo Claudio Iovanovitchi:

Estamos impugnando todos. Não queremos apoiar o místico e o folclórico, mas sim trabalhos que demonstrem como os ciganos pensam e quais são as suas dificuldades. Só assim vamos gerar conhecimento sobre nossa cultura. O objetivo era impedir a entrega do prêmio hoje, mas a lentidão do MP não permitiu que isso acontecesse. (24 de maio de 2008).

Em 2009 acontece a II CONAPIR, do mesmo modo da I CONAPIR, foi lançado pelo Governo Federal um relatório final, onde estão resumidas as resoluções retiradas dessa conferência. Voltada especificamente à população cigana, encontramos dentro do tópico educação:

²² Uma das propostas vencedoras foi a criação de um Museu Cigano. Este fica em Santo André (SP) e foi idealizado por Beni Mística e seu filho Marcos Dechechi. Não são ciganos, apenas admiradores da cultura cigana... Beni afirmou que “em outra encarnação, ela foi cigana, portanto é uma cigana de alma, sou reconhecida pelas ciganas que ficam lendo a mão no centro, mesmo sem saber elas sentem que sou do sangue delas, abaixam a cabeça e me deixam passar”.

90. Garantir o acesso dos povos de etnia cigana à educação de qualidade, em todos os níveis de ensino, de forma continuada e permanente, em seus territórios ou próximo a estes, conforme a necessidade de cada comunidade, em condições apropriadas de infra-estrutura, recursos humanos, equipamentos e materiais.

91. Promover e criar cursos de alfabetização diferenciada às crianças e adultos ciganos através de unidades móveis, com programas e profissionais capacitados para uma alfabetização rápida e eficaz, com representatividade nos conselhos federais, estaduais e municipais de defesa dos direitos das minorias étnicas, nos conselhos tutelares, bem como no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para orientação, resguardo e garantia dos direitos dos povos de etnia cigana.

92. Incluir a história da cultura cigana no currículo escolar, nos diversos níveis de ensino.

93. Desenvolver campanhas com o objetivo de incentivar a comunidade cigana a permitir que as meninas ciganas tenham o mesmo direito que os meninos ciganos à alfabetização, cultura e educação.

94. Promover para as comunidades ciganas a mesma prerrogativa de direito contida na Lei nº 6.533/78, Artigo 29, que garante a matrícula nas escolas públicas àqueles que exercem atividade itinerante.

95. Formar os professores do ensino fundamental e médio para prevenir discriminações e garantir a educação escolar diferenciada às crianças ciganas, respeitando suas crenças, costumes e tradições.

96. Iniciar o projeto “Cartão Educação”, para que as crianças e adolescentes ciganas sejam matriculadas no máximo em 24 horas nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem com suas famílias em uma nova cidade.

97. Promover campanhas educativas e elaborar material didático relacionado à etnia cigana, para divulgação em escolas públicas municipais e estaduais. Eliminar dos materiais didáticos expressões que apresentem a etnia cigana de maneira difamatória.

Dentro das prerrogativas voltadas às políticas nacionais de cidadania no relatório, os ciganos ganham destaque nos seguintes itens:

74. Incentivar a participação de representantes dos povos de etnia cigana nos conselhos federal, estaduais e municipais de defesa dos direitos das minorias étnicas, nos conselhos tutelares, bem como no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para orientação, resguardo e garantia dos direitos do segmento.

75. Assegurar o cumprimento dos 29 itens da cartilha para os povos ciganos editada em 2008 pelo Governo Federal.

76. Sensibilizar as comunidades ciganas para a necessidade de realizar o registro de nascimento dos filhos. Assim como apoiar medidas destinadas a garantir o direito ao registro de nascimento gratuito para a criança cigana.

77. Promover campanhas para que os ciganos nascidos no Brasil tomem conhecimento de sua cidadania brasileira, com os mesmos direitos e obrigações de todo e qualquer cidadão, aumentando assim sua auto-estima.

78. Incluir, explicitamente, os povos de etnia cigana em todas as ações humanitárias ou leis que beneficie as comunidades negras, povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

79. Buscar articular mecanismos para garantir, judicialmente, a concessão de direito de resposta aos povos de etnia cigana, no mesmo espaço utilizado pela mídia para veicular mensagens que desrespeitem, difamem e violentem a sua dignidade.

80. Exigir às crianças e aos jovens ciganos nômades, os mesmos direitos, tratamento, respeito e solidariedade dispensados aos não ciganos.

81. Articular junto ao MEC o veto a livros e materiais didáticos que contenham expressões e imagens que apresentem os povos de etnia cigana de forma negativa.

82. Garantir às barracas ciganas (thieras) o mesmo direito de inviolabilidade estabelecida pela Constituição Federal de 1988 às casas residenciais.

83. Criar mecanismos para capacitar as entidades dirigidas por ciganos para o desenvolvimento de projetos autossustentáveis do ponto de vista econômico, ambiental e cultural, celebrando termos de parceria que visem à garantia dos direitos constitucionais dos povos de etnia cigana em conjunto com o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Garantia dos mesmos direitos de tratamento às crianças e jovens nômades, como o respeito e a solidariedade dispensados aos não ciganos.” (Pág. 15)

Continuamos vendo a repetição das resoluções durante os anos que “os ciganos começaram a fazer parte da agenda nacional”. Com isso, percebemos que não foram respeitados e a maioria nem mesmo colocado em prática. Além da Cartilha Cigana, do Dia Nacional do Cigano, e do Prêmio Cigano, desconheço a prática dos outros objetivos.

Segundo Moonem (2010), após publicação dessas resoluções da II CONAPIR, a ONG cigana ABRACIPR (Associação Brasileira dos Ciganos no Paraná) enviou um e-mail para o então ministro Edson Santos, da SEPPIR, e outras autoridades informando:

...a então Conselheira do CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - a putativa “rainha cigana” carioca Mirian Stanescon – alegou que algumas das 36 propostas apresentadas pela ABRACIPR e mais quatro ONGs ciganas (CERCI, UCB, APRECI, CCB) já haviam sido contempladas e que constavam de sua “cartilha da I CONAPIR”. A ABRACIPR sugeriu que as propostas coincidentes tivessem nova redação e fossem incorporadas. De nada adiantou. As 36 propostas foram simplesmente ignoradas por Mirian, que inclusive vetou a presença, na II CONAPIR, das ciganas Márcia Guelpa (Yáscara) e Jaqueline Vacite, que representavam duas ONGs ciganas, alegando que elas não eram ciganas. Vetou inclusive a lista de 25 pessoas indicadas pelas cinco ONGs ciganas acima citadas para a participação da II CONAPIR. A seguir as cinco ONGs ciganas, encaminharam uma representação ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União, em que declaram não aceitar serem representados por Mirian Stanescon, porque ela não foi eleita para este cargo pelos ciganos. Mais uma vez, de nada adiantou. (pág. 6-7).

Abaixo dez propostas apresentadas pelas ONGs relacionadas à área da saúde e que foram “censuradas” pela II CONAPIR e por Mirian Stanescon:

1- Garantir a toda etnia cigana o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados as suas características sócio-culturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional.

2 - Priorizar e fortalecer os programas de pesquisa, especialmente a pesquisa participativa, voltada ao estudo e ao desenvolvimento de instrumentos de combate as principais doenças incidentes em comunidades, como a malária, dengue, doenças de chagas, anemia falciforme, diabetes, dentre outras.

3- Garantir a presença de ginecologista mulher na unidades de saúde fixas ou moveis, para que as mulheres ciganas possam realizar seus exames preventivos e de pré-natal sem criar constrangimentos dentro de sua comunidade.

4- Desenvolver estratégias e políticas para a capacitação de recursos humanos e o monitoramento da situação alimentar e nutricional das comunidades ciganas com base no respeito a sua diversidade cultural.

5- Implementar ações e programas emergências continuados voltados para a garantia da segurança alimentar e nutricional familiar; priorizando as crianças e os idosos, levando-se em consideração suas práticas alimentares.

6- Garantir a distribuição ampla e gratuita de medicamentos, bem como o diagnóstico gratuito para as comunidades ciganas.

7 – Em casos de emergência, atender o cigano, independente de qualquer documento ou registro junto a unidades de saúde, em qualquer posto e em todo território brasileiro.

8 – Garantir o desenvolvimento de programa de formação e capacitação de pessoas da própria comunidade cigana para realizarem o atendimento local de saúde, garantindo-lhes os meios necessários para tal, inclusive os de emergência.

9- Garantir um tratamento odontológico e oftalmológico de qualidade para as comunidades ciganas, em especial para crianças e idosos, e ampliar a política preventiva de saúde bucal e oftalmológica.

10- Elaborar e implementar programas contra a desnutrição materno-infantil, incluindo a melhoria da assistência pré-natal e pós-natal.

Dessas ações descartadas pelo governo federal com a ajuda e a justificativa de Mirian Stanescon de que essas propostas já se encontravam contempladas pela Cartilha do Povo Cigano, encontramos só um folder intitulado: *Ciganos no SUS – equidade em saúde se faz com respeito às diferenças*, que informa que o Ministério da Saúde recomenda aos serviços de saúde que não condicionem o cuidado e a atenção à apresentação de documentação e endereço, já que muitos ciganos não têm registro civil nem endereços fixos; que todo integrante do povo cigano seja tratado com dignidade, procurando respeitar em todos os aspectos os valores e as concepções que tem acerca da saúde.

Vimos a partir desses informes a dificuldade em buscar políticas públicas que contemplem a infinidade de indivíduos denominados ciganos, sem uma eventual generalização. As disputas apresentadas aqui pelas diferentes ONGs e associações ciganas demonstram e reforçam essa dificuldade. Veremos no próximo capítulo os próprios ciganos comentando sobre isso.

4. Vozes Ciganas

4.1 – Vozes representativas

Neste último capítulo da dissertação daremos voz aos ciganos, na primeira parte apontamos falas de ativistas e militantes ciganos de associações e instituições pesquisadas, onde faremos algumas observações contextuais; e na segunda parte optamos por mostrar os ciganos no seu dia a dia.

Começamos com a apresentação formal do projeto Romani Rota da Embaixada Cigana do Brasil²³. As partes destacadas em itálico serão analisadas ao final.

O projeto Romani Rota, realizado a partir de 2009, é um evento da Organização Não-Governamental Embaixada Cigana do Brasil Phralipen Romani. A ONG é formada por ciganos rom e sintí, e alguns admiradores da cultura cigana, que realizam uma palestra explicativa sobre os ciganos e apresentam danças dos diferentes *clãs* ciganos, em parques, escolas e universidades de São Paulo. As partes destacadas em itálico são minhas, e será explicado abaixo da apresentação o porquê desses destaques. O projeto é apresentado da seguinte forma:

Projeto Romani Rota: Idealizado por Ingrid Ramanush (esposa de Nicolas e vice-presidente da Embaixada Cigana) este projeto tem colaborado para minimizar as *atitudes de preconceito e discriminação por parte dos não ciganos com relação a membros de nossa etnia*, e ainda tem sido útil no sentido de *acabar com os estereótipos que ao longo da História foram gerados pela literatura e pela indústria cinematográfica*.

O nome Romani Rota, também proposto por Ingrid, tem a tradução literal do Romanês para o Português de: Roda Cigana, o que pode ser facilmente identificado nas apresentações onde se vê ciganos de diversos *clãs* formando o Círculo Cultural. Mas também há no nome do projeto a conotação de “o caminho percorrido pelos nossos antepassados da Índia pelo mundo”.

O Romani Rota consiste em uma palestra sintética abordando: *êxodo, diáspora, a chegada a Europa, a chegada ao Brasil e as influências da Cultura Cigana na formação da Cultura Brasileira*. O encerramento do mesmo é feito, como não poderia deixar de ser, com música e dança dos diversos *clãs* ciganos. Dessa maneira o projeto

²³ Assistimos essa apresentação duas vezes, uma em 2009 e outra em 2011. A fala de Nicolas Ramanush continua a mesma.

tem levado conhecimento e entretenimento de forma gratuita a: Parques Públicos, Universidades e Casas de Cultura.

Este ano o projeto completou dois anos de existência. Em virtude do sucesso alcançado dentro de nossos objetivos temos recebido convites do interior do Estado de São Paulo e de outros Estados, o que nos deixa lisonjeados.

“A verdade é dura feito diamante e delicada tal pétala de flor; Contudo, a verdade há de ser a nossa semente de amor”.

Ingrid Ramanush

Em seguida apresentamos a palestra feita no dia 29/07/2011 no Sesc Ipiranga, SP. É importante apresentar uma breve biografia do palestrante, Nicolas Ramanush: Rom do *clã* Sinte – Valshtike. **Notório Saber em:** Antropologia Social e Linguística Histórica e Estrutural concedida pelo Prof. Dr. Hilário Ângelo Pelizzer - USP - São Paulo; pelo Prof. Dr. Antonio Jordão Netto, coordenador vinculado à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC e Universidade Sant'anna.

A CULTURA CIGANA

No passado, nós, ciganos éramos conhecidos como os "senhores da estrada". Andávamos de um lugar para outro, atravessando rios e florestas. Percorriamos a Índia inteira, chegando ao Oriente Médio, para depois retornar. Atravessávamos reinos inimigos entre si. Para se ter uma ideia, só o Rajastão era dividido em pelo menos cem pequenos reinos.

Nós dispúnhamos de um salvo-conduto especial para atravessar uma determinada região. É que todo mundo precisava do nosso trabalho. De fato, transportávamos mercadorias, servíamos de "correio" para as longas distâncias e éramos também os banqueiros dos grandes senhores - podíamos comprar ouro e trocá-lo por bens de consumo ou dinheiro. Muitas vezes, o ouro e os objetos preciosos não eram carregados por nós em nossas longas viagens. Preferíamos enterrar tudo em lugares secretos. No momento certo, sabíamos qual caixa-forte abrir para fazer os nossos negócios.

Nunca fizemos guerra. Como outros *clãs*, durante uma guerra, podíamos ser recrutados para ajudar um determinado exército, mas nunca para o combate.

Ficávamos na retaguarda, prestando às tropas todo tipo de serviço necessário. Em caso de derrota, *nada sofriamos, porque todos reconheciam o nosso valor social*. Outras atividades importantes sempre foram *à música, a dança, a acrobacia e o teatro nas cortes dos reis ou para os soldados*.

Hoje, vocês podem encontrar-nos aos milhões em periferias anônimas, pobres, às vezes miseráveis. Dignidade suficiente, porém, não nos falta, numa sociedade que mudou muito desde os tempos em que nós, ciganos, éramos reis das estradas. Éramos os Banjaras (ciganos músicos e dançarinos), mas, aproveito para lembrar outros *clãs*: Os Hakkipikki – caçadores do centro-sul da Índia; Os Gadha Lohar – que trabalham com metais; Os Rabari – pastores de ovelhas, cabras e camelos; Os Korwas – fabricantes de pulseiras, colares e coroas; Os Kalibilias, os Nat e os Bopas – dançarinos músicos, acrobatas de circo. Estes são os *verdadeiros nomes* dos *clãs* que deram origem às pessoas que no futuro seriam chamados de ciganos.

Conforme vimos acima, “*cigano*” é um termo genérico surgido na Europa do Século XV. Nós, no entanto, costumamos usar autodenominações completamente diferentes. E hoje, costumamos distinguir três grandes grupos:

Os ROM, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários sub-grupos, com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara entre outros; são predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século XIX migraram também para outros países europeus e para as Américas;

os SINTI, que falam a língua romani-sintó são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manush;

os CALON ou KALÉ, que falam a língua caló, “ciganos ibéricos”, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para o Brasil.

Estes grupos e dezenas de sub-grupos, cujos nomes muitas vezes derivam de antigas profissões (Kalderash = caldeireiros; Ursari = domadores de ursos, entre outros) ou procedência geográfica (Moldovaia, Piemontesi, entre outros.), não apenas têm *denominações diferentes, mas também falam línguas ou dialetos diferentes*. A discriminação e o preconceito não vem apenas dos não-ciganos, também existe entre os *clãs*, e tem suas origens arraigadas no princípio de nossa História (na separação entre castas indianas e sua falta de mobilidade social). Mas como se isto não bastasse

alguns *clãs* ciganos ainda se discriminam mutuamente, também, por outro motivo: os ciganos sedentários muitas vezes olham com desprezo para os ciganos nômades, dizendo: eles persistem nessa vida “primitiva”, enquanto os nômades acusam os sedentários de terem abandonado as tradições, e com isto terem deixado de ser ciganos.

Ao chegarmos na Europa, no início do Século XV, nós, ciganos, podíamos ainda ser identificados através de nossa aparência física, sendo a característica mais marcante a nossa pele escura. Hoje isto já não é mais possível. *Casamentos com não-ciganos sempre ocorreram, de modo que em muitos países hoje, nós fisicamente, não nos distinguimos da população gadjé (não-cigana) nacional.* Ciganos “racialmente puros” hoje não existem mais em canto algum do mundo, e do ponto de vista da Antropologia, nunca existiram, porque nunca existiu uma “raça” exclusivamente classificada como cigana. Ou um país, cujo habitante fosse denominado de cigano. Impossível, portanto, identificar os ciganos através de características físicas peculiares ou estabelecer “critérios biológicos de ciganidade”.

Classificar como “verdadeiros ciganos” todos aqueles que falam um dos vários dialetos romani, também não adianta, porque muitos ciganos já não o falam mais e outros o dominam muito mal, ou até já o esqueceram por completo. *Afirmo como antropólogo, linguista e cigano que é inadmissível a distinção entre “verdadeiros ciganos”, aos quais se atribuem uma origem exótica e riqueza cultural, e “os outros”. Ou seja: não existem ciganos autênticos e falsos ciganos: existem apenas Rom, Sinti e Calon, que possuem inúmeras autodenominações, que falam centenas de dialetos, que têm os mais variados costumes e valores culturais, que são diferentes uns dos outros, mas que nem por isso são superiores ou inferiores uns aos outros.* Em comum, todos, nós, ciganos, temos apenas uma coisa: *uma longa História de Espiritualidade, de Arte, de perseguição, de discriminação pelos não-ciganos*, em todos os países por onde passamos, desde o nosso êxodo do norte da Índia até ao aparecimento na Europa, no início do Século XV.

Nicolas dá continuidade a sua palestra apresentando agora os *clãs* ciganos:

Entendendo a diferença entre os *clãs* ciganos

Embora hoje, ciganos que moram em diversas partes do mundo, usem autodenominações diferentes para as sociedades oriundas dos *clãs*, tais como

Sinte, Calon, Manoush, Calderash, Lovara, Machuaia, Xoraxane etc. *Todos nós reconhecemos uma origem comum e identidade básica no que chamamos de Rroma.* Criando desta feita uma *dicotomia com os não ciganos.* A autodenominação do *clã* que eu faço parte, por exemplo, Sinte é usada por membros de um *clã* de ciganos, cujo maior número ainda mora na Alemanha. Consequentemente, a denominação dada por membros de outros *clãs* ao cigano que vive na Alemanha é Sinte. Mas é importante esclarecer que existem *sub-clãs* do Sinte: o Sinte Piemontekari (os que vivem no norte da Itália) e o Sinte Valshtike (os que vivem ao sul da França). *Portanto, **Rromé** a autodenominação que a maioria dos ciganos utilizam no mundo quando querem se rotular em condições étnicas.* Etimologicamente, a autodenominação Rrom está vinculada com o nome Dom que por metaplasmo passou a ter este som Rrom. Hoje, numerosos indivíduos da casta indiana jati, espalham-se ao redor do norte da Índia e são rotulados de Dom.

Rrom (Dom) é um termo muito antigo. O Dom já aparecia em registros do “Sádhanamálá” (século oito). Naquele momento, o rei dos Dom, Heruka regeu um dos pequenos reinos indianos. (Antigamente havia um número enorme de reinos pequenos na Índia). Em pesquisas recentes ainda encontramos ruínas de lugares com nomes como “Domdigarh”. Durante a dinastia Gupta nossos mais remotos antepassados perderam o poder e posição, ou seja, *perderam o estado étnico original e tornaram-se uma casta indiana.* E é obvio que os vencedores consideraram esses que eles derrotaram como inferiores. Os antepassados dos Dom pertenceram à população pré ariana da Índia que eles habitaram antes dos arianos invadirem a Índia em 1500 AC. Naquele momento, o Dom não usava ainda o termo Dom para se autodenominar, mas o termo caracterizava o tipo físico, a cultura e a religião.

Onde e quando nossos antepassados partiram da Índia realizando o grande êxodo ainda é uma pergunta em aberto. O cigano e estudioso da nossa origem Dr Ian Hancock, professor em Universidade de Texas em Austin, E.U.A., defende que nossos antepassados lutaram contra guerreiros árabes que conquistaram a Índia do oitavo para o décimo primeiro século. O pior destes invasores foi Muhammad Ghaznavi (11º século), que invadiu e saqueou a Índia vinte e uma vezes. E foi justamente naquele momento que nossos antepassados deixaram em um grande êxodo a Índia. Na opinião de Hancock, nossos antepassados eram uma população misturada composta de “Rajputs” (uma casta alta de guerreiros) e os Dom. E isso se torna provável, pois é indiscutível que os

exércitos precisavam de músicos como também de ferreiros e negociantes que poderiam adquirir bestas de fardo - cavalos e bois. E essas profissões eram praticadas pelos membros da casta de Dom.

Bem, esta palestra foi elaborada para lançar um pouco de luz na Questão Cigana, pois vez por outra ouvimos um membro de determinado *clã* dizer que ele sim é o verdadeiro cigano e que o outro já não é por esse ou aquele item. Contudo isso decorre do fato de que *a maioria dos roms (ciganos) traz de forma atávica aquela segregação oriunda das diferenças de casta e infelizmente acaba por mantê-las com relação aos clãs.*”

Vemos na apresentação formal de Ingrid Ramanush a classificação e incorporação ao contexto de etnicidade. Palavras como nossa etnia, discriminação, preconceito e estereótipos, valorizam a classificação étnica, na teoria de Barth (2000) e mostrados nas pesquisas do tópico 1.2 desta dissertação.

No discurso da palestra, vemos a questão da etnicidade de uma forma diferente da apresentação formal do projeto. Ao que parece, Nicolas intercala as impressões literárias ocidentais mostradas por Ferrari e outros autores no tópico 1.2, como o salvo-conduto de reis, o povo pacífico, o valor social como músicos, dançarinos, acrobatas, etc.; com categorias e conceitos antropológicos. Oferece uma noção de que não existem “ciganos verdadeiros”, porém nos mostra os “verdadeiros” nomes dos *clãs* ciganos. Informa-nos que *cigano é um termo genérico surgido na Europa no séc. XV*, porém mais em baixo afirma todos *nós reconhecemos uma origem comum e identidade básica no que chamamos de Roma*. Logo em seguida, fala sobre as diferenças de *clãs* afirmando que *têm suas origens no princípio de nossa História (na separação de castas indianas e sua falta de mobilidade social)*, dessa forma explica o preconceito interno entre os diferentes *clãs* onde *ciganos sedentários muitas vezes olham com desprezo para os ciganos nômades, dizendo, eles persistem nessa vida “primitiva” enquanto os nômades acusam os sedentários de terem abandonado suas tradições, e com isso terem deixado de ser ciganos*. Esta dicotomia nômades/sedentários demonstra uma certa preocupação com questões de assimilação e perda cultural que Frans Moonem analisou com os ciganos da cidade de Souza/PA.

Dando continuidade a sua palestra, Nicolas, demonstra dois pontos de vista, o seu como cigano, talvez considerando o senso comum, e o da antropologia. Sua fala começa: *ciganos “racialmente puros” hoje não existem mais em canto algum do*

mundo; (um ponto de vista geral); e do ponto de vista da Antropologia, nunca existiu, porque nunca existiu uma “raça” exclusivamente classificada como cigana. Se aqui, não existe uma “raça” classificada como cigana, porque então existiria uma etnia classificada como cigana? Nicolas continua, não existem ciganos autênticos e falsos ciganos: existem apenas Rom, Sinti e Calon, que possuem inúmeras autodenominações, que falam centenas de dialetos, que têm os mais variados costumes e valores culturais, que são diferentes uns dos outros.

A outra parte da fala de Nicolas Ramanush explica essas divisões internas dos *clãs*. A denominação *clã* apresenta um uso específico na literatura antropológica ligada às sociedades totêmicas, com regras positivas de parentesco bem definidas. Dessa forma, um *clã* constitui-se num grupo de pessoas unidas por parentesco e linhagem definido pela descendência de um ancestral comum. Como o parentesco baseado em laços pode ser meramente simbólico, alguns *clãs* compartilham um ancestral comum “estipulado”, o qual é um símbolo da unidade do *clã*, quando esse ancestral não é humano é referenciado como um totem animal. Optamos nessa transcrição em adotar o termo *clã* usada por Nicolas simplesmente por acreditarmos se tratar de uma categoria nativa.

Todos nós reconhecemos uma origem comum e identidade básica que chamamos de Rroma. Criando desta feita a dicotomia com os não-ciganos. Portanto, Romá é a autodenominação que a maioria dos ciganos utilizam no mundo quando querem se rotular em condições étnicas. A frase já se explica por si mesma, quando querem se rotular em condições étnicas mostram uma “apropriação” do discurso científico em práticas voltadas às questões políticas, pensadas a partir do surgimento de organizações ciganas relacionadas às buscas de condições de cidadania. Vimos no capítulo anterior que foi apenas em 1971 no I Congresso Mundial Cigano que o pronome Roma foi designado para todos os ciganos, porém na fala de Nicolas, percebemos que as palavras, roma e rom se confundem, não sabemos se ele está falando sobre o *clã rom*, ou sobre os ciganos em geral a *roma*.

Em uma recente entrevista, Marcia Yáscara²⁴, presidente da CERCÍ e Nicolas Ramanush, respondem as mesmas perguntas, observamos os principais pontos:

Ao ser indagada sobre os diferentes *clãs* ciganos, Yáscara diz que para ela os ciganos *não formam uma totalidade homogênea*, não são linguística, econômica e

²⁴ Marcia Yáscara é jornalista e já trabalhou em importantes revistas como Vogue, Isto É e Manchete.

culturalmente iguais, dessa forma fala-se do povo cigano de uma forma romântica ou alarmista, “levando a realidade a ultrapassar o imaginário”. A resposta de Nicolas Ramanush para a mesma pergunta foi, *os clãs tem em comum o fato de se denominarem “ciganos”*, ainda que indivíduos de cada grupo costume dizer-se o verdadeiro cigano não reconhecendo a ciganidade dos outros grupos. “As divergências são muitas e existem por diversos fatores: entre eles, *as diferenças dialetais do Romani; os valores culturais adquiridos nas regiões de permanência após a saída da Índia; e as especificidades culturais que cada grupo já possuía antes mesmo de deixar a Índia*”.

A próxima pergunta foi sobre a língua falada pelos ciganos brasileiros, a revista enfatizou o fato de que os calon não falam o romani e também perguntou sobre a formação da Associação dos Ciganos Calon. A resposta de Yáscara merece destaque:

Não conheço nenhuma Associação de Ciganos Calon. Se existe não me foi apresentada. Aqui em São Paulo existe sim o CCB-Coletivo de Ciganos Calon do Brasil. Quanto à língua falada pelo povo cigano, podemos dizer que, *embora o romani seja a sua língua original, temos que reconhecer ser parcialmente uma língua de origem indiana, uma vez que inúmeras palavras de origem persa, turca, grega, armênia, curdo romana e de outros países por onde os ciganos passaram, foram ao romani agregadas*. Para elucidar informamos que somente na Europa os ciganos falam cerca de 60 dialetos diferentes. Aqui no Brasil, eu diria, somente os ciganos do grupo rom falam, realmente o romani, e ainda assim, nem todos. A maioria dos demais fala kaló, que na realidade é um dialeto falado principalmente na Península Ibérica e, ainda assim, com pequenas diferenças. O caló dos ciganos nortistas e nordestinos é bem diferente do falado no sul e sudeste do Brasil. Aqui no Brasil muitos ciganos só mantem uma base lexical do romani, com uma variedade incrível de “falares”.

Nicolas Ramanush responde: “diferenças como (língua e preconceito) são naturais e inerentes ao ser humano”, continua exemplificando o papel da Embaixada

Cigana, que tem como maior objetivo o resgate, a manutenção e a difusão dos *valores tradicionais ciganos*, “fato que não tem nos impedido, ainda que sem ajuda do próprio governo brasileiro, a prestar serviços de *assistência social* aos grupos de calon que ainda vivem a margem da sociedade e encontram dificuldade de *integração*”.

A última pergunta da revista esta relacionada diretamente a questão do governo brasileiro com relação ao reconhecimento cigano e os direitos humanos. Resumidamente Yáscara diz que “o governo não sabe onde estamos ou, o que é muito pior, finge não saber.” Segundo ela, falta ao cigano brasileiro à acessibilidade a documentos de identificação civil obrigatórios, saúde pública, ensino público e permanência na escola, espaços urbanos para armarem as suas barracas, inclusão social e cultural e, principalmente, a *garantia da preservação de suas tradições, das práticas e do patrimônio cultural de um povo* que esta no Brasil desde 1562. Sobre a questão da educação:

Prefiro não falar sobre a Educação do Povo Cigano. Antes teríamos que abordar o problema da educação no Brasil como um todo. Então, seria necessário escrever algumas laudas. As mulheres ciganas leem o futuro nas linhas das mãos. Mas o futuro do Povo Cigano está nas mãos dos órgãos públicos, da sociedade e dos governos que precisam fazer esforços para proporcionarem dignidade e real inclusão social de um povo que aguarda ser respeitado e exercer seus direitos fundamentais. Aguardemos...

Nicolas Ramanush afirma que a atuação da Embaixada Cigana é 90% cultural se envolvendo na militância política dentro deste contexto. Garante que não existem estatísticas seguras sobre o número de ciganos no Brasil, e isso ocorre pelo fato de que: “quando um *militante cigano* é indagado sobre a quantidade de sua etnia, costuma aumentar o número (pois é óbvio, trata-se de uma estratégia para chamar a atenção para tal “invisibilidade”).”. O governo, segundo ele, tende a diminuir os números criando “invisibilidade para que as devidas ações políticas de integração não sejam cobradas pela demanda”. Termina a reportagem falando sobre os direitos ciganos:

...não se pode esquecer que a pessoa denominada, genericamente, de cigano é cidadã brasileira como qualquer outra (ainda que possua uma etnia diferenciada da população em

geral, nasceu aqui e teve até a geração de seus bisavós nascidos aqui). Em última instância acredito que o cigano brasileiro, e em particular o grupo Calon, é tratado como um cidadão de quinta categoria. Indico aos interessados em conhecer os Direitos Ciganos²⁵, acessar o website Embaixada Cigana.

Em outra entrevista²⁶, agora sozinha, Márcia Yáscara conta um pouco sobre sua trajetória, como um exemplo de “cigana vencedora”. A repórter, ingenuamente pergunta O que é uma cigana? Indignada, e com razão, a cigana responde²⁷: “O que é? Melhor não seria perguntar quem é a mulher cigana?”. Continua a resposta explicando sobre a palavra cigano e seus significados pejorativos, explana sobre as diásporas ciganas, e pelas regiões que essas mulheres passaram, termina a resposta dizendo: “Uma coisa é certa, *só é cigana quem nasce cigana e, principalmente, fala o romanes*, idioma do povo cigano. Tudo o mais é, digamos, imaginário, aflorado e voltado para as lendas que envolvem o povo cigano.”

Como a revista é focada em moda, perguntaram sobre as roupas ciganas, ressaltando as cores, as formas amplas, os tecidos nobres e as joias e pedras preciosas. Yáscara responde:

As ciganas observadas nas cidades a ler a sorte de quem passam, geralmente, são de etnia kalon, moram em barracas e são nômades. *Se as observarmos com atenção veremos que são pobres*. Suas roupas não são feitas de tecidos nobres. Usam joias, sim, mas simples. Muito simples. As pessoas de etnia cigana ron ou sinti costumam, em suas festas, sempre fechadas aos não ciganos, vestirem roupas elaboradas mas longe de serem aquelas que o imaginário de não ciganos construiu usando requebros das lendas e das pinceladas folclóricas. Primeiro a mulher cigana, ron ou sinti não costuma se identificar como cigana e quando sai as ruas suas vestes confundem-se com as da multidão; segundo, *as ciganas visíveis, as kalin de acampamento, vestem-se pobremente*. O resto fica por conta da imaginação.

²⁵ Declaração dos Direitos Cigano em anexo 1.

²⁶ Mondo Moda, 20/03/2010.

²⁷ A primeira vez que encontrei com Yáscara, já sabia de sua formação e perguntei se ela fazia parte de algum grupo de estudo sobre identidade cigana. Yáscara me respondeu que não precisam saber de identidade cigana, “Nós sabemos quem somos, não precisamos estudar isso.”

A próxima pergunta foi relacionada às roupas das ciganas “mais tradicionais”, a repórter gostaria de saber quem costura as roupas das ciganas tradicionais. Onde Yáscara responde que a maioria das mulheres ciganas brasileiras costuma dispor de costureiras que fazem suas roupas. “Quando você fala “as mais tradicionais” seus pensamentos têm um foco: cigana rica.”. Para ela, fantasia é o que passa pela cabeça dos não ciganos, o visual cigano é fruto do imaginário: “Há de se considerar que *inexplicavelmente, algumas pessoas vestem-se com roupas coloridas e saem dizendo-se ciganas*. Essas pessoas e grande parte da sociedade não sabem nada sobre o povo cigano, a não ser esse lado folclórico e estereotipado.”

Em outra entrevista, onde o foco era a resistência, Yáscara diz que reivindicar a *cidadania plena* é a proposição mais importante para a comunidade cigana, criando mecanismos que possibilitem aos ciganos conseguirem seus documentos, tais como registro de nascimento, o que para ela é o que mais dificulta na prática o exercício da cidadania. Segundo Yáscara, é preciso políticas públicas na área educacional que preservem os *direitos linguísticos e culturais desse povo nômade*, a política é um grande passo para o reconhecimento dos ciganos:

O primeiro passo seria, portanto, mudar os livros de história. Nunca li um livro de história do Brasil que nos citasse, e nós estivemos em vários acontecimentos relevantes, como a Guerra do Paraguai, Revolução dos Farrapos, Contestado e Quilombo dos Palmares. A comunidade cigana reivindica também um local onde possa levantar acampamento, além de acesso a direitos como registrar seus filhos em cartório, coloca-los em uma escola e usufruir da saúde pública.

Também nessas entrevistas vemos diferentes perspectivas para a questão da identidade cigana. Yáscara na primeira entrevista destaca que *os ciganos não formam uma totalidade homogênea, não são linguística, econômica e culturalmente iguais*; porém na segunda entrevista ela afirma: *só é cigana quem nasce cigana, e principalmente quem fala o romanes*. Voltada à questão do romanes, a cigana diz que embora seja sua língua original, temos que reconhecer *ser parcialmente* uma língua de origem indiana, uma vez que inúmeras palavras de origem persa, turca, grega, armênia,

etc. foram ao romani agregadas. Esse reconhecimento parcial de Yáscara é negado pelas falas de Nicolas, que como linguista enaltece a origem indiana do romanês e a consequente origem indiana dos ciganos: *os valores culturais adquiridos nas regiões de permanência após a saída da Índia; e as especificidades culturais que cada grupo já possuía antes mesmo de deixar a Índia*”.

Outra questão de destaque nas falas dos ativistas ciganos e que se encontra com relação à identidade cigana e os problemas sobre uma unidade de resistência cigana é a relacionada aos “falsos ciganos” e a questão da vaidade e ciúmes relacionados nos problemas apresentados por Moonem no capítulo anterior. Yáscara afirma que *inexplicavelmente, algumas pessoas vestem-se com roupas coloridas e saem-se dizendo ciganas*. Já Nicolas²⁸, diz que quando *um militante cigano* é indagado sobre as condições de sua etnia tende a aumentar o número de ciganos encontrados no Brasil.

Até aqui vemos a dificuldade em classificar indivíduos diferentes dentro de uma só categoria, ciganos. Se os próprios desconfiam de tudo e de todos, como saberemos quem é mesmo cigano. E o que os Calon, denominados como vimos acima de ciganos brasileiros, pensam dessas condições. Acreditam mesmo em uma origem comum com os Rom e Sinti? Assumem essa denominação geral Romá? Reconhecem as distinções de clãs apresentadas? Veem-se “representados” pelas lideranças ciganas que denominaram essa nomeação?

²⁸ Percebemos que as falas de Nicolas Ramanush se parecem com as Ian Hancock (ativista cigano apresentado no capítulo 1.3).

4.2 - Pesquisa participava – um dia em um “pouso cigano”

Ao pensar em como faríamos a pesquisa de campo e os pontos mais importantes a serem observados, tivemos como preferência não usar gravadores, cadernos e canetas, para não inibir e também não provocar respostas prontas. Optamos por uma conversa informal, deixando os ciganos a vontade para nos contar o que queriam, sem questionários e entrevistas individuais. Porém tentamos levar nossa conversa em alguns pontos centrais que focam as suposições desta pesquisa:

- Vocês conhecem alguma associação e/ou organização pró-cigana?
- Se conhecem, sentem-se representados por essas associações/representações?
- Se fosse obrigatório, você colocaria seu filho na escola?
- Se existissem assentamentos ou políticas habitacionais, você mudaria para essa casa?
- Se existissem acampamentos oficiais, com água, banheiro, etc., você se fixaria nesses locais?
- Se existissem essas duas opções, o que prefere uma casa, ou a barraca?
- Se existisse uma ajuda governamental voltada para os ciganos, o que seria mais importante?

Como mencionada na Introdução desta dissertação, após dois anos de negociação com os membros da Embaixada Cigana do Brasil para nos acompanhar até um acampamento, e com uma negativa de última hora, fui conversar com Nilson. Como é de esperar também não foi muito fácil conseguir com eles a visita, mas como temos favores a serem trocados, fomos em uma manhã de quarta-feira para Sorocaba, onde se encontravam acampados os “primos” dele²⁹.

Eles estavam na região de Ibitinga - SP, mas, como teriam um casamento no final de semana, resolveram aproveitar e ver como estava o comércio em Sorocaba, cidade onde seria realizado o casamento. Dessa forma, no dia de nossa visita só tinham duas barracas compostas por duas famílias, formadas por João³⁰, 60 anos, considerado “líder” daquele acampamento, sua mulher Sonia 43 anos, e seus quatro filhos, respectivamente com 18, 16, 15, 13 anos. Os dois primeiros casados com Mariane 17

²⁹ Logo quando falamos com ele sobre a visita ao acampamento, ele perguntou se não preferia ir com os ricos, os ciganos de Alphaville, falei que se tivéssemos visto antes seria ótimo ir aos dois, mas que preferia ir com os calões...ele me respondeu...então vamos com os pobretãos!!!

³⁰ Os nomes que me foram apresentados são os nomes ciganos. Como dito no capítulo 1.2, os ciganos tem 3 nomes, o oficial, o cigano e um terceiro que só a mãe sabe. Como estava acompanhada do Paraná e da Wandja, foram os nomes ciganos que eles quiseram que eu aprendesse e relatasse em meus estudos.

anos, mãe de Esmeralda, 3 anos, e Gabriela, 14 anos que está grávida de 4 meses. Na outra barraca estavam Melhoral, 65 anos, irmão de João e Ana, sua mulher, mais duas de suas sete filhas com os respectivos maridos e a neta Sabrina, 12 anos que se casaria no fim de semana. Mesmo tendo só duas barracas, 14 pessoas “pousavam” nesse acampamento, um terreno que eles diziam abandonado, localizado na periferia da cidade. É importante ver aqui que neste bairro encontram-se muitos ciganos que já não vivem em acampamentos, e pela casa desses “primos” eles fazem um “gato” de energia e água. Perguntei até quando pretendiam ficar naquele “pouso”, e a resposta de João foi: “Até quando a polícia não aparecer³¹!”.

Antes da visita ao pouso, paramos na casa de Nilson (Paraná) e Wandja para almoçar. Eles moram em um prédio de alto padrão em um dos bairros mais caros da cidade, seus filhos estudam nas melhores escolas. Eles, o casal e os filhos, são conhecidos no prédio como árabes³², uma escolha deles para evitar o preconceito já enraizado contra os ciganos:

Preferimos mentir a ver nossos filhos sendo discriminados, a ciganada até esta avisada que não é pra vir de cigano, falamos em cigano e eles acham que é árabe, melhor assim, a gadji de cima parece que tá percebendo, veio com umas conversa de baralho, mas eu não tenho nada aqui, ficou tudo na minha mãe, se ela ficar nessa de pedir sorte, leio a borra do café, dá pra junta a ciganada com os árabe.

Aproveitando conversamos sobre as associações e organizações ciganas, e Wandja diretamente já falou que era toda uma farsa, segundo ela a maioria nem era cigana. Wandja, como falado no começo da dissertação é rom, e além dos calon, que ela chama de “ciganos brasileiros” os outros sub-clãs relacionados na fala de Nicholas Ramanush, ela falou que não conhece: “Você anda se metendo com os ciganos³³ errados...”.

³¹ Nesse dia, lá pelas 18hs começaram a fazer um churrasco. Claro que acompanhado de muita bebida e música, Começou com músicas em romanês até chegar ao sertanejo, que é o que eles gostam mesmo (segundo os próprios). Sai de lá umas 22h30min, e a vizinhança já tinha reclamado e acionado a polícia. Não vi o desfecho do churrasco.

³² A maioria das festas realizadas pelas associações mencionadas no capítulo. anterior apresentam músicas e danças árabes. Além das danças ciganas, sempre encontramos grupos de dança do ventre.

³³ No começo da conversa para Wandja, as pessoas das organizações não eram nem ciganas, continuando, ela fala que são os ciganos errados. Não consegui entender se eram falsos ciganos, ou se eram ciganos que ela não gostava.

Quando chegamos ao acampamento, à primeira vista o mais impressionante é a quantidade de caminhonetes novas ao redor do terreno. Tinham caminhonetes de todos os tamanhos e variadas marcas, muitas importadas. Como iriam ter visitas, chamaram os “primos” ciganos que moram na cidade, e todos, sem exceção chegaram de caminhonete. Paraná, acompanhado da afirmação com a cabeça de João, logo avisou:

Formatura de cigano é quando ele consegue alcançar o pé no acelerador. Tendo condições, no aniversário de 13, ou 14 anos, os ciganinhos ganham suas próprias caminhonetes. Não dá pra ficar parado, tem que sabe dirigir.

As mulheres também adoram dirigir, e pelo menos essas que conheci todas até mesmo as mais velhas, dirigem, porém, como a maioria é analfabeta, não possuem carteira de motorista. No decorrer de nossa conversa sobre carros, percebi pelas falas de ambos, que o carro, ou seja, a questão de locomoção é muito importante para eles. A questão da liberdade, tanto proclamada sobre os ciganos, aparece nesses depoimentos sobre a estrada:

Não consigo ficar dentro de casa. Preciso sair, ver gente, conversar, preciso me mexer, preciso de um carro. Onde estiver estrada eu vou...” (Elvira, “brasileira”, casada a 50 anos, com um cigano rom “primo” de Wandja).

Hoje eu estou sem carro. Estou sem vida. Paraná falou que o Honda chega semana que vem, já estou vendo meus passeios. Vou primeiro vê o menino, depois o bebê, depois vô no shopping, no parque, tudo que tenho direito, mas num vô de cigana não, vô de vestido, com lenço, mas sem parecer cigana, os gadje trata mal. (Wandja).

Outra coisa interessante que aconteceu na chegada foi à pergunta se eu gostaria que eles se vestissem de cigano, pois estavam com roupas do dia a dia. Falaram que só colocam as roupas quando querem impressionar ou estão em serviço. Respondi que estava bom daquele jeito, pois ia ver como era o cotidiano deles, não os momentos especiais e mesmo não estando “vestidos de cigano” as roupas dos “barraqueiros” e as roupas dos “com casa” mantinham um padrão, os homens, vestindo camisa e calça jeans

ou social, parecido com as roupas de cowboy, com cintos bem grandes e botas e as mulheres de saia comprida ou vestido, a mulher cigana não pode mostrar as pernas e também não pode colocar calça, e as casadas colocam algum adereço no cabelo, geralmente um lenço vermelho.

Na primeira barraca, dormem João, sua mulher, seus quatro filhos, as duas noras, e neta Esmeralda 3 anos. É uma tenda, “mobiada” com geladeira, fogão e a pia, onde estão os pratos e talheres do acampamento. Logo me explicaram que como estavam em só duas famílias, dividiam esses “pertences”. Ao fundo da barraca encontramos uma prateleira de madeira. Pela manhã quando acordam, levantam os colchões, e ajeitam nesta prateleira, onde estão guardadas as malas, os cobertores e as mercadorias que trouxeram para vender em Sorocaba. Os produtos que essa família vende são basicamente produtos de cama, mesa e banho, o enxoval, como eles chamam, comprados em Ibitinga³⁴, interior de São Paulo, cidade de onde vinham.

Um dos costumes mais valorizados pelos ciganos que conheci e também pelos depoimentos de outras pesquisas com os ciganos é a questão do casamento. Logo que atingem os 14 anos para os meninos, e quando as meninas “já podem parir”, ou seja, quando menstruam pela primeira vez, os familiares procuram um “bom casamento”. A tradição pede que a família do homem, busque meninas disponíveis de boa família, para arranjar seu casamento. Procuram em festas, em acampamentos conhecidos, em outros estados e regiões, e sem medir esforços, viajam para onde for, para tomar um café na casa, ou barraca da família desta pretendente. Confirmando o interesse de ambas as famílias, começa a negociação do dote. É a família do homem que paga o dote para a família da noiva. Essa menina, depois de casada, passa a fazer parte da família do noivo, encontrando seus pais, somente se morarem próximos, ou em festas e viagens aleatórias. As noras, a partir do casamento, são as responsáveis pelos afazeres domésticos, cuidam da limpeza das barracas, das crianças, da preparação da comida e, pelo menos nessa família que conheci, ficam dentro dos pousos, saindo só para comprar alguma coisa por perto do acampamento. Elas esperam seus maridos, sogro, sogra e cunhados que saíam para o centro da cidade vender suas mercadorias.

³⁴ Contaram que a cidade de Ibitinga, por ser um polo industrial têxtil, uma das mercadorias mais vendidas pelos ciganos brasileiros, além de panelas, e outros utensílios domésticos; tem sido o ponto de encontro de muitas famílias ciganas, e também tem sido uma escolha de moradia para muitos ciganos que se sedentarizam.

Nesse dia resolveram assar uma costela, sentamos os homens de um lado, e as mulheres logo atrás e começamos a conversar. O assunto casamento entrou na roda feminina, e as mulheres que já se encontram sedentarizadas, contaram que já casaram suas filhas mais velhas, mas as caçulas, ambas com 15 anos, elas estão “tentando esconder”. Lira, 34 anos, casada com Sandro³⁵, 36, filho mais velho de João, tem 5 filhos e 3 netos, explica:

Não vou mais em festa. Hania fez 15 anos e agente nem comemorou fizemo só uma festinha pequena. Falamo pros home que ela ainda tem 12, mas é desenvolvida. Já casei todos meus filhos, quero minha pequena um pouco mais comigo...só quando fizer 17 anos, eu caso ela. Só tem pretendente véio, 26, 27 anos, minha caçula merece coisa melhor. Se agente vai em festa a ciganada cai em cima da gente para saber de Hania, a última tivemos que sair fugido. Não vamo mais.

Polaca, também “prima” de Wandja, e junto de sua filha Jéssica, 15 anos confirmou a fala de Lira: “também não vamos mais...tudo quanto é cigano cai em cima da gente...”

Já que as noras tinham acabado de lavar a louça, e subido para a barraca de cima, aproveitei e fui conversar com as meninas. Na barraca de cima, pousam Melhoral, sua esposa, suas duas filhas com os respectivos maridos, e a neta Sabrina. A família de Melhoral, que disse, “infelizmente tenho 7 fia muié” diferente da maioria das outras famílias ciganas, está acompanhada de suas filhas mais novas. Segundo as filhas, “por sorte” conseguiram achar maridos cujo os pais já tinham falecido, podendo ficar com a própria família.

³⁵ Há um ano e meio o casal comprou uma casa em Ibitinga, para ficar perto das mercadorias, mas “pegam a estrada” junto com a família.



Foto 1 – Barraca de baixo (principal)



Foto 2 – Prateleira localizada ao fundo da barraca onde guardam seus pertences.



Foto 3 – Barraca de baixo.



Foto 4 – Esmeralda esperando sua mãe terminar de lavar a louça.

Enquanto na barraca de baixo estava a geladeira, o fogão e a pia. Na barraca de cima encontramos duas camas e duas televisões. As meninas falaram: “nóis cozinha embaixo e descansa em cima”. Estamos tirando fotos quando Gabriela, tia da pequena Esmeralda, pede para tirar foto dos ouros da ciganinha. Ela logo fez uma pose e abriu a mãozinha mostrando seus anéis e pulseiras³⁶. Chega a costela, as meninas, que tinham terminado de arrumar a barraca alguns minutos antes, param de conversar e automaticamente voltam para a barraca de baixo começando a arrumar as coisas para o churrasco: “Daqui a pouco nós fala de novo.”

Nesse tempo chega à barraca Melhoral, um senhor que aparentava ter uns 80 anos, na realidade tem 65 anos, o mais velho que estava naquele pouso. Ele começou reclamando que “hoje a ciganada só pensa em dinheiro”, vou te contar uma história que aconteceu com um “primo” meu:

Qualquer cigano em qualquer canto do mundo tem obrigação de oferecer num mínimo um copo de água e uma cadeira em seu pouso para qualquer cigano que chegar. Meu primo fazia muito tempo que estava pela estrada, todo amarrotado e sujo, viu um pouso e resolveu chegar. Tava tão cansado e foi logo sentando no chão, os de lá perguntaram se não queria um copo d’água e uma cadeira, ele aceitou sentou e bebeu, era dia de festa neste pouso, nenhum home ofereceu mais nada pra ele. No outro dia, como era muito rico esse meu primo, colocou a melhor roupa, foi todo bonitão, limpou até a caminhoneta pra chegar brilhando. Chegou a ciganada ficou todo atabalhada, não paravam de servir meu primo, quer cerveja? Ele aceitava e jogava a cerveja na roupa, quer comida, ele pegava e se sujava todo, fez isso com tudo que ofereceram pra ele. Até que chegou o “chefe” do pouso e perguntou porque ele tava se lambuzando? Meu primo respondeu: vim aqui ontem e vocês só me deram um copo d’água, vortei hoje bonitão e voceis me dão do bão e melhor? Continuo sendo eu, sou eu que como e bebo, já que voceis só

³⁶ Foto Anexo 5.

deram quando eu to bonito, parece que é a roupa que come...Tá vendo como a ciganada só pensa em dinheiro hoje?

Aproveitei e perguntei sobre as associações e ONG ciganas, se Melhoral conhecia alguma? Ele falou que só conhecia a Mirian “aquela que se diz “rainha” “conheço também o “‘primo dela, o Mio, você conhece, aquele que toca violino? É só assim, cigano só tem vez quando é coisa com música”. O cigano lembrou:

Uns tempos atrás, acho que uns dois ou três anos atrás teve um encontro lá com o presidente que juntou índio, negro, e a Mirian levou a coisa do cigano...começou a parecer essa coisa de rainha, santa sara, tudo invenção da lora. É uma galega arretada mas só ela que ganhou com isso. A moça podia ajudar agente, né, podia virar cigana e ajudar agente...

Perguntei sobre moradia, se Melhoral gostaria de ter uma casa, na cidade que ele escolhesse, obtive a resposta:

Gosta eu gosto, queria sim, mas pegava e logo ia vende, logo colocava ela no rolo...minha vida é tenda, minha vida é estrada, cigano num fica parado em qualquer lugar...sabe o que nós qué? Nós que pode andar por aí a vontade, como cigano, sem ter que desviar da policia, sabe que polícia conhece o xero de cigano de longe?

João chegou ao meio dessa conversa, aproveitou para reclamar também da Mirian falando,



Foto 5 – Barraca de cima, onde as noras descansam.



Lá vem ela com essa coisa de rainha, não temos rainha, nem rei, nem ninguém que manda na gente, eu sou o rei da minha família, minha muié que é a rainha, se ela quizé me dá uma casa, eu pego, posso até tenta mora, não, melho vende mesmo...galbi³⁷ na mão é melhor do que casa³⁸.

Depois dessa conversa sobre lideranças e moradia, os dois fizeram questão de afirmar que nunca deixaram suas mulheres ler a mão. “Quando casamo ela ia com a mãe fazer a buena dicha, trabaiava com isso. Aí eu não deixei mais, muié minha não faz esse tipo de coisa”. (João) “Já fomos católicos, aí podia ler a sorte, o padre nem tava aí com isso, hoje somos evangélicos, pastor num gosta, nem na tal da Santa Sara Kali acredito mais, isso é invenção da Mirian” (Melhoral).

Voltamos ao “canto das mulheres” e as conversas se focam nos filhos. Todas estavam com problemas relacionados à polícia, filhos e netos presos, a maioria por furtos, e a preocupação com a questão de ser cigano na cadeia. Falam que não vão vestidas de cigana visitar seus parentes. Procuram não falar em romanês, novamente, explicaram que se soltam alguma palavra “em cigano” falam que é árabe, e muitos de seus parentes e elas próprias são conhecidas como árabe nas prisões “os cadeeiros respeitam os árabe”. Continuando começamos a falar sobre educação, elas diferenciam e apoiam a alfabetização: “meus filhos sabem escrever, ler um pouco, fazer conta, mas aí já tá bão, chega lá pra 10 anos já tá na hora de trabaiá.” (mulher de Melhoral). Os filhos de Wandja estudam, o mais velho terminou os estudos e mais novo está na 7ª série. “Acho muito importante, eu não sei nem assiná meu nome, o Paraná é formado e se dá super bem, quero isso também pros meus filho, mas só tenho filho home, não sei o que faria com menina.” Perguntei para as jovens recém-casadas se elas tinham estudado, e se gostariam de colocar Esmeralda e os outros filhos na escola. As meninas não estudaram, pela conversa não sabem direito o que é uma escola, muito menos para que serve ficar na escola:

³⁷ Moeda de ouro em romanês.

³⁸ Wandja me contou que no inverno, quando esses ciganos vão para Sorocaba, eles alugam casas temporárias por causa do frio, mas armam sua tenda dentro dessas casas, por uma questão de costume. Ela continuou falando que muitas mansões dos ciganos ricos, tem tendas armadas no quintal, “não vejo a hora de ter uma casa grande pra armar minha tenda, já vejo ela na minha cabeça”.

Temo tanto trabaio aqui no pouso, as vezes vamos vende as coisa junto, porque perder com isso, queria só escrever, meu nome já tá bão, conta eu sei não preciso de escola, não penso nisso não, agora acho que vo pô Esmeralda na escola é bão pra ver como pra nós é melhó.

As mulheres continuaram falando sobre os filhos, muitas choraram pelos filhos presos e nessa hora Lira fala: “Você queria saber das ONGs, né? Vê se alguém ajuda a solta meu neto? Ele não fez nada, só tava fazendo coisa de cigano.” Contou que o neto estava vendendo o enxoval no centro de uma cidade no interior de Minas Gerais, e a polícia já chegou prendendo, falavam que os produtos eram roubados. Segundo ela, os comerciantes da cidade ligaram para a polícia denunciando que tinha cigano por lá: “isso já aconteceu antes, tadinho, tá lá até hoje por nada.”. Elas lembraram quando uma criança cigana foi retirada a força do colo da mãe no centro de Jundiaí: “lembra aquela calin, que teve o nenê roubado? Tudo esses ONGs aí foram ajudar, tava tudo lá na televisão falando...só nessa hora mesmo.”

Melhoral escutou a conversa e veio em nossa direção avisando que uma vez “uns cara” dessas ONGs me ajudou, disse que estava muito doente e precisava fazer um transplante, “onde eu num sei, moça, mas tava doendo que só.” Contou que foi em vários hospitais de São Paulo e do interior, e nenhum quis atendê-lo pois como não tinha endereço fixo, não poderia fazer o cartão do SUS:

Aí me alembrei da Mirian. Resolvi ir pro Rio de Janeiro, fui até a casa dela, ela me mandou falar com um primo dela, fui, lá ele me mandou em vários hospitais falando que era pra falar que eu era cigano amigo dele. Nenhum me atendeu, eu precisava ficar internado, precisa mexer dentro deu, falaram que não tinha lugar. Depois de uns 3 dias me aparece um outro primo falando que conseguiu falar com o deputado Roberto Jefferson³⁹ e que era pra eu me arrumar pra ir pro hospital...aí sim foi uma beleza.

³⁹ PTB-RJ. Perguntei o que o Roberto Jefferson tem a ver com os ciganos, ele não soube me responder.

Ana, sua mulher concordou falando “é verdade, nem sei quem é esse aí que ajudou nós, a moça podia virar cigana e ajudar nós né”.

A costela ficou pronta e fomos comer. As meninas arrumaram a mesa e só os homens sentaram, nós mulheres ficamos sentadas no chão mesmo, onde estávamos antes. Já estava muito tarde e resolvemos ir embora, muitos rodearam o carro para nos convidar para o casamento da semana posterior: “vai ser o maior festão, você nunca viu tanta ciganada junto”. “deixa o celular aí nós te liga pra combinar”. Deixei, até hoje não ligaram.

A presença no acampamento cigano foi pequena, mas conseguimos com esses poucos relatos perceber a dificuldade de saber sobre a identidade cigana. Vimos questões explanadas no capítulo 1.2 como características dos ciganos, mas também vemos muitas divergências relacionadas às tradições do povo cigano.

Considerações Finais

Este estudo procurou observar de que maneira foi construído o imaginário comum sobre os chamados ciganos. Procuramos mostrar a construção da categoria cigano através das perspectivas de ciganólogos, ativistas ciganos e pró-ciganos, dos ciganos rom que já conhecíamos e dos ciganos calon que conhecemos no acampamento.

No decorrer da pesquisa esta passou de uma análise sobre a identidade cigana para uma análise sobre política cigana, pois percebemos a recusa dos ciganos acampados em se “adaptar” as questões ligadas ao Estado-Nação e a importância que os ativistas ciganos dão à esta questão de inclusão.

Minhas considerações não dão conta de toda intensidade e complexidade do que foi aqui exposto, mas as reflexões que compõe essa pesquisa buscam mostrar o argumento que os ciganos “inventam” os *gadjes* como um “dado”, contra-inventando os Calon como “construído”. O mundo dado é o mundo do *gadje*, que domina a escrita, que se organiza de forma hierárquica, que trabalha sobre regime de submissão. Os ciganos se fazem em oposição ao mundo *gadje*. Porém não encontramos uma ação “contrastiva”, no sentido desenvolvido pelas teorias da etnicidade (Barth), não há aqui dois sistemas em confronto, para o qual são escolhidos traços diacríticos para exacerbar as diferenças, o contraste aqui é de outra ordem, os valores como a vergonha, a impureza, ciganidade e calonidade, não são percebidos pelos *gadjes*, só aparentes aos ciganos. Percebemos que estes contrastes, relacionados à situação de inclusão social, como frequentar escolas, empregar-se e obter residência fixa, é uma recusa prática aos mecanismos do Estado, neste caso, os ciganos tende-se a se reinventar continuamente, o que se comprova com a negação ou a desconfiança sobre o mundo *gadje*. Nos moldes de Wagner, se aceitarmos que os seres humanos operam por meio de uma dinâmica de invenção e contra-invenção, os ciganos parecem continuamente “inventar” os *gadjes* como “dado”, contra-inventando os ciganos como “construído”.

Vemos assim que a diferença entre ciganos e *gadjes* é de ordem prática, do “fazer”, não da ordem do “ser”. Não basta nascer cigano ou ser filho de cigano, é preciso fazer-se cigano continuamente, em um processo ininterrupto de “produção”, é preciso diferenciar-se para fazer-se cigano.

Porém, diferentemente, os ativistas ciganos apostam e buscam uma inclusão. Vimos que o governo brasileiro ao invés de etnicizar os ciganos, os insere em uma categoria genérica de “populações tradicionais” reconhecendo seus direitos de serem

“culturalmente diferenciados”, sem impor-lhes políticas assimilacionistas ou separatistas, diferente dos casos que acontecem na Europa. Mas os ativistas ciganos preferem e almejam essa assimilação, conforme vimos nas falas e objetivos das organizações e associações pró-ciganas.

Os ciganos que encontramos no acampamento mobilizam sua cultura como agentes de sua própria história. A invisibilidade calon seria ligada a sua organização social e intencional. Tornar os calon visíveis pode ter um efeito contrário ao almejado pelos movimentos ciganos.

Assim, no texto dessa dissertação, o capítulo 1.1 explora essa generalização dos chamados ciganos apontando aspectos genéricos de sua origem, características, e apresentando categorias como ciganidade e calonidade. No tópico 1.2 essas características são explanadas como forma de exemplificação dos costumes encontrados no acampamento. Dando continuidade, tentamos entender esse processo de generalização dos chamados ciganos apresentando no tópico 1.3 diferentes pesquisas relacionadas aos ciganos. As primeiras representando-os como um “grupo” dessa forma com características fechadas, embasadas na perspectiva da etnicidade de Frederic Barth; e as outras focadas em diversas formas de pensar o cigano, percebendo que o contexto local e político influenciam essas percepções. O capítulo foi finalizado mostrando a formação do imaginário ocidental para conceitualizar os ciganos, chegando à conclusão de que estes foram “moldados” através obras literárias clássicas e científicas.

No segundo capítulo mostramos nossa perspectiva teórica, apresentado as ideias de Roy Wagner e Marilyn Strathern que abandonam conceitos como grupo social, sociedade, tradição cultural, e consequentemente cultura cigana, povo cigano, comunidade cigana, para adentrar no conceito de sociabilidade que corresponde a matriz relacional de que se constitui a vida das pessoas, as quais a um só tempo existem através de suas relações e as renovam, as relações sociais são intrínsecas a existência humana, não se podendo, portanto, conceber pessoas como entidades circunscritas. Passamos então a perceber os ciganos não como uma dicotomia, ciganos/*gadjes*, mas sim ciganos e *gadjes*, sempre de uma forma relacional, um ser-para-outro.

Dessa forma, no próximo capítulo através da explanação da criação de diversas associações e organizações não governamentais ciganas ou pró-ciganos procuramos mostrar essas invenções e renovações da imagem do “ser cigano”, propostas por esses novos atores sociais. E na sequência procuramos mostrar como o Governo Federal

absorve essa imagem através da criação de políticas públicas elaboradas com a legitimação de alguns destes ativistas.

Terminamos esta pesquisa mostrando como estes ativistas, representados no texto por Nicolas Ramanush e Márcia Yáscara, conceitualizam o ser cigano conforme o contexto em que são apresentados, assim buscamos legitimar as noções de invenção e contra-invenção cultural propostas por Roy Wagner.

A pesquisa participativa fecha essa dissertação apontando e relacionando as histórias ouvidas com os aspectos anteriores demonstrados. Em um só dia no acampamento cigano, podemos ver sobre questões de casamento, tradições diversificadas, representações, o relacional ciganos/*gadjes*, as formas de “manipulação” e reinvenção de sua situação de ser cigano, chegando à conclusão que ao se reinventarem conforme os contextos envolvidos garantem uma agência difusa, uma rede formada por quem eles acreditam fazer parte desse mundo cigano, invocando uma forma específica de invisibilidade.

Anexo 1.

Declaração dos Direitos Ciganos

“Documento elaborado no encontro: O Povo Cigano: O outro filho da Mãe Terra”. Conclave Continental do Povo Cigano das Américas. Realizado em Quito (Equador) entre 12 e 16 março de 2001.

Considerações:

- Que os distintos clãs ciganos se encontram vivendo em vários países da América desde a época colonial e nesse sentido nossa presença, como povo, é preexistente a conformação de muitas Repúblicas atuais,

- Que coletivamente o povo cigano não é um povo adverso nem recém-chegado nem estrangeiro, pois tem uma ampla trajetória e presença em quase todos os países do continente americano,

- Que temos realizado inmensuráveis contribuições, não reconhecidas pela sociedade não cigana, aos processos de conformação das nacionalidades dos distintos países do continente,

- Que o povo cigano nunca pretendeu dominar ou impor sua cultura a outros povos, e contrariamente sempre se caracterizou por ser respeitoso a diversidade e pluralidade,

- Que a população cigana na América ultrapassa a cifra de três milhões de pessoas e leve em conta que sobre esta significativa presença demográfica há o fato de sermos obrigados a nos manter invisíveis,

- Que através da história, tanto antes como hoje, nosso povo tem sido vítima privilegiada de práticas e procedimentos racistas, discriminatórios, xenófobos e intolerantes que tem levado ao restante dos povos e culturas a nos considerarem com os piores e mais pejorativos qualificativos,

- Que quando se fala da diversidade dos povos e culturas do continente americano sistematicamente se omite e silencia a existência do povo cigano,

- Que somos um povo com história milenar, tradições e idioma próprios e por isso com plenos direitos de exercício da livre determinação,

- Que não aceitamos o qualificativo de "minorias étnicas" com o qual nos apelidaram alguns instrumentos internacionais, por quanto não reflete nossa situação como povo que se encontra em uma situação de dominação,

- Que demandamos e reivindicamos para o povo cigano o reconhecimento pleno e integral de seus direitos coletivos, reiteradamente negados e vulnerados, e

- Que pese que nosso povo não tem dentro de sua opção civilizatória a conformação de um projeto estatal próprio, e isto não é impedimento para que possa estar apropriadamente representado nas instâncias internacionais e no sistema das Nações Unidas.

Em favor do anteriormente exposto, as organizações e clãs ciganas das Américas expressamos nosso indeclinável compromisso militante para trabalhar ativamente sobre os seguintes princípios:

Demandas:

1. Propugnar para que os Estados e Governos das Américas reconheçam o direito de livre determinação para o povo cigano.

2. Propender para que os Estados e Governos do continente reconheçam, promovam e garantam os direitos coletivos do povo cigano.

3. Defender, recuperar e valorizar a história e as tradições étnicas e culturais do nosso povo assim como proteger os direitos patrimoniais consuetudinários e o patrimônio cultural e intelectual do povo cigano.

4. Evitar qualquer forma de discriminação negativa, de racismo, de xenofobia, de intolerância e de exclusão para o povo cigano.

5. Realizar a promoção e difusão ante a sociedade dos não-ciganos dos conhecimentos e saberes tradicionais do povo cigano, e igualmente seus valores étnicos e culturais.

6. Propender para que os Estados e Governos das Américas apliquem taxativamente as normas jurídicas internacionais que de alguma forma protegem os direitos do povo cigano.

7. Lutar pela ampliação dos espaços de autonomia e autogoverno do povo cigano, buscando o reconhecimento de suas próprias autoridades e validando a existência de uma jurisdição especial, o CRIS ROMANÓ - nossas leis.

8. Propiciar a abertura de espaços interculturais necessários a fim de garantir a autonomia de opção civilizadora própria do povo cigano nas Américas.

9. Exigir dos Estados e Governos do continente americano que consultem adequadamente ao povo cigano antes da elaboração dos Planos de Desenvolvimento, com a finalidade de trazer propostas, especialmente as que afetem suas vidas, cultura, identidade e necessidades fundamentais, e para que se possam dispor recursos necessários para o pleno desenvolvimento de suas instituições, sua economia e para a capacitação e educação.

10. Propugnar para que os Estados e Governos da região garantam e implementem programas de educação bilíngue e intercultural apropriadas para o povo cigano, assim como promover o acesso de seus jovens e mulheres a educação média e superior em condições favoráveis e que garantam sua permanência.

11. . Exigir que os Estados e Governos das Américas implementem modelos alternativos de atenção em saúde para o povo cigano que garantam um adequado acesso aos serviços de saúde que deveriam ser favoráveis, compatíveis, auto-sustentáveis, eficazes, eficientes, manter a qualidade, e cujas ações se orientem a fortalecer a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde.

12. Cuidar para que os planos e programas estatais de saúde tenham em conta os conhecimentos, práticas e usos dos distintos meios de diagnósticos e tratamento próprios do povo cigano.

13. Reivindicar aos Estados e Governos para que promovam e garantam a segurança alimentar e o melhoramento substancial de qualidade de vida do povo cigano

14. Propender para que os Estados e Governos do continente garantam a liberdade de consentimento informando ao povo cigano, através de suas autoridades e instituições representativas, cada vez que se prevejam o desenrolar de projetos, medidas legislativas ou administrativas susceptíveis de afetá-los diretamente.

15. Assegurar que o povo cigano tenha acesso equitativo, permanente e apropriado aos meios massivos de comunicação social.

16. Exigir o acesso de representantes do povo cigano às diferentes instâncias de participação criadas pelas instituições governamentais e poderes públicos.

17. Contribuir para a criação e consolidação daquelas instituições e instâncias próprias que o povo cigano requer, para avançar no processo de reconhecimento de seus direitos coletivos.

18. Viabilizar a geração dos mecanismos e instâncias necessárias que propiciem o estabelecimento de contatos, relações e intercâmbios fluídos e permanentes entre os ciganos das Américas e entre estes e o restante da comunidade cigana internacional.

19. Propender para que existam as garantias necessárias para que a forma de vida nômade e itinerante, que conservam muitos clãs ciganos das Américas, possa ser mantida no tempo que se traduz na exigência aos Estados e Governos para que possam adequar lugares especiais para que se instalem os acampamentos e normas especiais que facilitem o livre trânsito através das fronteiras internacionais no continente.

20. Pedir aos Estados e Governos da região que reconheçam o status de refugiados dos membros do povo cigano e desenvolvam políticas públicas, programas e ações adequadas com a finalidade de atender aos ciganos que por razões políticas, sociais, culturais, étnicas, religiosas, econômicas e de qualquer outra classe, se vejam necessitados de refugiar-se ou a imigrar ao continente americano.

Pedimos:

Para a Organização das Nações Unidas, ONU, que:

1. Iniciem um amplo e profundo processo de democratização de toda sua estrutura com a finalidade de evitar que as instâncias mais relevantes do sistema das Nações Unidas terminem controladas por um número reduzido, mas poderoso, de Estados que na maioria das ocasiões tomam decisões controversas e sem o respaldo do consenso da comunidade internacional.

2. Elaborem instâncias, mecanismos e procedimentos que possibilitem que no sistema das Nações Unidas possa participar plenamente e em condições de igualdade frente aos Estados, o povo cigano. Como primeiro passo para isso propomos o estabelecimento de um "Foro Permanente para o Povo Cigano" que no nível mais elevado possível, com uma composição mista e equitativa e com um mandato amplo que inclua os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, sanitários, educativos, linguísticos, de gênero, de desenvolvimento, prevenção de conflitos etc.

Facilitem o diálogo entre os Estados membros da ONU, o povo cigano as agências e organismos especializados do sistema de Nações Unidas sobre temas e interesses que afetem a nosso povo.

3. Iniciem o processo para que com a participação ampla e equitativa de delegados de nosso povo se redijam, discutam e aprovem uma "Declaração das Nações Unidas para os Direitos do Povo Cigano" que sirva de instrumento internacional que garanta, com bases aceitáveis, todos os direitos de nosso povo.

4. Reconheça e institucionalize no sistema das Nações Unidas e nos Estados membros da ONU o dia 8 de abril como "Dia Internacional do Povo Cigano", em recordação da celebração, em Londres (Inglaterra) entre 7 e 9 de abril de 1971, do "Primeiro Congresso da União Cigana Internacional" , que marcou o início do movimento associativo contemporâneo de nosso povo.

5. Como parte das reuniões e atividades preparatórias da " Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância", O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, propicie e facilite a realização de um " Encontro Continental do Povo Cigano das Américas", no qual possamos unificar critérios , construir consensos e desenvolver estratégias, a partir das distintas realidades de nosso povo que se apresentam no continente.

6. Nos diferentes processos em instâncias do sistema das Nações Unidas não se continue "invisibilizando" ao povo cigano das Américas e, contrariamente, envolva-o ativamente nas reflexões e discussões sobre os temas que direta ou indiretamente o afetam.

PARA A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, OEA, PARA QUE:

7. Constitua uma instância permanente que incorpore a existência do povo cigano nas Américas e realize a relação com nosso povo em um plano de igualdade.

8. Propicie o ativo envolvimento do povo cigano das Américas em todo o processo concernente a reflexão e discussão do "Projeto de Declaração Interamericana de Direitos dos Povos Indígenas", como quer em seu artigo 1 expressa explicitamente que as disposições legais desse "Projeto de Declaração" se fazem extensivas ao povo cigano, em sua condição de povo clã-social(isto é, idêntico ao sócio tribal)

9. Com participação adequada do povo cigano se realize um amplo estudo sobre a situação que atualmente apresenta em matéria de direitos humanos, civis e coletivos.

AOS ESTADOS E GOVERNOS DAS AMÉRICAS, PARA QUE:

10. Que reconheçam plenamente nossa existência como povo e garantam o exercício dos nossos direitos coletivos e civis. Em razão de sua projeção transnacional e

de sua ampla mobilidade geográfica, o povo cigano deve ser reconhecido explicitamente pelos Governos e pelos Estados do continente, como um povo que é também americano por tradição e presença histórica.

11. Desenvolvam com uma ampla participação e com o livre consentimento e apoio prévio de nosso povo, instrumentos legais e normativos que garantam seus direitos coletivos e civis, assim como também sua integridade étnica e cultural.

12. Aos que ainda não o fizeram ratifiquem o Convênio 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, "Sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes" e aos que já o fizeram cumpram integralmente com suas disposições legais tendo em conta que estas igualmente se fazem extensivas ao nosso povo.

13. Em todo o processo referido na "Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância" se garantam uma ampla e apropriada participação de delegados do povo cigano dos países do continente.

14. Acolham solidariamente em seus respectivos territórios aos refugiados pertencentes ao povo cigano que, fugindo de perseguições e guerras que ocorrem em outros lugares do planeta, chegam ao continente americano buscando segurança e garantias para refazer suas vidas.

PARA AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO PARA QUE:

15. Em seus projetos e programas de ação e intervenção tenham em conta as necessidades e problemáticas atuais do povo cigano das Américas.

16. Se comprometam com as organizações ciganas das Américas a apoiar, com seus recursos financeiros e técnicos, todas aquelas iniciativas e projetos encaminhados para concretizar as principais demandas de nosso povo.

AOS POVOS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES, ASSIM COMO AOS OUTROS POVOS TRADICIONAIS QUE SE TENHAM ARRAIGADO NO CONTINENTE:

17. Apoiem solidária e fraternalmente aos desejos, demandas e reivindicações de nosso povo, encaminhadas para conseguir que saiamos da invisibilidade a que nos têm submergido e se reconheçam e respeitem, plena e integralmente, todos nossos direitos coletivos.

18. Em atos diversos de mútuo e recíproco conhecimento e "descobrimento" reconheçam o povo cigano das Américas como o outro filho da Terra Mãe, e dizer, como um povo que apesar de não ser nativo nem originário das terras tem antiga presença e trajetória que o levou a compartilhar estruturalmente os mesmos problemas que enfrentam os indígenas e afrodescendentes.

19. Reconheçam que o povo cigano é um agente social nas Américas que mesmo em sua invisibilidade está intervindo para ajudar na construção de sociedades diversas, plurais e inclusivas, mais democráticas, livres e justas.

20. O povo cigano das Américas valoriza profundamente as demandas e reivindicações elaboradas pelos povos indígenas e afrodescendentes assim como por outros povos tradicionais que vivem no continente, como os que abriram caminhos que hoje nosso povo está transitando. É por isto que, de certa forma, o povo cigano é herdeiro do trabalho organizativo, não utilizado por estes povos e, por conseguinte, também os faz seus.

Finalmente, às organizações e clãs ciganos das Américas comunicamos a conformação de uma instância de coordenação a nível continental: o "Conselho de Organizações e Clãs Ciganas das Américas" que terá como missão fundamental contribuir para a consolidação do movimento associativo do nosso povo no continente e em todo o mundo, chegando ao processo de visibilização do povo cigano no contexto da comunidade internacional.

Fonte: <http://www.embaixadacigana.com.br>

Anexo 2

CARTA REFERUNDUM ENCAMINHADA AOS PREFEITOS MUNICIPAIS

Ilmo.(a). Sr(a).

Representante do Poder Executivo Municipal,

Buscando implementar um dos compromissos do Governo Federal com Políticas Públicas de Cultura e de Promoção da Igualdade Racial, entendidas como um direito básico do cidadão, o Ministério da Cultura - por intermédio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - está iniciando um processo que objetiva implementar uma política consistente de reconhecimento e valorização do povo cigano, que pela diversidade, singularidade e riqueza de sua arte contribuem de forma efetiva para a construção da identidade cultural brasileira.

Preocupados em atender a uma demanda inicial dos artistas ciganos, pleiteando soluções imediatas por parte deste Ministério da Cultura, nos dirigimos à Vsa. Senhoria, para solicitar medidas e ações práticas, ao que couber vossa administração, no sentido de facilitar o exercício das atividades artístico-sociais características da identidade cultural dos povos ciganos, reforçando, assim, essa iniciativa de Governo, onde, esperamos favorecer ao máximo o processo de inclusão social e cultural brasileiro, para todos os brasileiros.

Com protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural

Fonte: www.cultura.gov.br

Anexo 3



CARTA MANIFESTO À ETNIA CALÔ

Eu, **Reginaldo Marques Oliveira**, cigano calon, conhecido como **Ronn Marckes**, vice-presidente da ONG **"PACHA ROMALEDROM"**, cujo trabalho se estende a dezenove anos no estado de São Paulo, venho esclarecer que depois de vinte anos de trabalho onde vi de tudo, inclusive pessoas que queriam e infelizmente até hoje querem usufruir dos direitos das comunidades ciganas. Fundador do projeto dos acampamentos a nível de território nacional me ponho em profunda indignação quando vejo pessoas que por meios escusos vêm reclamar um direito que não lhes pertence. Foi criada uma Associação sem o conhecimento dos demais territórios nacionais de nome: **Associação Nacional das Etnias Ciganas**, em que uma pessoa aproveitando-se da ingenuidade de algumas comunidades calons do entorno de Brasília se intitulou presidente desta instituição no qual vem participando de reuniões, conferências e tudo que é feito pelo governo para pleitear direitos de nossa etnia e que vem criando problemas em um momento em que as portas se abrem para a melhoria de toda a etnia.

Quem ou quais associações ciganas espalhadas no território nacional foram consultadas a respeito da fundação desta associação? Sabendo que a mesma pessoa que criou esta associação fazia parte do ACEC – Associação dos Ciganos Calons do Distrito Federal e Entorno, sendo ela apenas uma secretária aonde dentre as suas funções não cabia tomar decisões pelo presidente da mesma, mas arbitrariamente marcou reuniões sem comunicar o mesmo o que gerou constrangimento nos órgãos no qual fomos obrigados a levar documentação provando que éramos representantes de São Paulo e Brasília. Sendo assim ela fundou uma associação colocando-se como presidente e deixando os verdadeiros ciganos à mercê de suas vontades. Faço uma pergunta a todos os ciganos residentes neste País que realmente querem uma melhoria para o povo Calon. O que será o futuro das comunidades ciganas tendo uma pessoa a frente de uma associação nacional que nem cigana é? Eu que sempre lutei para que a minha raça sempre tivesse voz, força e unicidade para conseguir alcançar o direito de ser reconhecido pelo governo deste País como raça, etnia e povo venho questionar quem em plena consciência se calaria diante de uma atitude bárbara e incrédula de desrespeito para com o povo calô?

Convoco a todos os ciganos do Brasil para um movimento Nacional para que não reconheçam esta associação como representante de um povo que necessita de assistência, respeito e dignidade. Solicito a todos que organizem em cada Estado do Brasil um abaixo assinado com nome completo, e-mail e contatos para que seja encaminhado aos órgãos competentes para serem tomadas providências, visto que, dentro de três anos caso nada seja feito esta pessoa terá direito a entrar com projetos dentro do governo levantando assim verbas públicas que não serão destinadas aos povos ciganos deste País e o que é pior todas as associações e ONGS voltadas para a melhoria das comunidades estarão subordinadas a esta pessoa. Por isso peço encarecidamente que todos os ciganos se unam para que esta atrocidade não ocorra mais.

Ronn Marckes.

Fonte: <http://roonns.blogspot.com/>

Anexo 4.

**EM MAIO ESTAREMOS
REALIZANDO UMA MEGA
CONFERENCIA
CONVOCAREMOS
LIDERES CIGANOS CALONS,
ASSOCIAÇÕES, ONGS,
ENTIDADES QUE
CARREGUEM A BANDEIRA
DOS CIGANOS**

**EVENTO CULTURAL
Aberto a População
em Geral**



**A
N
A
N
K
E**

**ANANKE
LUTANDO PELA
Dignidade e o Respeito
para os
Ciganos Calons**



**TODOS SÃO BEM VINDOS
TORNO A DIZER CIGANO UNIDO SÃO CIGANOS FORTES,
DEIXE AS DIFERENÇAS DE LADO, VAMOS LUTAR POR UMA
UNICA BANDEIRA, A BANDEIRA DO POVO CIGANO.**



**CONVOCAMOS VOCÊ,
TRAGA SUA PROPOSTA, SE VC TEM UMA ASSOCIAÇÃO,
ONG, GRUPO, JUNTE-SE A NÓS.**

**NESTE EVENTO , TEREMOS , FORUM DE DEBATES ,
PALESTRAS COM LIDERANÇAS CIGANAS CALONS,
EXPOSIÇÃO DE FOTOS, QUADROS, FILMES, SHOWS DE
MUSICA CIGANA, APRESENTAÇÕES DE DANÇA ETC...**

Fonte: <http://www.associacaoculturalananke.com.br/ananke.html>

Anexo 5.



Fonte: acervo pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTON, T. *Gypsy Politics and Social Change*. Londres: Roudedge & Regan Pail. 1974.
- ADOLFO, S. P. *Rom: uma odisséia cigana*. Londrina: Editora UEL, 1999.
- ALVES de Souza, M. *Os ciganos Calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana*. Departamento de Antropologia –IFCH, Universidade Federal Fluminense, 2006. (Dissertação de Mestrado).
- AUZIAS, C. *Os ciganos ou o destino selvagem dos roms do leste*. Lisboa: Antígona, 2001.
- BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Ed. Contra capa, 2000.
- _____. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *Teorias da Etnicidade*. Putignatt, P. Streiff-Fenart, J. São Paulo: Fundação editora Unesp, 1998.
- BARBOSA, G. B. *A socialidade contra o Estado: a antropologia de Pierre Clastres*. Revista de Antropologia, 47, pp. 529-76, 2004.
- BARBU, Z. O conceito de identidade na encruzilhada. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 1980, n. 78.
- BELTON, B. *Questioning Gypsy identity: ethnic narratives in Britain and American*. Walnut Creek, Calif: Altamira Press, 2005.
- BHABHA, H.K. Introdução: locais de cultura, In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Ed: UFMG, 2005.
- BLOCH, J. *Les Gitanos*. Barcelona: Aymá, 1965.
- BORHEIM, G. O conceito de tradição. In: *Tradição-Contradição*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BOAS, F. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BUENO, V. R. S. *Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1990. (dissertação de mestrado)
- BUEZAS, C. *¿Espanha racista? voces payas sobre los gitanos*. Barcelona: Antrophos, 1990.
- _____. *Los racistas son los otros: Gitanos, minorias, y derechos humanos em los textos escolares*. Madri: Popular, 1989.

- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003
- CALDEIRA, T. P.R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. In: *Novos Estudos Cebrap*. n. 21, São Paulo, 1988.
- CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Etnicidade: da Cultura Residual mas Irredutível. In: *Revista de Cultura e Política*, 1978.
- _____, *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CHINA, J.B. *Os Ciganos do Brasil: subsídios históricos, etnográficos e lingüísticos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- CLÉBERT, J.P. *Los Gitanos*. Barcelona: Aymá S/A Ed. 1965.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: *Clifford, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organização: GONSALVES, J. R. S. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- COELHO, F.A. *Os Ciganos de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- DANTAS de Melo, F. *A língua da comunidade Calon da região norte-nordeste do estado de Goiás*. Departamento de linguística, Universidade de Brasília, 2008. (Tese de Doutorado).
- DELEUZE, G. & Félix Guattari. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DUMONT, L. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1893; 2008.
- _____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulus, 2001.
- ELIAS, N. *O Processo civilizador: uma historia dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- _____. & SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVANS- PRITCHARD, E. *OS Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FERRARI, F. *O Mundo Passa. Uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros*. São Paulo: USP, 2010 (tese de doutorado).

_____. *Como estudar nômades com um pensamento nômade? Sugestões para definir um campo em Antropologia*. In: NAnSi (Núcleo de Antropologia Simétrica), 2006.

_____. *Um olhar oblíquo contribuições para o imaginário ocidental sobre o cigano*. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP). 2002.

FERREIRA, M.O.V. Diferenças culturais e desigualdade educativa: o caso da minoria étnica cigana na Espanha. In: *Fragmentos da Globalização na Educação*, Porto Alegre, ARTMED, 1999.

FONSECA, I. *Enterrem-me em pé – a longa viagem dos ciganos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975

_____. *História da Sexualidade*, vol I, A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *História da Sexualidade*, vol II, O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRASER, A. *Historia do povo cigano*. Lisboa, Ed. Teorema, 1997.

GAY Y BLASCO, P. *The Roma and the Anthropology of the State*. Romany School, 2009.

GEERTZ, C. *O Saber Local. Novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Koogan, 1989.

_____. *Ritual and Social Chance: a Javanese Example*. In: *American Anthropologist*. Vol. 59, n. 1, 1957.

GHEORGHE, N. *The Social Construction of Romani Identity*. In: Acton.T. *Gypsies Politics and Traveller Identity*. University of Hertfordshire, 1997.

GILROY, P. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Candido Mendes, 2001.

GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. São Paulo, Ed. Vozes, 1985.

GOLDMAN, M. Lévi-Strauss e os sentidos da história. In: *Revista de Antropologia*, 42, pp. 223-38. 1999.

GUIMARÃES ROSA, J. *Tutaméia: terceiras estórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Ed. 2000.
- _____. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/ Brasília: Ed.UFMG/ UNESCO, 2003
- HANCOCK I. *The Pariah Syndrome*. Karoma Publishers, Ann Harbor, 1987.
- HANNERZ, U. *Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras chaves da antropologia transnacional*. Rio de Janeiro, Mana, vol.3 n.1, 1997.
- HOFBAUER, A. *Da raça à identidade: da disputa por paradigmas da “Ciência do outro”*. Cadernos de Campo, Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, n. 5/6, 1997.
- JAKOUBEK, M. *Gypsies and Ethnicity*. Triton: 2008.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- _____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC, 1996.
- LEACH, E. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares de parentesco*. São Paulo: Vozes, 1982
- _____. *O cru e o cozido – Mitológicas I*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- _____. *Raça e História*. Lisboa: Ed. Presença, 2008.
- LIÉGEOIS, J.P. *Los Gitanos*. México, Fondo de Cultura Econômica. 1988.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores, vol. 43), 1976.
- MARCUS, G. *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial*. Revista de Antropologia, vol. 34, 1991.
- MARTINEZ, N. *Os Ciganos*. Campinas, Papirus, 1989.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- McGARRY, A. *Ethnic Group Identity and the Roma Social Moviment: Transnational Organizing Structures of Representation*. Nationalities Papers, v.36, n. 3, 2008.
- MOONEN, F. *Contribuição à historia da ciganologia no Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ano X, 1982.
- _____. *Ciganos Calon no sertão da Paraíba*. João Pessoa: PR/PB Caderno de Ciências Sociais 32, 1994.

- _____. *As minorias ciganas e o Direito: projeto de estudo interdisciplinar*. Cadernos de Ciências Sociais 36, João Pessoa: MCS/UFPB, 1995.
- _____. *A História esquecida dos Ciganos no Brasil*. João Pessoa: Saeculum Revista de História, UFPB, 1996.
- MORAES FILHO, M. *Os Ciganos no Brasil e o cancionário dos Ciganos*. São Paulo, Itatiaia, 1981.
- NOVAES, S.C. *Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de si através dos Outros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- OKELY, J. *The Traveller-Gypsies*. Cambridge University Press, 1983.
- OLIVEIRA, R.C. Problemas e Hipóteses Relativos à Fricção Interétnica: Sugestões para uma Metodologia. In: *América Indígena*, México, XXVIII, 2. 1968.
- _____. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.
- ORLANDI, E. Uma Retórica do Oprimido - os Discursos de Representantes Indígenas. In: *Encontros de Sociolinguística e Análise do Discurso*. Paris, MHS, 1984.
- PIERONI, G. *Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas. Os degredados no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Filho. Fundação Biblioteca Nacional, 2000.
- POUTGNAT, P. e FREYNART. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, Ed Unesp, 1998.
- QUEIROZ, R. & LILIA SCHWARCZ. *Raça e Diversidade*. São Paulo: Estação Ciência, EDUSP, 1996.
- Resoluções da II CONAPIR, Governo Federal, 2009.
- Resoluções da I CONAPIR, Governo Federal, 2005.
- REZENDE, D.F.A. *Transnacionalismo e Etnicidade: A Construção Simbólica do Romanesthán (Nação Cigana)*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (dissertação de mestrado)
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. *O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. (parte I)*. Rio de Janeiro: Mana – Estudos de Antropologia Social, Museu Nacional, v. 3, n. 1, 1997 b.
- _____. *O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. (parte II)*. Rio de Janeiro: Mana – Estudos de Antropologia Social, Museu Nacional, v. 3, n. 2, 1997 b.

- SANT'ANA, M.L. *Os Ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- STRATHERN, M. The concept of society is theoretically obsolete. In: Marilyn Strathern & Tim Ingold, *Key debates in anthropology*. London/New York: Routledge, 1996.
- SEYFERTH, G. *Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos*. São Paulo: Travessia, v. 51, p. 5-15, 2005.
- _____. *Estudos sobre a reelaboração e segmentação da identidade étnica*. São Paulo: Cadernos CERU (FFLCH/USP) v. 2, n. 13, 2002.
- _____. *Etnicidade, Política e Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Mana – Estudos de Antropologia Social, v. 5, n. 2, 1999.
- _____. *A invenção da raça e o poder discriminatório dos estereótipos*. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, v. 93, 1995.
- SORIA, A. P. *Entre a dor de ser cigano e o orgulho de ser romá: Aproximação à literatura romani e auto-representação dos roma em duas obras de Jorge Nediche*. Universidade de Brasília, 2008 (dissertação de mestrado)
- SOUZA, M.A. “Casa de Calon”: diacríticos domésticos e signos exteriores de afiliação étnica no espaço urbano. In: *Cultura e Ciudad: la casa, la calle y el barrio em las etnografías urbanas*. Cord. Neiva Vieira da Cunha. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- SULPINO, P. *Ser viajor, ser morador: uma análise da construção da identidade cigana em Souza/PB*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999. (Dissertação de Mestrado).
- TEIXEIRA, R. *Correria de Ciganos pelo território mineiro (1808-1903)*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (dissertação de mestrado)
- TODOROV, T. *Vida em Comum: Ensaio de Antropologia Geral*. Campinas: Papirus, 1996.
- TUNER, V.W. *O Processo Ritual estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- WEBER, M. Comunidades étnicas. In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.